

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECÓ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA  
CURSO DE MESTRADO EM FILOSOFIA**

**MATEUS JURKOVSKI**

**A FACETA EPISTEMOLÓGICA DO MITO DO DADO  
CONSIDERADA FRENTE AO FUNDAMENTISMO**

**CHAPECÓ**

**2025**

**MATEUS JURKOVSKI**

**A FACETA EPISTEMOLÓGICA DO MITO DO DADO  
CONSIDERADA FRENTE AO FUNDAMENTISMO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Ramos Mendonça.

**CHAPECÓ**

**2025**

**Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

Jurkovski, Mateus

A faceta epistemológica do mito do dado considerada frente ao fundarentismo / Mateus Jurkovski. -- 2025.  
109 f.

Orientador: Doutor Bruno Ramos Mendonça

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Chapecó, SC, 2025.

1. Epistemologia. 2. Mito do dado. 3. Fundarentismo. 4. Justificação epistêmica. 5. Empirismo. I. Mendonça, Bruno Ramos, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

**MATEUS JURKOVSKI**

**A FACETA EPISTEMOLÓGICA DO MITO DO DADO  
CONSIDERADA FRENTE AO FUNDAMENTISMO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Esta dissertação de mestrado foi defendida e aprovada pela banca em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Bruno Ramos Mendonça - UFFS

---

Prof. Dr. Eros Moreira de Carvalho - UFRGS



---

Prof. Dr. Marcos Antônio da Silva Filho - PUC-Rio

## AGRADECIMENTOS

O conceito de espaço lógico, como concebido em Sellars, evidencia uma característica essencial do conhecimento: ele é construído socialmente, coletivamente. Eu não teria conseguido produzir esta dissertação sem o apoio de diversas pessoas, sejam pessoas que me auxiliaram diretamente, como meu próprio orientador Bruno Ramos Mendonça, ou pessoas que auxiliaram indiretamente de várias maneiras. Em 2023, no segundo semestre do mestrado, eu fui diagnosticado com TDAH, uma condição da qual eu suspeitava já há algum tempo. O TDAH é compreendido como um transtorno que dificulta a atenção e a motivação, entre outras coisas. Felizmente meu orientador me motivou diversas vezes em nossas conversas, fazendo com que eu sentisse que seria possível completar este trabalho e até mesmo dar o próximo passo na carreira acadêmica.

Outras pessoas auxiliaram de diversas maneiras. Minha mãe tem sido um apoio inestimável que valoriza o estudo, e não mediu esforços para me estender a mão mesmo enquanto lidava com a própria vida. Finalmente, é impossível não mencionar minhas amizades. Recebi muito apoio e votos de confiança das pessoas ao meu redor, e os amigos que também são filósofos contribuíram com debates enriquecedores. Entre eles, quero destacar o Vinícius Francisco Apolinário. Ele também pesquisou fundarentismo em uma parte de seu trajeto acadêmico e depois enveredou para a filosofia das ciências cognitivas, e pôde me auxiliar com trechos desta dissertação, fosse com sugestão de reformulações, de literatura adicional, ou fornecendo ótimos apontamentos. Outras pessoas me ajudaram ouvindo meus desabafos, e por isso sou muito grato também. Não posso esquecer de agradecer à minha companheira felina, Mei, que me fez companhia em inúmeros momentos de leitura e escrita.

*Syntax collapses while the gloaming settles in  
Can you meet me out past the place where our language met its end?*

Trecho da música "Translate the Night" da banda Silent Planet

## RESUMO

Este trabalho objetiva discutir a faceta epistemológica do mito do dado em comparação com a proposta fundarentista. Para iniciar a discussão, eu começo analisando o trabalho de Sellars, filósofo que defendia o caráter lógico da justificação epistêmica em sua crítica ao mito do dado. Sellars entende que para a epistemologia o que interessa é o conhecimento proposicional, e proposições relacionam-se de maneira lógica, pressuposto que vem da teoria da linguagem de Wittgenstein. Dessa maneira, qualquer tipo de conteúdo que não possui estrutura proposicional não pode realizar o papel de justificar uma crença. Assim, Sellars desarma uma forma de empirismo do século XX e sugere uma forma de empirismo diversa (de acordo com McDowell), que aceita a relevância da experiência empírica porém de maneira crítica. Ao mesmo tempo, sua filosofia utiliza a noção de espaço lógico encontrada em Wittgenstein e desenvolve o conceito de espaço lógico das razões, dimensão privilegiada onde os sujeitos epistêmicos dão e pedem razões para a justificação de crenças. Esse conceito repousa na pressuposição da natureza lógica da linguagem e reforça que proposições só podem se relacionar umas com as outras para justificar crenças. Na segunda parte do trabalho, abordo o fundarentismo de Haack, uma teoria da justificação epistêmica que, segundo a filósofa, resolve o conflito entre fundacionismo e coerentismo ao se erguer como uma posição intermediária. São notáveis algumas semelhanças entre o que Haack sugere e o que se encontra na proposta positiva de Sellars, porém Haack nega que a justificação epistêmica possui um caráter lógico. Para a filósofa, o conceito de justificação epistêmica possui um duplo caráter, causal e avaliativo. O aspecto causal visa preservar a relevância da experiência, enquanto o aspecto avaliativo resguarda o lado proposicional de nossas crenças empíricas. O fundarentismo apresenta uma perspectiva em consonância com os princípios da psicologia ecológica, segundo a qual o agente epistêmico interage diretamente com seu ambiente. Ao buscar o amparo das ciências cognitivas, esta teoria epistemológica dá um passo naturalista que, de acordo com a análise proposta nesta dissertação, evita o mito do dado.

Palavras-chave: epistemologia; mito do dado; fundarentismo.

## ABSTRACT

This academic work aims to discuss the epistemological facet of the myth of the given in comparison with the foundherentist proposal. To kickstart the discussion, I begin by analyzing the work of Sellars, a philosopher who defended the logical character of epistemic justification in his critique of the myth of the given. Sellars understands that, for epistemology, what matters is propositional knowledge, and propositions relate to each other in a logical manner, an assumption that comes from Wittgenstein's theory of language. Thus, any type of content that does not have a propositional structure cannot fulfill the role of justifying a belief. In arguing so, Sellars disarms a form of 20th-century empiricism and suggests a different form of empiricism (according to McDowell), which accepts the relevance of empirical experience but in a critical manner. At the same time, his philosophy uses the notion of logical space found in Wittgenstein and develops the concept of logical space of reasons, a privileged dimension where epistemic subjects give and ask for reasons to justify beliefs. This concept is based on the assumption of the logical nature of language and reinforces that propositions can only relate to one another to justify beliefs. In the second part of the work, I address Haack's foundherentism, a theory of epistemic justification that, according to her author, resolves the conflict between foundationalism and coherentism by standing as an intermediate position. Some similarities are notable between what Haack suggests and what is found in Sellars' positive proposal, but Haack denies epistemic justification has a logical character. For her, epistemic justification has a dual character, causal and evaluative. The causal aspect aims to preserve the relevance of experience, while the evaluative aspect protects the propositional side of our empirical beliefs. Foundherentism presents a perspective aligned with the principles of ecological psychology in which the epistemic agent interacts directly with their environment. By seeking support from cognitive sciences, this epistemological theory takes a naturalist step that, according to the analysis proposed in this dissertation, avoids the myth of the given.

Keywords: epistemology; myth of the given; foundherentism.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DS	<i>Defending Science</i>
EPM	<i>Empiricism and the Philosophy of Mind</i>
EAI	<i>Evidence and Inquiry</i>
IEP	<i>Internet Encyclopedia of Philosophy</i>
KMG	<i>Knowledge, Mind, and the Given</i>
PL	<i>Philosophy of Logics</i>
SEP	<i>Stanford Encyclopedia of Philosophy</i>
TEVP	<i>The Ecological Approach to Visual Perception</i>
TLA	<i>The Lever of Archimedes</i>
TLP	<i>Tractatus Logicus-Philosophicus</i>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>1 O DILEMA DE SELLARS E O MITO DO DADO</b>	<b>19</b>
1.1 O DADO ENQUANTO DADOS DOS SENTIDOS	19
1.2 O DILEMA DE SELLARS	23
1.3 CONHECIMENTO POR FAMILIARIDADE	26
1.4 O MITO DO DADO	30
1.5 JUSTIFICAÇÃO EPISTÊMICA EM SELLARS	33
1.6 RELATOS OBSERVACIONAIS E EMPIRISMO	41
1.7 PRESSUPOSIÇÃO E AS DUAS DIMENSÕES	45
1.8 O JOGO DO CONHECIMENTO	49
1.9 ESPAÇOS LÓGICOS	52
<b>2 FUNDARENTISMO</b>	<b>59</b>
2.1 ASPECTOS PRELIMINARES	59
2.2 A PSICOLOGIA ECOLÓGICA DE GIBSON	62
2.3 ARGUMENTOS HAACKIANOS CONTRA O QUALIFICATIVO LÓGICO	70
2.4 O CONCEITO DE “EVIDÊNCIA” NO FUNDARENTISMO	76
2.5 JUSTIFICAÇÃO EM GRADAÇÃO	83
2.6 CRITÉRIOS DE JUSTIFICAÇÃO	88
2.7 FUNDARENTISMO E A FACETA EPISTEMOLÓGICA DO MITO DO DADO	93
<b>3 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>100</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>104</b>

## INTRODUÇÃO

A motivação deste trabalho surgiu de minha leitura, ainda como estudante de graduação, do livro *Evidence and Inquiry* (doravante EAI), de Haack (1993). Neste livro, a filósofa busca caracterizar a justificação epistêmica de maneira a escapar das concepções já existentes. A proposta de Haack é de que a justificação epistêmica possui um duplo aspecto: um aspecto é causal, o outro é avaliativo. A filósofa contrapõe o caráter avaliativo a uma noção já estabelecida na tradição de que o componente não-causal da justificação epistêmica seria lógico. À época em que eu estava entrando em contato com a epistemologia de Haack, também fui inserido à discussão sobre o mito do dado. Naquele momento, meu interesse se tornou pesquisar se Haack fornecia uma boa resposta que escapasse do que Sellars considera o mito do dado. Isso culminou em meu TCC, intitulado Fundamentismo e o Dilema de Sellars (JURKOVSKI, 2022). Porém, dado o tempo e profundidade de um TCC, certas questões ficaram em aberto.

Meu desejo inicial para a dissertação de mestrado era investigar qual é a natureza da justificação epistêmica, partindo da sugestão de Haack. No entanto, isso seria saltar de um escopo bastante pequeno – que era o foco em meu TCC – para uma questão muito grande, que rende, pelo menos, uma pesquisa de doutorado. Assim, precisei encontrar um meio termo, e decidi batizar esta dissertação da seguinte maneira: “A faceta epistemológica do mito do dado considerada frente ao fundamentismo”.

Em meu TCC, meu esforço primário foi tentar entender como o fundamentismo inclui o aspecto causal no processo justificatório e assim evita o mito do dado. No entanto, uma questão que surgiu ao fim daquele trabalho é a seguinte: o que exatamente Haack está querendo dizer ao utilizar o conceito de aspecto avaliativo e ao recusar o qualificativo “lógico”? Acredito que, no seio da problemática do mito do dado, tal questão permanece interessante, dado que Sellars entende que a justificação epistêmica é puramente lógica. Diversos dos termos mencionados neste parágrafo carecem de elaboração, e serão devidamente delineados no que segue. Neste parágrafo inicial, gostaria de revelar o contexto de descoberta do problema, a motivação que deu origem a este trabalho. Logo entrarei no contexto de justificação.

Antes do contexto de justificação desta proposta, quero falar sobre o título do trabalho. Com a escolha do verbo “considerar” pretendo evitar dar a impressão de que há um tipo de enfrentamento entre duas posições. A posição de Haack pertence a ela, e ela mesma não menciona diretamente o mito do dado. Portanto acredito não ser ideal entender a posição de

Haack como um enfrentamento a Sellars. Realizar considerações teóricas com base nas conexões que a literatura permite fazer é algo que me atrai mais neste momento. Ainda assim, não desejo que o trabalho seja puramente exegético. Gostaria de apontar caminhos interessantes para a pesquisa em epistemologia. No aspecto exegético deste trabalho, no entanto, espero que ele sirva como uma boa porta de entrada ou leitura de meio de caminho para qualquer estudante/pesquisador que esteja interessado em compreender mais sobre o mito do dado, sobre o fundarismo e sobre as possíveis conexões entre esses temas.

Este trabalho lida, nuclearmente, com o conceito de justificação epistêmica. Tal conceito é tema de amplo debate na epistemologia do século XX, como observa Alston:

Justificação, ou pelo menos ‘justificação’, assume grande importância na epistemologia recente. A visão de que o conhecimento consiste de crença-verdadeira-justificada (+...) tem sido proeminente neste século, e a justificação de crenças atraiu atenção considerável por direito próprio (Alston, 1985, p. 57, tradução minha).<sup>1</sup>

O problema da justificação é o desafio de explicar filosoficamente o que é justificar uma crença, quando uma crença está justificada e quais são os critérios epistêmicos que precisam ser respeitados nesse processo. Na epistemologia contemporânea, o *fundacionismo* e o *coerentismo* representam duas visões paradigmáticas sobre a natureza da justificação e determinam, respectivamente, duas grandes famílias de estratégias de resolução do problema da justificação. Como veremos de maneira mais detalhada a seguir, o fundacionismo tem, como principal característica, a postulação de alguma forma de item que possa justificar crenças sem que esse próprio item careça de justificação. Por outro lado, o coerentismo (que também será melhor desenvolvido a seguir) entende que todas crenças requerem justificação e a justificação só ocorre em termos de coerência.

De acordo com Kvanvig (2011, p.27), desde Aristóteles a posição padrão em epistemologia tem sido o fundacionismo. Uma observação semelhante aparece na *Internet Encyclopedia of Philosophy*: “O fundacionismo possui uma longa história. Aristóteles, nos *Analíticos Posteriores*, defende o fundacionismo com base no argumento do regresso” (POSTON, 2024, tradução minha)<sup>2</sup>. O argumento do regresso é um desafio cético, originalmente apresentado como parte componente de um argumento clássico contra a possibilidade da aquisição de conhecimento: o *trilema de Agripa* (os cétricos da escola

---

<sup>1</sup> “Justification, or at least ‘justification’, bulks large in recent epistemology. The view that knowledge consists of true-justified-belief (+...) has been prominent in this century, and the justification of belief has attracted considerable attention in its own right.”

<sup>2</sup> “Foundationalism has a long history. Aristotle in the *Posterior Analytics* argues for foundationalism on the basis of the regress argument.”

pirrônica foram os primeiros a formular esse argumento).<sup>3</sup> Assumindo que a justificação é uma condição necessária para a aquisição de conhecimento, os pirrônicos sugerem haver três obstáculos à justificação de uma crença. Segundo esses filósofos, precisamos conceber o processo de justificação epistêmica evitando os seguintes três riscos:

1. A justificação não pode cair em regresso infinito;
2. A justificação não pode ser circular e viciosa;
3. Não se pode parar a cadeia justificatória de maneira arbitrária.

O fundacionismo resolve, à primeira vista, as dificuldades (1) e (2). Ao sugerir uma base segura para a justificação epistêmica, não há regresso infinito e tampouco o perigo do raciocínio circular. Isso se dá na medida em que qualquer versão do fundacionismo minimamente deve respeitar as seguintes cláusulas:

1. No nosso conjunto de conhecimento (i.e., de crenças verdadeiras e justificadas), algumas crenças são *básicas*, i.e., elas se encontram justificadas independentemente de quaisquer outras crenças;
2. Todas as outras crenças (não-básicas) requerem o apoio direto ou indireto de crenças básicas para que estejam também justificadas.

Nesses termos, o fundacionismo evita o risco da circularidade: todo conhecimento remete a crenças básicas e elas não remetem a nada mais. O fundacionismo também evita o regresso infinito a razões: todo processo justificatório encontra termo em crenças básicas.<sup>4</sup>

Não obstante, o fundacionismo não é imune à crítica filosófica. Nesse sentido, Kvanvig afirma: “Em meados do século XX [...] o fundacionismo sofreu severos ataques. As críticas ao fundacionismo por Wilfrid Sellars são especialmente importantes a este respeito, [...] insistindo que a única coisa que pode justificar uma crença é outra crença” (KVANVIG, 2011, p. 27, tradução minha).<sup>5</sup> Os ataques ao fundacionismo ajudaram a promover a sua

<sup>3</sup> Para mais detalhes, ver a entrada *Skepticism* na *Stanford Encyclopedia of Philosophy* (COMESAÑA e KLEIN, 2019).

<sup>4</sup> Reconhecidamente, há diferentes formas de fundacionismo, muitas delas desenvolvidas em especial ao longo do século XX (mas também antes, como em Aristóteles e Descartes (KVANVIG, 2011, p. 27)). A definição acima busca apresentar uma visão mínima de um sistema fundacionista de acordo com Haack (1993, p. 14), *Foundationalist Theories of Epistemic Justification* na *Stanford Encyclopedia of Philosophy* (HASAN e FUMERTON, 2022) e *Foundationalism* na *Internet Encyclopedia of Philosophy* (POSTON, 2024). No entanto, é necessário mencionar que o sistema cartesiano entende que as crenças básicas são adquiridas a partir de um processo de abstração, enquanto diversos filósofos fundacionistas do século XX postulam como crenças básicas aquelas adquiridas através da experiência empírica. Um exemplo notável desse último caso é Lewis (1946).

<sup>5</sup> “At the middle of the twentieth century [...] foundationalism came under severe attack. The criticisms of foundationalism by Wilfrid Sellars are especially important in this regard, [...] insisting that the only thing that can justify a belief is another belief.”

posição rival, o coerentismo. Os coerentistas rejeitam a ancoragem do conhecimento em alguma forma de fundamento básico. Ao invés disso, o coerentismo concebe a justificação epistêmica de modo bastante diverso. O coerentismo, de maneira geral, afirma que a justificação de crenças depende do seu pertencimento a um conjunto epistêmico coerente. De acordo com Murphy (2024), a teoria aceita variações. Alguns filósofos defendem que o próprio conjunto de conhecimento é holisticamente coerente, e não cada crença individualmente. Assim, uma crença seria coerente somente na medida em que participa do conjunto. Outros defendem o oposto. Também se discute qual é o critério de coerência: ela se dá através de relações indutivas, dedutivas, ou explanatórias? Por vezes argumenta-se que o coerentismo encontra dificuldades em alocar a relevância da experiência para a justificação epistêmica (HAACK, 1993). Em suma, a seguinte cláusula parece estabelecer um núcleo mínimo do coerentismo:

1. Uma crença está justificada se, e somente se, encontra-se em um conjunto coerente de crenças.

Bonjour (1985) nos ofereceu o exemplo mais influente de teoria coerentista. Obviamente, o desafio que o trilema de Agripa coloca para o coerentismo pode ser assim formulado: como escapar de um círculo vicioso? Esse desafio ganha importância dado o fato de que o sistema de crenças encontra-se “fechado” em relação ao mundo externo. No coerentismo, as crenças ganham coerência na relação que mantêm entre si e, na pior das hipóteses, uma crença justifica ela mesma ainda que de maneira indireta. Em outras palavras, um sistema de crenças estaria fechado em relação ao mundo externo ao não se considerar relevantes as experiências do sujeito para a justificação epistêmica e para o ajuste de crenças. Se tudo que é necessário é que o sistema de crenças seja coerente, duas pessoas podem ter conjuntos de crenças bastante diferentes entre si em relação a um certo fenômeno ou à natureza última da realidade, e ainda assim ambas estariam justificadas desde que cada conjunto seja internamente coerente. E, na medida em que o sistema de crenças requer coerência, uma crença em última instância justifica a si mesma porque ela mesma está conferindo justificação para outras crenças que, por sua vez, lhe devolvem a justificação.

As duas formas de justificação epistêmica esboçadas acima foram escrutinadas e rejeitadas por Haack. Em lugar dessas visões tradicionais, ela argumenta em favor de uma posição intermediária denominada de *fundarentismo* [*foundherentism*]. O fundarentismo caracteriza a justificação epistêmica como um conceito que possui dois lados, sendo um deles

o seu aspecto causal e o outro o seu aspecto avaliativo [*evaluative*] (p.12). Essa é a grande novidade teórica da proposta da filósofa.

A posição de Haack pode ser resumida em duas teses gerais. Em primeiro lugar, divergindo de Sellars, Haack (1993, p. 30) sustenta que a noção de lógica não caracteriza suficientemente bem o componente não-causal da justificação epistêmica. Além disso, ela busca acomodar um caráter causal da justificação. Dessa maneira, Haack não apenas entende que o aspecto causal deve ser preservado nas explicações epistemológicas, mas também, que além disso, há a ocorrência de um elemento não lógico e não causal.

Nesse sentido, o fundarentismo haackiano, de um lado, absorve algumas características do fundacionismo experiencialista para dar conta da relevância da experiência empírica (i.e., o aspecto causal da justificação). Segundo Haack, o fundacionismo experiencialista assume que as crenças se encontram justificadas “pelo suporte da experiência (sensória e/ou introspectiva) do sujeito” (1993, p.15, tradução minha).<sup>6</sup> O termo “experiencialista” é introduzido pela autora e utilizado no contexto da justificação epistêmica para referir-se a teorias que colocam ênfase na experiência do agente epistêmico.

De outro lado, o fundarentismo reconhece a relevância justificatória das relações epistêmicas vigentes entre crenças. Dessa forma, Haack argumenta que uma crença é justificada não apenas pela experiência mas também pela integração explanatória com outras crenças relevantes. No entanto, ao analisar a herança coerentista do fundarentismo, Haack nega que essa parte da justificação epistêmica deva ser lida em termos lógicos, e entende que essa parte deve ser compreendida sob um prisma avaliativo. De acordo com a filósofa:

1. Existe um desencontro entre consequência dedutiva e conclusividade na presença de inconsistência;
2. Há outro desencontro entre a chamada “lógica indutiva” e o apoio da evidência.

A autora não apenas afirma que a justificação epistêmica é um conceito avaliativo, como também assume que essa caracterização contradiz uma caracterização lógica do conceito de justificação. Deve-se notar que, talvez, Haack pudesse se debruçar sobre o que significa dizer que a justificação epistêmica é lógica e elencar uma concepção alternativa de lógica que desse conta de explicar os tipos de cognição ou de raciocínio que um sujeito realiza em situações em que precisa justificar uma crença. No entanto, o entendimento de que o

---

<sup>6</sup> “by the support of the subject’s (sensory and/or introspective) experience”.

elemento de integração explanatória da justificação epistêmica é avaliativo é colocado em direta oposição ao entendimento de que a justificação epistêmica é lógica.

Surge então a pergunta: quem é o interlocutor que sugere que a justificação epistêmica é lógica? É difícil ter completa certeza dado o fato de que nenhum filósofo em específico é mencionado. No entanto, um interlocutor que parece se encaixar é Sellars.

Em *Empiricism and the Philosophy of Mind* (doravante EPM), Sellars (1956) realiza um trabalho filosófico de crítica ao que ele considera o *framework* geral da dadidade [*givenness*].<sup>7</sup> O filósofo afirma que diversos conceitos já foram considerados dados:

conteúdos dos sentidos, objetos materiais, universais, proposições, conexões reais, princípios primeiros, até mesmo a própria dadidade. E há, de fato, uma certa maneira de interpretar as situações nas quais os filósofos analisam esses termos que pode ser chamada de *framework* da dadidade. (EPM, p. 253, tradução minha)

O *framework* da dadidade, na leitura sellarsiana, faz com que filósofos tomem certos arranjos do mundo como estando dados. Da maneira como O’Shea (2021) formula, o comprometimento com uma forma do dado coloca o filósofo em um comprometimento categorial com uma mobília básica sobre a qual ele constrói a sua filosofia. Um dos problemas desse comprometimento é que, estando dadas, essas categorias não precisam ou não admitem revisão. Sellars deixa claro que “Rejeitar o Mito do Dado é rejeitar a ideia de que uma estrutura categorial do mundo – se ele tem uma estrutura categorial – impõe-se à mente como um selo impõe uma imagem na cera derretida” (1981, p. 12, tradução minha).<sup>8</sup> O mito do dado pode ser compreendido nos seguintes termos: se uma pessoa está diretamente consciente de um item de categoria X, então a pessoa está consciente dele como tendo a categoria X. Para Sellars, esta linha de pensamento revela a forma mais básica do mito do dado.

Em EPM, Sellars considera diferentes formas do mito e elabora argumentos para rejeitá-las. A principal forma do mito do dado explorada no texto é a dos dados dos sentidos. De acordo com Sellars, alguns filósofos tomam essas entidades teoricamente postuladas como um bom fundamento para o conhecimento empírico.<sup>9</sup> Há alguns problemas envolvidos nessa estratégia, como será desenvolvido a fundo no capítulo 2. Um desses problemas é que os

<sup>7</sup> A palavra anglófona “*framework*” é mantida no corpo do texto sem tradução porque acredito que não há uma boa tradução para a língua portuguesa que capture o que a palavra quer dizer em seu idioma de origem. Além disso, é uma palavra bastante usada na filosofia analítica, então creio que não haverá problema de compreensão por parte dos leitores interessados no assunto deste trabalho.

<sup>8</sup> “To reject the Myth of the Given is to reject the idea that the categorial structure of the world—if it has a categorial structure—imposes itself on the mind as a seal imposes an image on melted wax.”

<sup>9</sup> Sellars não menciona quem são os filósofos dos quais ele está falando. Entendo que pode haver diferentes formas de teorizar os dados dos sentidos. No capítulo 2 busco apoio em deVries e Triplett para tentar caracterizar qual é a teoria dos dados dos sentidos que Sellars tem em mente.

dados dos sentidos são entendidos como produzidos causalmente pela experiência. Por outro lado, o papel atribuído a eles é o de justificar crenças empíricas que possuem conteúdo proposicional. Para o filósofo, existe um problema em usar dados dos sentidos para cumprir um papel de justificação epistêmica devido ao seu caráter não-proposicional. A justificação epistêmica aos moldes sellarsianos é um conceito de caráter lógico e uma tarefa que exige capacidade inferencial. Crenças possuem conteúdo proposicional e não podem se relacionar com os dados dos sentidos da maneira correta para que recebam justificação epistêmica deles.

Sellars critica inúmeras variantes do mito do dado, mas a principal delas que revela seus compromissos epistemológicos é a dos dados dos sentidos. Seu trabalho é célebre e influenciou toda uma geração de pensadores: os sellarsianos<sup>10</sup>. A influência e relevância de Sellars no pensamento analítico oferecem mais um motivo para cotejar o fundarrentismo junto à problemática do mito do dado. Haack não menciona Sellars explicitamente, mas é plausível imaginar que as seguintes hipóteses interpretativas são corretas:

1. Haack rejeita que uma parte da justificação epistêmica possui caráter lógico;
2. Sellars entende que a justificação epistêmica possui caráter lógico;
3. Haack não menciona quais filósofos advogam pelo caráter lógico da justificação epistêmica;
4. Haack pode estar argumentando tanto contra um filósofo ou filósofa específica como contra um conjunto de pensadores;
5. Se Haack está argumentando contra um conjunto de pensadores mas não os especifica, é plausível incluir Sellars nesse conjunto;
6. O trabalho de Sellars parece apresentar a raiz de um comprometimento teórico com a ideia de que a justificação epistêmica é lógica, e é indiscutivelmente relevante para a epistemologia contemporânea, pois, a partir de suas considerações, outros filósofos desenvolveram o que ficou conhecido como inferencialismo;<sup>11</sup>
7. Logo, vale a pena considerar a solução de Haack para o problema da justificação epistêmica tendo em vista os problemas levantados por Sellars.

<sup>10</sup> De acordo com O’Shea (2016, p. 2), alguns sellarsianos famosos incluem nomes como Richard Rorty, Robert Brandom, John McDowell, Michael Williams, Ruth Millikan, Paul Churchland, Jay Rosenberg, Daniel Dennett, Johanna Seibt. Os quatro primeiros nomes citados são inclusos no rol de “sellarsianos de esquerda”, enquanto o restante é considerado parte do grupo dos “sellarsianos de direita”. A distinção, a princípio, leva em conta o fato de que o primeiro grupo desenvolve os aspectos normativos da filosofia sellarsiana, enquanto o segundo grupo desenvolve os aspectos naturalistas de Sellars.

<sup>11</sup> O inferencialismo é uma posição filosófica segundo a qual o significado de uma expressão é determinado de acordo com seu papel em inferências (INCURVATI e SCHLÖDER, 2023, p. 35). Alguns filósofos que desenvolvem essa posição são Brandom, Dummett, Peacocke, Incurvati, Schöder.

Curiosamente, esta introdução apresenta o conteúdo do trabalho de maneira inversa. Enquanto aqui eu foco primeiro em algumas considerações de Haack e depois explico o motivo de voltar até Sellars, a estrutura final do trabalho primeiro investiga EPM e depois apresenta EAI. Talvez o que estou apresentando aos leitores seja um texto cuja introdução realiza o importante trabalho de indicar o *logos*, i.e., como as partes do trabalho amarram-se umas às outras. Não quero dizer que a introdução deva ser pulada na maioria dos trabalhos, mas certamente alguns alunos de graduação pulam a introdução de livros ou trabalhos extensos de maneira geral pela sede de chegar ao conteúdo propriamente dito. Acredito, no entanto, que em certos casos a introdução mostra ao leitor qual é o propósito do autor, e é isto que desejei fazer aqui a fim de explicitar, o quanto for possível, o objetivo dos capítulos que vêm a seguir. Assim, meu objetivo é perguntar se a solução de Haack para a justificação epistêmica é uma boa saída para evitar a faceta epistemológica do mito do dado. Meus dois centavos de originalidade podem surgir ao tentar decidir se a maneira como Haack encara a questão se sustenta. A fim de discutir os temas propostos, a estrutura dos capítulos a seguir é a seguinte.

O capítulo 1 foca nas considerações de Sellars a respeito do mito do dado e como elas conduzem às suas considerações epistemológicas. Para isso, a seção 1.1 foca no dado enquanto dados dos sentidos, caracterizando uma unidade mínima do que parece ser o alvo de Sellars. A seção 1.2 examina o que ficou conhecido como dilema de Sellars, um problema que surge ao tentar responder às críticas sellarsianas iniciais. Na seção 1.3, exploro a noção de conhecimento por familiaridade mencionada por Sellars e localizada no trabalho de Russell, a qual seria uma possível resposta para o dilema. A seção 1.4 busca oferecer uma caracterização do mito do dado relevante para o trabalho atual, finalizando a parte negativa das considerações sellarsianas. A seção 1.5 inicia a reconstrução do cenário epistemológico apresentado em EPM, trazendo à luz pressupostos que surgiram nas seções anteriores. A seção 1.6 foca em discutir as noções de relatos observacionais, alegação proposicional da experiência e nominalismo psicológico. Com essas ideias já à mostra, é possível passar à seção 1.7 para discutir a noção sellarsiana de pressuposição e como ela opera nas duas dimensões do conhecimento. Contra esse pano de fundo, a seção 1.8 visa esclarecer como se dá o conhecimento dentro do *framework* sellarsiano, fazendo uso da analogia com o jogo de xadrez. Finalmente, a seção 1.9 discute a noção de espaços lógicos, que é de suma importância para a visão epistemológica sellarsiana. Nesse ponto podemos também entender com apropriado detalhe por que a justificação epistêmica é lógica para Sellars.

O capítulo 2 é, então, onde apresento o fundarentismo de Haack e a sua ideia de que a justificação epistêmica é causal e avaliativa ao invés de lógica. Na seção 2.1 faço considerações preliminares sobre o trabalho de Haack que visam oferecer um olhar panorâmico sobre os compromissos que encontram-se no pano de fundo do fundarentismo, a fim de facilitar a compreensão de como diversos pontos amarram-se nas seções seguintes. A seção 2.2 debruça-se sobre a psicologia ecológica de Gibson, uma necessidade frente ao fato de que o fundarentismo utiliza a noção de percepção direta para fundamentar o aspecto causal da justificação epistêmica. Como já foi exposto nesta introdução que Haack rejeita o pressuposto de que a justificação epistêmica seja lógica, a seção 2.3 explora os argumentos apresentados pela filósofa para sustentar sua posição. A seção 2.4 lida com o conceito de “evidência” dentro do fundarentismo e com a posição evidencialista, encontrada no seio do fundarentismo e que também é corrente na literatura. Em 2.5, dou atenção para o aspecto gradacional da justificação epistêmica conforme a proposta fundarentista, e faço uma breve exposição da epistemologia bayesiana a fim de reconhecer que gradação não é uma característica exclusiva da teoria haackiana. 2.6 é onde finalmente torna-se possível checar quais são os critérios de justificação considerados elementares pelo fundarentismo, e esta seção finaliza a exposição geral da teoria. 2.7, finalmente, discute a proposta principal deste trabalho, retomando o mito do dado e sugerindo que, de fato, o fundarentismo possui um aparato teórico para incorporar a relevância da experiência à justificação epistêmica sem evocar o mito do dado.

## 1 O DILEMA DE SELLARS E O MITO DO DADO

No primeiro capítulo deste trabalho desejo discutir as críticas de Sellars ao conceito de “dado” e, mais particularmente, ao uso do conceito de *dados dos sentidos* em explicações filosóficas de nossa capacidade de obter conhecimento empírico. Precisamos explorar as considerações sellarsianas acerca da impossibilidade de fundamentar nosso conhecimento empírico em termos de dados dos sentidos, pois esse é um passo importante para entender sua visão sobre a natureza do conhecimento.

As considerações epistemológicas negativas de Sellars deixam, aos poucos, transparecer uma visão epistemológica positiva: apenas conteúdos proposicionais podem se relacionar e produzir crenças verdadeiras e justificadas, ou seja, conhecimento. Visto que os dados dos sentidos não possuem conteúdo proposicional, eles são incapazes de realizar essa função. Ao longo de suas críticas ao *framework* do dado, Sellars introduz a noção de “espaço lógico das razões”. Pretendo discutir essa noção, bem como suas implicações para a teoria do conhecimento.

### 1.1 O DADO ENQUANTO DADOS DOS SENTIDOS

O foco inicial aqui é compreender o significado do conceito de “dado” criticado por Sellars e o uso epistemológico de uma subespécie desse gênero, a saber, o conceito de “dados dos sentidos”. Nesse quesito, Sellars nos diz o seguinte:

Se o termo “dado” [*given*] fosse referido meramente ao que é observado como sendo observado, ou, talvez, a um subconjunto apropriado das coisas que somos ditos determinar pela observação, a existência de “dados” [*data*] seria tão incontroversa quanto a existência de perplexidades filosóficas (SELLARS, 1956, p. 253, tradução minha).<sup>12</sup>

O que Sellars nos aponta inicialmente é que não há problema em supor que existem coisas que nos são dadas através da percepção empírica. O problema, para o filósofo, é a relevância teórica que foi legada ao termo. De acordo com ele, muitas coisas já se consideraram dadas: “conteúdos dos sentidos, objetos materiais, universais, proposições, conexões reais, princípios primeiros, até mesmo a própria dadidade”. (ibidem)<sup>13</sup>

A relevância epistemológica de algo ser “dado” está no fato de que o dado seria capaz de formar uma base segura para o estabelecimento do conhecimento. O objetivo de Sellars é

---

<sup>12</sup> “If the term ‘given’ referred merely to what is observed as being observed, or, perhaps, to a proper subset of the things we are said to determine by observation, the existence of ‘data’ would be as noncontroversial as the existence of philosophical perplexities.”

<sup>13</sup> “sense contents, material objects, universals, propositions, real connections, first principles, even givenness itself.”

levantar argumentos que ponham em evidência a impossibilidade disso. Seu primeiro alvo é a noção de dados dos sentidos, embora o filósofo comente que esse é apenas o primeiro passo na crítica ao dado. Nesta dissertação, focarei primariamente no ataque sellarsiano ao dado compreendido enquanto crítica à noção de dados dos sentidos. Essa parte de EPM conversa de maneira íntima com a proposta central deste trabalho, nomeadamente, trazer, no próximo capítulo, a posição de Haack sobre justificação epistêmica como um contraponto ao pressuposto sellarsiano que cria dificuldades para que a experiência exerça relevância epistemológica (Haack, como veremos, chama esse argumento de “irrelevância da causação”). Ainda que esse seja o foco primário, eventualmente serão mencionados outros momentos da crítica sellarsiana que cumprirão aqui o papel de apontar a direção da proposta positiva do filósofo.

Segundo Sellars, alguns filósofos do século XX lançaram mão do uso teórico do termo “dados dos sentidos” como base para a construção de teorias epistemológicas que visavam a ancoragem segura de crenças empíricas. Quem são esses filósofos? Sellars não nos diz com clareza quem ele está atacando exatamente. Uma investigação enciclopédica traz a informação de que Moore (1913/14) e Russell (2005) contribuíram para a relevância do termo. Igualmente, autores como Price (1964), Ayer (1940), Broad (1923), entre outros, ofereceram desenvolvimentos relevantes para essa corrente teórica. De acordo com Hatfield (2021), os teóricos dos dados dos sentidos convergiam pelo menos nos seguintes pontos:

1. “Ao perceber, estamos direta e imediatamente conscientes de um dado sensorial.
2. Essa consciência ocorre por meio de uma relação de conhecimento mental direto com um dado.
3. Os dados sensoriais têm as propriedades que parecem ter.
4. Estas propriedades são determinadas; na visão, experimentamos determinadas formas, tamanhos e cores.
5. Nossa consciência de tais propriedades dos dados dos sentidos não envolve a afirmação ou concepção de qualquer objeto além do dado.
6. Essas propriedades são conhecidas por nós com certeza (e talvez infalivelmente).
7. Os dados sensoriais são privados; um dado é apreendido por apenas uma pessoa.
8. Os dados dos sentidos são distintos do ato de sentir, ou do ato pelo qual temos consciência deles.” (HATFIELD, 2021, tradução minha)<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup>

1. “In perceiving, we are directly and immediately aware of a sense datum.
2. This awareness occurs by a relation of direct mental acquaintance with a datum.
3. Sense data have the properties that they appear to have.
4. These properties are determinate; in vision, we experience determinate shapes, sizes, and colors.
5. Our awareness of such properties of sense data does not involve the affirmation or conception of any object beyond the datum.
6. These properties are known to us with certainty (and perhaps infallibly).
7. Sense data are private; a datum is apprehended by only one person.
8. Sense data are distinct from the act of sensing, or the act by which we are aware of them.”

De acordo com deVries e Triplett (2000), os dados dos sentidos surgem como peça teórica importante para uma explicação do fenômeno do erro perceptual. Há casos em que entretemos ilusões, sofremos alucinações, ou temos simplesmente percepções sensoriais de objetos que não estão de fato onde estão ou não têm as características que estamos lhes atribuindo. Ora, mesmo nestes casos, algo está ocorrendo. Podemos afirmar que algo está agindo sobre nossos sentidos, logo devemos estar experienciando alguma coisa. Para alguns filósofos, o que estamos experienciando são os dados dos sentidos.

deVries e Triplett (2000) chamam atenção para o fato de que, embora o termo “dados dos sentidos” tenha ganho proeminência na comunidade filosófica do início do século XX, havia espaço para muita discordância em relação à natureza dos dados dos sentidos. “Eles são entidades mentais? São coisas particulares individuais, ou são eventos?” (DEVRIES; TRIPLETT, 2000, p.4, tradução minha).<sup>15</sup> <sup>16</sup> Ainda que não seja possível dizer que todos os filósofos defensores dos dados dos sentidos sustentaram exatamente a mesma coisa, há um ponto em comum em suas visões: com frequência esses filósofos entenderam que os dados dos sentidos são indispensáveis para explicar tanto o nosso acesso sensorial ao mundo quanto a construção de nosso conhecimento empírico.

No entanto, deVries e Triplett argumentam que, quando Sellars critica a noção de dados dos sentidos, ele tem certa visão em mente segundo a qual “dados dos sentidos são uma classe especial de objetos não-físicos, internos, qualitativos, intrinsecamente privados, sentidos diretamente, e diretamente conhecíveis” (ibidem, tradução minha).<sup>17</sup> No que segue, teço alguns rápidos comentários sobre cada uma dessas características.

Em primeiro lugar, se esses objetos são não-físicos, então é preciso reconhecer que o filósofo que adota essa posição nega o materialismo<sup>18</sup>. Além disso, o caráter de internalidade força a ideia de que dados dos sentidos são elementos subjetivos. Em terceiro lugar, se os dados dos sentidos são intrinsecamente privados, eles pertencem apenas ao sujeito e não ao mundo externo, sendo inacessíveis por terceiros. Em quarto lugar, se dados dos sentidos são qualitativos, entende-se que eles “são o modo primário através do qual as qualidades visuais,

---

<sup>15</sup> “Are they mental entities? Are they particular individual things, or are they events?”

<sup>16</sup> Entende-se “particulares” aqui como entidades com algum nível de estabilidade que podem ser referenciadas sem problema ao longo de um certo período de tempo. Exemplos simples incluem objetos comuns do nosso cotidiano, como cadeiras, geladeiras, e assim por diante. Em geral, diz-se que objetos/entidades particulares *existem*. Por outro lado, “eventos” são entendidos como um conjunto de fatos que possui uma certa duração no tempo, e que não diz-se existirem, mas *ocorrerem*. Para mais sobre o assunto, ver *Events* (CASATI e VARZI, 2023).

<sup>17</sup> “sense data are a special class of nonphysical, inner, qualitative, intrinsically private, directly sensed, and directly knowable objects.”

<sup>18</sup> Sobre o materialismo: “A ideia geral é que a natureza do mundo real (ou seja, o universo e tudo o que nele há) está em conformidade com uma certa condição, a condição de ser físico.” (STOLJAR, 2023, tradução minha).

táteis, auditivas, entre outras qualidades sensoriais, existem” (DEVRIES e TRIPLETT, 2000, p.5, tradução minha).<sup>19</sup> Em quinto lugar, dizer que eles são sentidos diretamente explicita o contraste com os objetos do mundo, que são conhecidos indiretamente (através dos dados dos sentidos). Finalmente, o caráter de cognoscibilidade direta envolve ainda uma equivalência entre sentir a conhecer. “Para os teóricos dos dados dos sentidos, a aparência é a realidade na medida em que envolve experimentar dados dos sentidos” (ibidem, tradução minha).<sup>20</sup>

DeVries e Triplett argumentam que essa é a concepção de dados dos sentidos que Sellars argumenta contra. Outras visões sobre dados dos sentidos figuram também na filosofia do século XX, porém listá-las por completo desviaria o foco do presente trabalho. Desejo apenas comentar sobre a posição russelliana a respeito do tema. Ela se faz importante neste contexto porque Sellars, como veremos adiante, menciona uma forma de argumentar em favor dos dados dos sentidos que pode ser facilmente rastreada até Russell em seu livro *Os Problemas da Filosofia* (2005). O filósofo sustentou uma visão segundo a qual os dados dos sentidos são “externos e não internos, privados, ou mentais” (DEVRIES e TRIPLETT, 2000, p.6-7, tradução minha).<sup>21</sup> <sup>22</sup> Embora seja notável a diferença de características com aquelas apresentadas pelo paradigma que Sellars está atacando segundo DeVries e Triplett e os compromissos filosóficos acarretados, Russell ainda sustenta que os dados dos sentidos são o que nós experienciamos, sendo o ponto de partida para a construção do conhecimento sobre o mundo.

Assim sendo, os dados dos sentidos que constituem a aparência de minha mesa são coisas das quais tenho um conhecimento direto [*I have acquainted*], coisas que me são imediatamente conhecidas, exatamente como elas são. (RUSSELL, 2005, p. 56)

Russell diferencia duas formas de conhecer: *conhecimento por familiaridade* (*knowledge by acquaintance*) e *conhecimento de fatos* (*descriptive knowledge*). Ao conectar essas duas formas de conhecimento, como veremos mais adiante, Russell acredita garantir que nossas crenças empíricas estão bem fundamentadas. Antes de discutirmos quais problemas são gerados por essa suposição, devemos avaliar outros problemas associados ao conceito de dado enquanto dados dos sentidos.

<sup>19</sup> “are the primary mode in which visual, tactile, auditory, and other sensory qualities exist.”

<sup>20</sup> “For sense-datum theorists, appearance is reality as far as experiencing sense data is concerned.”

<sup>21</sup> Esse comentário de DeVries e Triplett é amparado pela seguinte passagem: “Temos conhecimento direto [*acquaintance*] na sensação dos dados dos sentidos externos e, na introspecção, dos dados do que podemos denominar de sentido interior: pensamentos, sentimentos, desejos, etc.; temos um conhecimento direto [*acquaintance*] na memória das coisas que foram dadas quer pelos sentidos exteriores, quer pelo sentido interior.” (RUSSELL, 2005, p.57)

<sup>22</sup> “external and neither inner, nor private, nor mental.”

Mais uma vez, deve ficar claro que os dados dos sentidos são uma subespécie da dadidade. Para Sellars, toda a ideia de dado é problemática. DeVries e Triplett resumem o *framework* da dadidade da seguinte maneira:

[a dadidade] consiste na assunção de que existem primitivos epistêmicos – crenças ou outros estados mentais que têm algum estatuto epistêmico positivo mas que são não-inferenciais, conceitualmente simples, e epistemicamente independentes e eficazes (DEVRIES E TRIPLETT, 2000, p. 7, tradução minha).

Essa breve caracterização evidencia as dificuldades para as quais Sellars chama a atenção no que diz respeito aos dados dos sentidos: como podem eles serem não-inferenciais e ao mesmo tempo possuírem independência e eficácia epistêmica? Nas seções a seguir daremos mais atenção para esse tópico.<sup>23</sup>

## 1.2 O DILEMA DE SELLARS

Por que os dados dos sentidos representam um problema epistemológico para Sellars? O teórico dos dados dos sentidos sustenta que eles são objeto de conhecimento infalível e indubitável. Além disso, esse teórico defende que eles não pressupõem qualquer conhecimento prévio nem requerem processos cognitivos para a sua produção. “Cognitivo” aqui, da maneira como Sellars utiliza o termo, é entendido como produzir articulações conceituais, proposicionais, inferenciais.<sup>24</sup> Ou seja: os dados dos sentidos apresentariam a independência epistêmica que o fundacionista clássico, adversário de Sellars, busca para sustentar sua teoria do conhecimento. No entanto, Sellars questiona se essas características

---

<sup>23</sup> A discussão sobre dados dos sentidos pode lembrar a discussão sobre *qualia*. No entanto, uma revisão da literatura sobre ambos os termos mostra que eles possuem usos distintos. Enquanto os dados dos sentidos são a própria coisa experienciada, os filósofos que utilizam o termo *qualia* com frequência advogam que *qualia* são as propriedades intrínsecas, fenomenais, da experiência subjetiva. Não é necessário postular dados dos sentidos e *qualia* ao mesmo tempo, embora exista quem o faça. “Considere a pintura de um dalmata. Os espectadores da pintura podem apreender não apenas o seu conteúdo (ou seja, a representação de um dalmata), mas também as cores, formas e relações espaciais existentes entre as manchas de tinta na tela. Às vezes, supõe-se que estar atento ou consciente de uma experiência visual é como ver uma imagem interna, não física, ou um dado dos sentidos. Assim, por exemplo, nesta concepção, se vejo um dalmata, estou sujeito a uma representação mental de um dalmata (um dado dos sentidos), cuja introspecção me revela tanto o seu conteúdo como as suas características intrínsecas não-representacionais (equivalentes às características visuais das manchas de tinta na tela). Estas características intrínsecas e não representacionais foram consideradas pelos defensores da teoria dos dados dos sentidos como os únicos determinantes de como é para mim ter a experiência. Num segundo sentido mais restrito do termo ‘*qualia*’, então, os *qualia* são características intrínsecas, conscientemente acessíveis e não representacionais dos dados dos sentidos e de outros objetos fenomênicos não físicos que são responsáveis pelo seu caráter fenomênico. Historicamente, o termo ‘*qualia*’ foi usado pela primeira vez em conexão com a teoria dos dados dos sentidos por C.I. Lewis em 1929. Da maneira que Lewis usou o termo, os *qualia* eram propriedades dos próprios dados dos sentidos.” (TYE, 2023)

<sup>24</sup> É interessante notar o uso sellarsiano de “cognitivo” e “não-cognitivo” a fim de desqualificar a relevância epistêmica de algo dado de maneira imediata aos sentidos. Em uma perspectiva enativista, por exemplo, o processo de perceber já é cognitivo. Isso se dá porque, para o enativismo, cognição é um fenômeno que engloba os modos de acesso de um organismo ao mundo.

podem coexistir e fundar nosso conhecimento nos termos propostos pelos teóricos dos dados dos sentidos.

O desafio sellarsiano contra o papel epistemológico dos dados dos sentidos ficou conhecido na literatura como o *dilema de Sellars*. Para Sellars, um filósofo que defende a relevância epistemológica dos dados dos sentidos combina duas ideias que, separadas, seriam incontestáveis. Contudo, quando combinadas, essas ideias gerariam um cenário aporético. As ideias que figuram na fórmula da teoria dos dados dos sentidos tematizada por Sellars são as seguintes:

1. Quando sentimos, sentimos particulares;
2. Quando conhecemos, ganhamos conhecimento sobre fatos em forma de conhecimento proposicional (conhecimento sobre a verdade de proposições).

Separadas, essas ideias não seriam problemáticas. O teórico dos dados dos sentidos, no entanto, deseja utilizar os dados dos sentidos como âncora para o conhecimento empírico. Essa âncora deve ser capaz de justificar o conhecimento, e não apenas mostrar a causa dessas crenças. É aqui que mora o problema da teoria dos dados dos sentidos. De saída já enfrentamos uma dificuldade: se, por um lado, nós temos acesso sensorial a particulares, por outro lado, nós conhecemos fatos proposicionais. Assim, as teorias fundacionistas que apelam aos dados dos sentidos incorrem no seguinte raciocínio: se um sujeito S percebe o dado do sentido referente à vermelhidão de X, ele está justificado em afirmar que X é vermelho. Há uma série de processos ocorrendo nesse tipo de situação. Abaixo nós podemos ver uma esquematização dessa série processual:

Objetos (1→) Dados dos sentidos (2→) Crenças básicas proposicionais (3→) Crenças  
não-básicas proposicionais

As relações não-problemáticas conforme o esquema acima são (1→) e (3→). A relação (1→) é uma relação *causal*, e embora Sellars pudesse contestar se dados dos sentidos existem (o que levaria a uma discussão metafísica), seu foco é epistemológico.<sup>25</sup> Assim, a relação (1→) não representa dificuldade para nosso propósito. A relação (3→), que é

---

<sup>25</sup> Sellars não argumenta contra a existência de dados dos sentidos diretamente. Ele argumenta somente contra a eficácia epistêmica que certos filósofos da época atribuíam a esse tipo de entidade. “Se o termo ‘dado’ [*given*] fosse referido meramente ao que é observado como sendo observado, ou, talvez, a um subconjunto apropriado das coisas que somos ditos determinar pela observação, a existência de ‘dados’ [*data*] seria tão incontestável quanto a existência de perplexidades filosóficas. Mas é claro, este não é o caso. A expressão ‘o dado’ como uma parte do vocabulário profissional – epistemológico – carrega um compromisso teórico substancial, e é possível negar que existem ‘dados’ ou que qualquer coisa é, neste sentido, ‘dada’ sem ser irrazoável.” (SELLARS, 1956, p. 253, tradução minha)

*inferencial*, também não cria qualquer confusão porque é ponto pacífico que crenças podem dar origem a outras crenças, e relacionar-se tanto causal quanto logicamente com elas. Quer dizer, uma crença leva a uma nova crença e também pode justificá-la. Fundacionistas e coerentistas em geral estão satisfeitos com essa ideia pois as versões paradigmáticas dessas correntes, costumeiramente mencionadas em enciclopédias e livros-texto, entendem que crenças podem justificar outras crenças desde que as primeiras encontrem-se já justificadas. Um exemplo de livro-texto que menciona tais versões é o capítulo *The Dialectic of Foundationalism and Coherentism* escrito por Laurence Bonjour para o livro *The Blackwell Guide to Epistemology* (GRECO e SOSA, 1999, pp. 117-142).

No entanto, é importante notar que o que se discute aqui é a ideia fundacionista de crenças básicas. A produção das crenças básicas que envolvem conteúdos empíricos é incontroversa: o sujeito forma novas crenças conforme entra em contato com o mundo ao seu redor. No entanto, de acordo com o fundacionismo clássico, crenças básicas estariam justificadas sem o auxílio de outras crenças, mas antes com o apelo à alguma forma de auto-evidência. Na discussão presente, é a ancoragem nos dados dos sentidos que oferece essa auto-evidência. Vamos então agora averiguar que tipo de relação está expressa em  $(2 \rightarrow)$ .

O fundacionista deseja sustentar que  $(2 \rightarrow)$  encapsula duas relações: causal e inferencial. A relação causal se dá quando nós simplesmente entramos em contato com dados dos sentidos e formamos uma nova crença. A relação inferencial, no entanto, é a esperança fundacionista de dizer que há segurança em nossas crenças básicas, pois elas são justificadas por algo que se estende para além do domínio das crenças. Os dados dos sentidos cumprem um duplo papel crucial que permite à epistemologia fundacionista explicar como é possível obtermos conhecimento sobre o mundo.

Teorias coerentistas, por outro lado, em geral atribuem um papel meramente causal à experiência empírica e sua relação com nossas crenças. Se esse fosse o caso, o papel epistemológico dos dados dos sentidos seria incontroverso, até mesmo trivial, mas não teria o poder de implicar conhecimento de maneira lógica. Se assumirmos que a relação entre dados dos sentidos e crenças é apenas causal, precisamos de outro candidato para justificar as crenças.

Mas não é esse o caminho que o fundacionista teórico dos dados dos sentidos deseja trilhar. Sellars, ciente disso, afirma que não é possível haver uma relação lógica ou inferencial entre o que se chama de dados dos sentidos e o conteúdo de crenças. Isso decorre de uma constatação bastante simples em princípio: crenças e dados dos sentidos não compartilham a mesma natureza. Enquanto crenças possuem um conteúdo proposicional, os dados dos

sentidos não o possuem. Logo, os dados dos sentidos não podem participar de relações inferenciais ou lógicas.

É importante ressaltar o seguinte: poderíamos entender que os dados dos sentidos justificam crenças na medida em que aplicamos a eles nossos conceitos previamente adquiridos e os interpretamos, gerando assim conteúdos proposicionais capazes de participar de relações lógicas e inferenciais. No entanto, deVries e Triplett (2000, p.8) chamam a atenção para o fato de que os dados dos sentidos constituem um conteúdo bruto, não interpretado.<sup>26</sup> Como já dito, os dados dos sentidos são considerados uma forma do dado pois seu apelo repousa em serem entendidos como primitivos epistêmicos.

O dilema que Sellars apresenta ao teórico dos dados dos sentidos pode ser, portanto, formulado em termos da seguinte questão: qual é o papel que os dados dos sentidos desempenham na construção do conhecimento? Se for causal, então é um papel trivial mas insuficiente para a justificação fundacionista do conhecimento. Por outro lado, se for lógico, há um problema de incompatibilidade entre a natureza dos dados dos sentidos e a natureza das crenças. Assim, o teórico dos dados dos sentidos está diante de uma aporia.

### 1.3 CONHECIMENTO POR FAMILIARIDADE

Diante da aparente aporia, quais são as soluções disponíveis ao teórico dos dados dos sentidos? Sellars alude a uma alternativa que parece razoável mesmo que esta também envolva dificuldades. A alternativa é apelar a uma distinção (sugerida por Russell) entre duas formas de conhecer: por um lado, temos o conhecimento por familiaridade; por outro lado, temos o conhecimento por descrição. Até então, o argumento de Sellars contra a relevância epistemológica dos dados dos sentidos baseava-se no pressuposto de que conhecimento é sempre acerca de fatos. Essa delimitação do conhecer é o que Russell chama de conhecimento por descrição. Russell, no entanto, reconhece um fio condutor entre as duas formas de conhecimento e os dados dos sentidos. Nesse sentido, vejamos no que consiste o conhecimento por familiaridade e de que maneira ele torna-se uma ponte entre os dados dos sentidos e o conhecimento por descrição/ de fatos.

De acordo com Russell (2005), nós temos conhecimento por familiaridade de uma coisa no mundo através da mera consciência acerca dela e de sua existência e sem a necessidade de intermédio inferencial. “Diremos que temos *conhecimento direto* [*acquaintance with*] de alguma coisa da qual estamos diretamente conscientes, sem a

---

<sup>26</sup> Além da leitura de deVries e Triplett, apresento algumas contribuições de O’Shea na seção 1.4 quando for o momento de discutir o mito do dado.

intermediação de qualquer método de inferência ou de qualquer conhecimento de verdades” (RUSSELL, 2005, p.51).<sup>27</sup> Ou seja, se estou consciente do computador que está na minha frente e no qual digito este trabalho, já possuo conhecimento dele de maneira imediata. Ao formular essa caracterização, Russell diz que conhecemos imediatamente os dados dos sentidos que constituem a aparência dos objetos. No entanto, os dados dos sentidos não são os únicos objetos dessa forma de conhecimento. Para Russell, temos conhecimento direto da memória, conhecimento direto por introspecção (meus próprios pensamentos, sentimentos, sensações, emoções, etc.), e conhecimento direto de universais (“ideias gerais como *brancura*, *diversidade*, *fraternidade*, e assim por diante” (RUSSELL, 2005, p. 58)).

Por outro lado, pensar sobre os objetos da realidade como sendo de tal e tal maneira não é uma forma de conhecimento por familiaridade. Nesse caso, entramos já no caso do conhecimento por descrição. Haveria, no entanto, uma conexão entre os dois tipos de conhecimento: o conhecimento por descrição é obtido através do conhecimento direto.

Um ponto importante da crítica sellarsiana pode ser observado na caracterização de Russell dos dois tipos de conhecimento. Sellars aponta que o uso epistemológico que os fundacionistas fazem do conhecimento que temos dos dados dos sentidos envolve certa confusão. Em sua explicação, Russell não distingue bem as duas formas de conhecimento. Isso fica evidenciado, por exemplo, em sua afirmação de que “Para conhecer alguma coisa sobre a mesa, devemos conhecer verdades que a conectem com as coisas das quais temos um conhecimento direto” (RUSSELL, 2005, p.52). Ou seja, ter contato com os dados dos sentidos é uma forma de conhecimento, mas não é a forma de conhecimento que possui primazia para o interesse filosófico de acordo com Sellars. No entanto, a todo o tempo utiliza-se o mesmo verbo: “conhecer”. Veremos mais adiante a análise de Sellars em relação a isso.

Seja como for, Russell é categórico em afirmar a necessidade dessa equação entre dados dos sentidos e os dois tipos de conhecimento: “Todo nosso conhecimento, tanto o conhecimento de coisas como o conhecimento de verdades, baseia-se, em última instância, no conhecimento direto” (2005, p.53). Entrar em contato com dados dos sentidos, logo, nos

---

<sup>27</sup> A expressão que Russell usa, aqui traduzida por mim como “conhecimento por familiaridade”, é “*knowledge by acquaintance*”. Algumas vezes a expressão é traduzida como “conhecimento direto”. Esse é o caso da tradução de Jaimir Conte, por exemplo. Acredito, no entanto, que a tradução optada por mim fora das citações diretas coincide mais precisamente com o termo anglófono. Além disso, mais adiante no texto principal comento que, para Sellars (de acordo com deVries), o conhecimento empírico é epistemicamente direto. O termo utilizado por deVries, neste caso, é “*direct*”. Vale mencionar que, no *framework* russelliano, o conhecimento por familiaridade é uma forma de conhecimento direto, e nesse caso, a tradução de Conte possui um bom amparo filosófico. “Conhecimento por familiaridade, portanto, é um tipo direto de conhecimento; é um tipo de conhecimento que não depende de inferência ou mediação” (DEPOE, 2024, tradução minha). Uma pergunta que poderia ser feita, no entanto, é a seguinte: *knowledge by acquaintance* é a única articulação filosófica de uma forma de conhecimento direto? Caso não seja, parece preferível traduzir ao pé da letra.

habilita a afirmar que temos certos conhecimentos. Se encararmos do ponto de vista da teoria da justificação, os dados dos sentidos são a resposta para a seguinte pergunta: “o que justifica eu afirmar que tenho certo conhecimento empírico?”. Assim, mais uma vez, a teoria dos dados dos sentidos busca atribuir um duplo papel a essas entidades: elas podem interagir de maneira causal e de maneira lógica com nossas crenças.

Podemos afirmar que Russell, em sua caracterização de “conhecimento por familiaridade”, explora dois recursos: em primeiro lugar, ele se vale do uso ordinário da expressão “conhecer” como em situações do tipo “você conhece Marcos?”; em segundo lugar, ele articula uma intuição comum (entre filósofos e leigos) de que ter contato direto com particulares constitui uma forma de obtenção de conhecimento. Seguindo essa linha de raciocínio, é plausível afirmar que o empirismo criticado por Sellars tem se esforçado em salvaguardar essa intuição.

A intuição mencionada mantém seu apelo ainda hoje, sendo alvo de diferentes desenvolvimentos em anos recentes.<sup>28</sup> Por outro lado, Sellars argumenta que ela levou os fundacionistas teóricos dos dados dos sentidos a cometerem equívocos conceituais. Para ser mais preciso, a maneira como o teórico dos dados dos sentidos busca nos convencer da importância epistêmica dessas entidades envolve a hipótese de que entreter dados dos sentidos *equivale* a possuir crenças básicas. Essas crenças básicas, no esquema fundacionista, estão imediatamente justificadas e são capazes de prover justificação para crenças não-básicas.

Isso parece funcionar apenas por conta de um uso ambíguo da noção de “conhecimento”. Sellars argumenta que nós conhecemos apenas fatos. Nosso conhecimento é sempre proposicional. Logo, embora haja na linguagem ordinária o uso de conhecer enquanto “conhecimento por familiaridade”, Sellars entende que esse uso da palavra não pode nos ajudar a entender qual é o papel da experiência na construção do conhecimento empírico.

É claro que alguém pode dizer o seguinte: “o verbo ‘conhecer’ ocorre no uso comum da linguagem de diversas maneiras, e o papel do filósofo é meramente analisar essa noção sem prescrever quais de seus usos são válidos”. Mesmo nesse caso, a crítica de Sellars ainda retorna, pois há uma incongruência entre os tipos de ocorrência do verbo ‘conhecer’ em

---

<sup>28</sup> Para filosofias empiristas posteriores a Sellars e sem apelo aos dados dos sentidos, ver *Mind and World* de John McDowell (1994) e *Evidence and Inquiry* de Susan Haack (1993). McDowell desenvolve uma posição conhecida como conceitualismo, que afirma ser “possível responder ao problema do mito do dado sem que adotemos a solução coerentista, que caracteriza o conhecimento, na palavras do filósofo, como ‘patinando no vazio sem fricção’” (MCDOWELL, 2005, p. 80). Para tal, é necessário que a experiência seja ela mesma conceitualmente estruturada. Isto é, nossos estados perceptuais são estados mentais conceitualmente estruturados. Não há uma diferença intransponível de conteúdo representacional entre percepção e outras atitudes proposicionais” (APOLINÁRIO, 2023, p. 40). Já Haack desenvolve o fundamentismo, que será explorado no próximo capítulo do presente trabalho.

‘conhecimento por familiaridade’ e em ‘conhecimento de fatos’. Sentir os dados dos sentidos, ou seja, conhecer dados dos sentidos por familiaridade não envolve necessidade de aprendizado de conceitos ou de habilidades. Por outro lado, é necessário que aprendamos os nomes de particulares, bem como articular frases que vão além do uso de substantivos e adjetivos, para que possamos possuir e expressar conhecimentos de fatos.

Enquanto a noção de conhecimento por familiaridade engloba todos os contatos empíricos que temos com o mundo durante nossa experiência acordados e alertas, a noção de conhecimento de fatos envolve o uso da linguagem. Eu posso saber diversas coisas por familiaridade, talvez algumas das quais eu não sei expressar verbalmente. Isso acontece quando, por exemplo, vejo algo cujo nome não sei. O conhecimento de fatos, no entanto, é mais exigente cognitivamente. De acordo com uma concepção epistemológica tradicional, eu sei de algo quando possuo uma crença que é verdadeira e justificada. Embora a noção de verdade possa resultar em discussões metafísicas e o teórico dos dados dos sentidos pudesse apelar a uma noção de correspondência entre o conteúdo de estados mentais e dados dos sentidos, o resto dos requisitos é enfrentado no campo proposicional. Pensamos em crenças, pelo menos no sentido relevante para a epistemologia, como possuindo um conteúdo proposicional, e a atitude de justificar uma crença também se dá no campo linguístico. De acordo com Sellars, é apenas no âmbito do conhecimento de fatos que somos chamados à tarefa da justificação, de oferecer razões.

Em resumo, a crítica de Sellars opera a partir do seguinte pressuposto: o domínio causal, i.e., o domínio da natureza e aquele no qual *percebemos coisas* é radicalmente diferente do domínio lógico-inferencial, i.e., aquele no qual *inferimos* que algo é de certa maneira. Cada um desses domínios requer diferentes habilidades. O primeiro não requer *aprendizado* de habilidades, diferente do segundo, que nos exige o aprendizado da linguagem, bem como a capacidade de realizar inferências a partir da aquisição de informações. Para Sellars, o teórico dos dados dos sentidos realiza uma transgressão entre esses dois domínios, buscando transportar o que é não-normativo para um domínio normativo. Explorarei essa distinção na próxima seção.

#### 1.4 O MITO DO DADO

O mito do dado denunciado por Sellars surge na tentativa dos filósofos dos dados dos sentidos de nos persuadir de que há, de fato, uma conexão lógica e legítima entre experienciar dados dos sentidos e possuir conhecimento. Ao fazer isso, porém, enfrenta-se o que Sellars chama de uma tríade inconsistente:

A - “X sente conteúdos dos sentidos vermelhos” implica que “X não-inferencialmente sabe que S é vermelho”;

B - A habilidade de sentir conteúdos dos sentidos não é adquirida;

C - A habilidade de conhecer fatos da forma “X é Y” é adquirida.

Para que o conjunto de proposições deixe de ser inconsistente, é necessário eliminar uma delas. Isso se dá porque A e B implicam não-C, enquanto B e C implicam não-A, e A e C implicam não-B. Tendo em mente que o objetivo do teórico dos dados dos sentidos é utilizar a dadaidade dos dados dos sentidos para explicar a formação de conhecimento empírico, a escolha torna-se árdua.

Se eliminamos A, damos adeus à relevância epistemológica dos dados dos sentidos. Com essa eliminação, é necessário encontrar uma maneira diferente de explicar o *insight* de que a experiência possui relevância para o conhecimento. Eliminar B, por outro lado, faz com que o conceito de dados dos sentidos perca a conexão com a fala ordinária sobre sensações, sentimentos, pós-imagens, coceiras, tiques etc. Para Sellars, eliminar C seria abandonar o nominalismo intrínseco à tradição empirista. O nominalismo é a doutrina segundo a qual apenas particulares existem, e todos os nomes que damos são apenas nomes que cumprem uma função linguística. Quanto aos universais e outras entidades abstratas, nominalistas podem argumentar contra qualquer tipo de entidades abstratas, e alguns o fazem. De acordo com O’Shea (2017), a visão de Sellars é de que

elas [entidades abstratas] devem ser identificadas com ou explicadas em termos de nosso próprios atos de pensamento e nossas práticas linguísticas, ou em termos do funcionamento de sistemas representacionais ou simbólicos em geral (p. 20, tradução minha).<sup>29</sup>

Se a proposição C fosse abandonada, o empirismo teria de reformular como os seres humanos são capazes de nomear objetos e de conhecer fatos. Mas se a habilidade de conhecer fatos em forma proposicional fosse inata e não envolvesse aprendizado, seria necessário apelar à existência de universais (tipo de entidade que um nominalista comumente rejeita).<sup>30</sup>

<sup>29</sup> “they are in some sense to be identified with or otherwise explained in terms of our own acts of thought and our linguistic practices, or in terms of the functioning of representational or symbolic systems in general”.

<sup>30</sup> O papel que a teoria dos universais desempenha é a seguinte: “Embora os indivíduos não sejam repetíveis, os universais só podem cumprir as suas funções características se diferirem dos indivíduos neste aspecto. Para fundamentar relações de identidade qualitativa, por exemplo, os universais devem ser multi-exemplificáveis (ou repetíveis), capazes de estar aqui e ali ao mesmo tempo. Minha maçã e a sua são individuais, e isso implica que cada uma só pode estar em um lugar de cada vez. Mas se a vermelhidão que partilham é universal, então a vermelhidão que partilham é um verdadeiro não-individual, literalmente em ambos. As maçãs são semelhantes em virtude de compartilharem essa vermelhidão universal. E se a vermelhidão for compartilhada dessa forma,

Visto que a proposição A constitui a forma do mito do dado em sua versão dos dados dos sentidos, é essa a proposição que, na opinião de Sellars, deve ser abandonada.

A exposição da tríade inconsistente serve para Sellars nos mostrar que o mito do dado esposado pelos teóricos dos dados dos sentidos surge da síntese de afirmações que são, de outra maneira, legítimas. A primeira delas é a de que “existem processos não-aprendidos em organismos que produzem estados internos que são condições *causalmente* necessárias da percepção” (DEVRIES e TRIPLETT, 2000, p.14, tradução minha), e a outra é de que “há estados internos de organismos que são cognições não-inferenciais e que desempenham um papel essencial na *justificação* de todas as outras proposições empíricas justificadas” (idem, tradução minha). De acordo com Sellars, a primeira dessas afirmações é uma tentativa de explicar nossa experiência empírica de maneira que pareça científica. A segunda, claramente, surge na necessidade de explicarmos a estrutura do conhecimento. Para Sellars, o problema está em considerar que todas essas características devem ser possuídas por um mesmo estado, ocorrência ou entidade.

Finalmente, Sellars (1956, pp. 259-261) credita a síntese desses elementos na fórmula dos dados dos sentidos a três motivos:

1. Uma tendência em entender sensações como possuidoras de conteúdo intencional;
2. A busca fundacionista por ancorar o conhecimento empírico em uma classe de estados que sejam infalíveis;
3. A ideia de que sensações não podem ser consideradas falsas.

De acordo com (1), há uma tendência, explícita ou implícita, em sustentar que as sensações compartilham certa característica essencial com estados cognitivos que possuem conteúdo proposicional. Isso faria com que os empiristas teóricos dos dados dos sentidos considerassem as sensações como itens adequados para estabelecer a relação com o conhecimento de fatos. Ademais, ao unir (2) e (3), o teórico dos dados dos sentidos concebe como solução epistemológica uma característica “vantajosa” dos dados dos sentidos: se sensações não podem ser falsas e precisamos de uma base segura para o conhecimento empírico, logo sensações devem oferecer essa base segura.

O problema é que intencionalidade não é uma característica que pertence às sensações, mas aos pensamentos. Sentir não é pensar, embora sentir possa, causalmente, levar a certos

---

ela ocorrerá em pelo menos dois lugares ao mesmo tempo” (MacLeod, 2024, tradução minha). Sellars, como nominalista, segue um estilo filosófico que não necessita postular a existência de universais.

pensamentos. Em segundo lugar, não é necessário que a base do conhecimento empírico seja infalível. Se a teoria do conhecimento deseja mimetizar o estilo científico na apresentação dos componentes que constituem o conhecimento, pode olhar para as ciências naturais e perceber que hipóteses e teorias são suscetíveis à revisão mesmo quando bem corroboradas e aceitas pela comunidade científica. Finalmente, se sensações não podem ser falsas, elas tampouco podem ser verdadeiras. Não parece ser da natureza de uma sensação a atribuição de falsidade ou verdade.

No início desta seção foi dito que a exploração epistemológica da hipótese dos dados dos sentidos acarreta uma forma do mito do dado. O mito do dado é identificado por Sellars e primariamente discutido em EPM, mas o filósofo ainda desenvolve o tema em outros textos, auxiliando na compreensão do que vem a ser o núcleo principal do mito. Em *The Lever of Archimedes* (1981, doravante TLA), Sellars, ao engajar em um debate com Firth, menciona uma linha de pensamento que assume que “se uma pessoa está diretamente ciente de um item que tem estatuto categorial C, então a pessoa está ciente dele *como* possuindo estatuto categorial C” (p. 11, tradução minha).<sup>31</sup> Para Sellars, essa forma de pensar representa talvez a forma mais básica do mito do dado.

O’Shea comenta que “A questão sobre o que o mito do dado supostamente é em primeiro lugar, contudo, é mais complexa e multifacetada do que muitas vezes se supõe nestas disputas, e a clarificação desta questão anterior acaba por ter consequências surpreendentes” (2021, p.2, tradução minha).<sup>32</sup> Ao mencionar a apresentação que Sellars faz em TLA, no entanto, O’Shea encontra um fio condutor até a natureza do mito do dado. A citação de TLA no parágrafo acima é o ponto focal de O’Shea. Ele menciona que essa forma do mito tem sido chamada de “dado categorial”. Mas por que essa seria a forma mais básica do mito do dado?

O ponto-chave em relação ao mito do dado é a afirmação de Sellars de que os filósofos quase sempre assumiram, seja explicitamente, implicitamente, ou por implicação involuntária, que alguma categorização fundamental do mundo ou de pessoas *não é revisável* e, portanto, é assumida como sendo apenas “dada” nesse sentido (O’SHEA, 2021, p. 11, tradução minha).<sup>33</sup>

---

<sup>31</sup> “If a person is directly aware of an item which has categorial status C, then the person is aware of it *as* having categorial status C.”

<sup>32</sup> “The question of just what the myth of the given is supposed to be in the first place, however, is more complex and multi-layered than has often been supposed in these disputes, and clarification of this prior question turns out to have surprising consequences.”

<sup>33</sup> “The key point in relation to the myth of the given is Sellars’s contention that philosophers have almost always assumed, whether explicitly, implicitly, or by unwitting implication, that some fundamental categorization of the world or of persons is *irrevisable*, and so is assumed to be just “given” in that sense.”

Para Sellars, um aspecto importante da construção de uma imagem do mundo é a possibilidade de sempre revisar os conceitos empregados. Ele deixa isso claro em relação à ciência, mas aplica-se também ao fazer ontológico próprio dos filósofos.

Pois o conhecimento empírico, como sua extensão sofisticada, a ciência, é racional não porque tem uma *fundação* mas porque é um empreendimento autocorretivo que pode colocar qualquer afirmação em risco, embora não todas de uma vez. (SELLARS, 1956, p. 300, tradução minha).<sup>34</sup>

### 1.5 JUSTIFICAÇÃO EPISTÊMICA EM SELLARS

Como vimos acima, segundo Sellars, a justificação do conhecimento empírico através dos dados dos sentidos enfrenta grandes dificuldades filosóficas ao recair no assim chamado mito do dado. Sua análise carrega alguns pressupostos que apontam para a sua própria posição epistemológica positiva:

1. Existe uma diferença não-trivial entre relações causais e relações lógicas;
2. O reino das relações causais não intersecta o reino das relações lógicas (em certo sentido, conforme discute-se nos parágrafos a seguir);
3. A construção do conhecimento é uma tarefa lógica e inferencial.

O pressuposto (1) e o pressuposto (2) se conectam intimamente. Para Sellars, tudo que ocorre no mundo físico que experimentamos à nossa volta são relações causais. Dizer que eu acendi o fogão e a chaleira esquentou é meramente a descrição de uma relação causal. Por outro lado, realizar inferências entre sentenças ou conceitos é o tipo de atividade que revela uma relação lógica (caso a inferência seja bem feita). Se digo que vai chover, uma inferência plausível é alguém responder que então é uma boa ideia sair de guarda-chuva. Embora minha observação seja sobre o reino causal, ninguém está colocando em jogo se minha observação é verdadeira. Caso coloque em jogo, me perguntará quais são minhas razões. Esse perguntar pelas razões nos leva ao pressuposto (3). Nós veremos que Sellars não descarta inteiramente a relevância da experiência, porém o fato de ela ser causal não a torna relevante para a construção do conhecimento, contrariamente ao que a posição filosófica que o autor enfrenta em EPM sugere.

Para os fins da discussão da epistemologia sellarsiana, o ponto (2) é relativamente pacífico. De acordo com Sellars, relações causais não são epistemicamente relevantes. No entanto, cabe registrar que existe uma tensão explorada por Sellars entre o que ele chama de *a*

<sup>34</sup> “For empirical knowledge, like its sophisticated extension, science, is rational, not because it has a *foundation* but because it is a self-correcting enterprise which can put any claim in jeopardy, though not all at once.”

*imagem manifesta* e a *imagem científica* em *Philosophy and the Scientific Image of Man* (1962, doravante PSIM):

Estas imagens existem e são tão parte integrante do mundo como esta plataforma ou a Constituição dos Estados Unidos. Mas, além de ser confrontado por essas imagens como existentes, ele [o filósofo] é confrontado por elas como imagens no sentido de “coisas imaginadas” — ou, como seria melhor dizer imediatamente, concebidas; pois estou a utilizar “imagem” neste sentido como uma metáfora para a concepção, e é um facto familiar que nem tudo o que pode ser concebido pode, no sentido comum, ser imaginado. O filósofo, então, é confrontado por duas concepções, igualmente públicas, igualmente não arbitrarias, do homem-no-mundo e não pode esquivar-se à tentativa de ver como elas se enquadram numa visão estereoscópica (SELLARS, 1962, p. 5, tradução minha).<sup>35</sup>

Por que há uma tensão entre essas imagens? Porque Sellars entende que episódios de conhecimento não podem ser simplesmente reduzidos a descrições em termos causais. Sellars reconhece a importância do discurso normativo, tanto no âmbito do conhecimento como das ações (ética), sendo esses âmbitos regulados por *deveres*, e os movimentos nesses âmbitos podem ser entendidos como corretos ou incorretos. Os conceitos aplicados para falar sobre esses domínios são irreduzíveis no sentido conceitual, de acordo com Sellars. Por outro lado, o filósofo entende que a ciência é a medida de todas as coisas, uma visão que é conhecida como naturalismo filosófico. A seguinte passagem ilustra este ponto:

Mas, *falando como filósofo*, estou perfeitamente preparado para dizer que o mundo do senso comum dos objectos físicos no Espaço e no Tempo é irreal — isto é, que tais coisas não existem. Ou, para dizer de forma menos paradoxal, que na dimensão de descrever e explicar o mundo, a ciência é a medida de todas as coisas, do que é que é, e do que não é, que não é (SELLARS, 1956, p. 303. tradução minha).<sup>36</sup>

Então, de um lado, Sellars atribui uma importância irreduzível ao discurso normativo que emerge no cotidiano e que o filósofo toma como tarefa analisar e esclarecer. De outro, ele lega primazia metafísica ao discurso científico. Como essa tensão se resolve? O’Shea (2010) chama a atenção para uma passagem em PSIM: “Pois, como veremos, esta diferença de nível aparece como uma descontinuidade irreduzível na imagem *manifesta*, mas como, num certo sentido que exige uma análise cuidadosa, uma diferença redutível na imagem *científica*”

---

<sup>35</sup> “These images exist and are as much a part and parcel of the world as this platform or the Constitution of the United States. But in addition to being confronted by these images as existents, he [the philosopher] is confronted by them as images in the sense of ‘things imagined’—or, as I had better say at once, conceived; for I am using ‘image’ in this sense as a metaphor for conception, and it is a familiar fact that not everything that can be conceived can, in the ordinary sense, be imagined. The philosopher, then, is confronted by two conceptions, equally public, equally non-arbitrary, of man-in-the-world and he cannot shirk the attempt to see how they fall together in one stereoscopic view.”

<sup>36</sup> “But, *speaking as a philosopher*, I am quite prepared to say that the common-sense world of physical objects in Space and Time is unreal — that is, that there are no such things. Or, to put it less paradoxically, that in the dimension of describing and explaining the world, science is the measure of all things of what it is that it is, and of what is not that it is not.”

(SELLARS, 1962, p. 6, tradução minha).<sup>37</sup> Ao longo do texto, Sellars explora as diferenças entre a imagem manifesta e a imagem científica, bem como as similaridades. A imagem manifesta é, de certa maneira, também científica:

Ela não é apenas disciplinada e crítica; ela também usa aqueles aspectos do método científico que podem ser agrupados sob o título de “indução correlacional”. Existe, no entanto, um tipo de raciocínio científico que ela, por estipulação, não inclui, a saber aquele que envolve a postulação de entidades imperceptíveis, e princípios pertencentes a eles, para explicar o comportamento de coisas perceptíveis (SELLARS, 1962, p. 7, tradução minha).<sup>38</sup>

Aqui é possível notar um aspecto apontado por Haack em seu livro *Defending Science* (2003, doravante DS). Algumas formas de raciocínio empregadas na ciência não são exclusivas a ela. Seria possível dizer que Haack explora também o problema da dualidade entre uma imagem manifesta e uma imagem científica, porém para a filósofa não há dualidade, mas uma continuidade entre senso comum e ciência. Em sua obra, a ciência é entendida como o longo braço do senso comum. Sellars, no entanto, preocupava-se com o espaço que cada imagem toma frente à outra dado o fato de que as diversas ciências apresentam imagens que não são facilmente conciliáveis umas com as outras nem com a imagem manifesta dada a característica irreduzível do discurso normativo presente na vida em comunidade. Sellars, como de praxe, explora opções presentes na literatura e examina o que há de problemático com elas, questionando finalmente se há alguma alternativa. Curiosamente, após longa exploração do tema, Sellars conclui afirmando que há, de fato, uma alternativa, mas que apresentará apenas um breve esboço dela:

Portanto, para completar a imagem científica nós precisamos enriquecê-la *não* com mais maneiras de dizer o que é o caso, mas com a linguagem da comunidade e intenções individuais, de modo que ao interpretar as ações que pretendemos realizar e as circunstâncias em que pretendemos realizá-las em termos científicos, nós *diretamente* relacionamos o mundo como concebido pela teoria científica aos nossos propósitos, e nós fazemos dele o *nosso* mundo e não mais um apêndice alienígena ao mundo em que vivemos (SELLARS, 1962, p. 40, tradução minha).<sup>39</sup>

---

<sup>37</sup> “For, as we shall see, this difference in level appears as an irreducible discontinuity in the manifest image, but as, in a sense requiring careful analysis, a reducible difference in the scientific image.”

<sup>38</sup> “It is not only disciplined and critical; it also makes use of those aspects of scientific method which might be lumped together under the heading 'correlational induction'. There is, however, one type of scientific reasoning which it, by stipulation, does not include, namely that which involves the postulation of imperceptible entities, and principles pertaining to them, to explain the behaviour of perceptible things”

<sup>39</sup> “Thus, to complete the scientific image we need to enrich it *not* with more ways of saying what is the case, but with the language of community and individual intentions, so that by construing the actions we intend to do and the circumstances in which we intend to do them in scientific terms, we *directly* relate the world as conceived by scientific theory to our purposes, and make it *our* world and no longer an alien appendage to the world in which we do our living.”

As três características descritas acima são muito breves e vagas para que constituam uma posição epistemológica completa. São, no máximo, indícios. No restante desta seção, desejo aprofundar a epistemologia positiva apresentada por Sellars em EPM.

Além das críticas aos dados dos sentidos, Sellars critica outras formas do mito do dado. Porém, essas outras críticas são estruturalmente análogas àquela que analisamos aqui. Por essa razão, não as discutirei nesta dissertação.<sup>40</sup> A apresentação que aqui desenvolvi da rejeição sellarsiana dos dados dos sentidos cumpriu o papel de apontar para uma segunda importante noção que Sellars inaugura na filosofia, nomeadamente, o *espaço lógico de razões*:

O ponto essencial é que ao caracterizar um episódio ou estado como aquele de *saber*, nós não estamos dando uma descrição empírica daquele episódio ou estado; nós o estamos colocando no espaço lógico de razões, de justificar e ser capaz de justificar o que é dito (Sellars, 1956, p. 299).

Embora Sellars seja um naturalista filosófico no que diz respeito à ontologia, ele não abraça o projeto de naturalização da epistemologia de Quine (1969).<sup>41</sup> Enquanto o naturalismo

---

<sup>40</sup> Ainda assim, cabe mencionar de maneira breve quais são as outras formas do mito do dado identificadas por Sellars, e quais argumentos Sellars emprega contra elas. A próxima forma do mito do dado identificada por Sellars é a das aparências [*looks*]. De acordo com o filósofo, há teóricos que defendem que locuções do tipo “X parece vermelho” são conceitualmente anteriores a locuções do tipo “X é vermelho”. Esta forma do mito é motivada pela ideia de que o que é dado ao agente epistêmico em sua experiência empírica é a aparência das coisas. Porém, para Sellars, esse modo de pensar inverte a ordem das coisas: na verdade, a locução de dizer que “X é vermelho” é conceitualmente mais simples, e dizer que “X parece vermelho” envolve maior sofisticação conceitual, bem como depende dos conceitos envolvidos na primeira locução. Pois dizer que algo aparenta ser de tal jeito requer que se saiba aplicar um conceito porém de maneira não-assertiva. É preciso primeiro aprender a dizer que algo é vermelho antes de dizer que algo parece vermelho, pois o aprendizado do conceito nos leva a identificar esse conceito quando ele surge na nossa experiência. Já o aprendizado sobre aparências ocorre num momento posterior, e requer suspender o juízo sobre a experiência.

Outra forma do mito do dado atacada por Sellars envolve a noção de experiência imediata. Este segundo argumento visa rechaçar a ideia de que algo como uma experiência imediata oferece todo o conteúdo necessário para fundamentar o conhecimento empírico. A dificuldade, para Sellars, é que experiências imediatas não têm conceitos e não são cognitivas (i.e., não operam uma função epistemológica).

Finalmente, uma terceira forma alternativa do mito do dado identificada por Sellars se encontra em Locke, Hume, e Berkeley. Essa forma do mito consiste em entender como inata a capacidade humana de estar ciente de tipos determinados (como “vermelho”) apenas por meio de uma sensação.

<sup>41</sup> De acordo com Sellars, a ciência é a medida de tudo que podemos dizer ou não sobre o mundo (1956, p. 303). Esta tese é conhecida como naturalismo ontológico. É importante não confundir naturalismo ontológico com cientificismo. O cientificismo é a tese segundo a qual a ciência é capaz de providenciar todas as respostas para as perguntas mais difíceis que podem ser feitas pelos seres humanos (para mais sobre o assunto, ver *Seis Sinais de Cientificismo* de Haack (2012)). O naturalismo ontológico não implica essa tese, pois deixa um espaço em aberto para que a filosofia possa trabalhar. De fato, parte da filosofia naturalista contemporânea se faz num contato íntimo entre a filosofia e as ciências, em que a filosofia é capaz de articular questões conceituais que a ciência não é capaz de abordar devido ao seu escopo restrito. Um exemplo disso é a filosofia da cognição. No livro *A Mente Enativa*, Rolla comenta sobre a postura naturalista dos programas ecológicos e enativistas na área da cognição: “Crucialmente, fazer filosofia com uma postura naturalista e informada pelas descobertas das ciências cognitivas e da neurociência contemporâneas, como é o nosso caso, permitir-nos-á a aproximação com algumas questões filosóficas mais tradicionais” (2021, p.22). É interessante notar que o naturalismo ontológico requer um certo compromisso epistemológico. Isto é, falar sobre o que existe sempre deixa abertura para perguntarmos “como podemos saber disso?”. Nessa perspectiva, o naturalismo parece demandar uma epistemologia empirista que lhe dê suporte, seja nos moldes de Sellars ou Haack (sua epistemologia será explorada no próximo capítulo

quineano encara a epistemologia como um capítulo da psicologia que deve utilizar de resultados empíricos para esclarecer os conceitos empregados, Sellars entende a epistemologia como uma disciplina inteiramente normativa. Quine entende que a função da epistemologia deve ser trabalhar em consonância com os resultados fornecidos pela psicologia para identificar os processos de produção de conhecimento. Para a epistemologia feita à época e até mesmo para a discutida nas últimas décadas, isso pode soar estranho caso seja entendido como o único objetivo da epistemologia. Quer dizer, teorias da justificação epistêmica visam entender quando um sujeito está ou não justificado, e uma parte dos filósofos e filósofas parece desejar oferecer um *framework* que nos possa guiar na avaliação de nossa cognição epistêmica. Parece ser o caso de Haack, cujo trabalho teve repercussão positiva na área jurídica.<sup>42</sup> Dessa maneira, Quine entende que a epistemologia é um estudo descritivo. Coerentemente com a visão sellarsiana, podemos dizer que o projeto quineano meramente abarca as relações causais que ocorrem de maneira concomitante aos processo epistêmicos. Para Sellars, a atividade de conhecer apresenta uma dimensão irreduzivelmente normativa, pois somos capazes de discutir asserções epistêmicas, julgando-as corretas ou incorretas.<sup>43</sup>

A epistemologia assim compreendida fica fora do alcance das ciências empíricas. Ainda que o conhecimento produzido pelas ciências empíricas possa nos informar sobre o comportamento da visão, sobre o fenômeno físico das cores etc., produzindo dados relevantes para uma teoria da percepção, a qual, por sua vez, se relaciona com a epistemologia, a atividade de conhecer e de atribuir conhecimento não pode ser escrutinada pelos métodos empíricos das ciências. Pelo contrário, afirmar ou atribuir conhecimento é uma atividade que envolve diversas competências que não são explicáveis apenas por meio da investigação empírica. Elas exigem investigação filosófica: “... todas as descrições mentalistas são, de acordo com Sellars, irreduzíveis ao puramente empírico” (DEVRIES e TRIPLETT, 2000, p. 93, tradução minha).

---

deste trabalho). Nós não temos evidência suficiente para toda e qualquer afirmação feita pelas ciências sobre o que existe, e o modo de operação das ciências naturais é ou pode ser compatível com o entendimento epistemológico de que não devemos assumir como verdadeiro aquilo a respeito do qual não podemos fornecer evidência suficiente. Há nuances entre realismo e antirrealismo científicos, e o naturalismo ontológico apoiado por uma epistemologia empirista que sugere a possibilidade de constantes revisões pode encontrar seu lugar nesse espectro sem cair em um realismo radical ingênuo.

<sup>42</sup> Em EAI, Haack preocupa-se extensivamente com a maneira através da qual as teorias da justificação epistêmica buscam relacionar crenças empíricas e verdade. Seu debate sobre evidência, por algum motivo que foge ao escopo da discussão aqui presente, ganhou repercussão na área jurídica, como é atestado por Meroi e Chaumet (2020).

<sup>43</sup> É interessante notar que a epistemologia atual pode permitir uma conjunção entre a visão naturalista quineana e a visão normativista sellarsiana. Uma leitura de Burge (2003), por exemplo, pode sugerir que animais humanos e não-humanos realizam processos epistêmicos a partir de seus sistemas biológicos, e esses processos realizados pelos sistemas biológicos podem ser caracterizados num espectro normativo. É claro que, neste caso, a normatividade se expande para além da linguagem falada.

O caráter normativo de nossas capacidades epistêmicas relaciona-se com o desenvolvimento de nossas capacidades conceituais e linguísticas. Isto é porque, para Sellars, conhecimento é proposicionalmente estruturado. E apenas através do domínio conceitual e linguístico somos capazes de fazer, questionar, defender, e avaliar declarações epistêmicas. Esse conjunto de atividades é intrinsecamente normativo na medida em que adentramos o jogo de dar e pedir razões, como já foi parcialmente explorado e ainda será desenvolvido mais adiante.

Em algumas ocasiões, enquadra-se Sellars como um coerentista epistemológico (MURPHY, 2023).<sup>44</sup> No entanto, sua posição filosófica aceita interpretações alternativas. Sellars reserva um papel importante para os dados empíricos, mesmo que não lhes dê a primazia nem o tratamento conceitual dos empiristas tradicionais. O coerentismo de sua filosofia pode ser mais facilmente localizado na sua teoria dos conceitos, teoria que parcialmente fundamenta sua epistemologia.

Sellars não atribui a animais não-linguísticos nem a crianças em fase pré-linguística o estatuto de “conhecedor”.<sup>45</sup> Esse conceito será útil daqui em diante, pois entender o que faz de um ser humano um conhecedor ou agente epistêmico à luz da epistemologia sellarsiana revela os pormenores dessa teoria.

Imaginemos uma criança qualquer. Essa criança entra em contato com a linguagem através dos adultos ao seu redor que já se comunicam por meio da fala. Eventualmente a criança passa a balbuciar sons e a formar palavras compreensíveis, até mesmo frases inteiras. À medida em que a criança mergulha na linguagem falada, ela aprende a denominar os objetos ao seu redor, assim como eventualmente suas partes do corpo, e em algum momento aprende a se auto-referenciar. Todo esse período conta como uma aquisição inicial de conceitos que formam a base linguística que a criança usará para se comunicar com seus pares. Essa caracterização forma a base da teoria da aquisição de conceitos na filosofia sellarsiana.

---

<sup>44</sup> O termo “coerentismo” não existia na literatura à época de Sellars, e por isso o filósofo faz referência apenas à imagem da ouroboros como metáfora para esse tipo de abordagem. Dado que o filósofo rejeita também a imagem da ouroboros, parece equivocado classificá-lo como coerentista.

<sup>45</sup> É necessário um esclarecimento aqui. A palavra “conhecedor” sequer aparece em EPM. Na verdade, esta palavra é utilizada por DeVries e Triplett em KMG (“*knower*” no original em inglês). O ponto importante é que Sellars atrela conhecer a ser capaz de participar de uma atividade que requer capacidades linguísticas e inferenciais, como sugere a citação longa feita no início desta seção. DeVries e Triplett discutem como crianças pequenas são pré-conhecedoras e transformam-se em conhecedoras dentro desse *framework*. Os animais não-humanos, por outro lado, não exibem as capacidades necessárias que lhes encaixariam na categoria de “conhecedor”. Essa perspectiva sellarsiana pode ser vista como pouco adequada à luz de novas filosofias, como a de Burge (2003), que naturaliza o entendimento dos conceitos envolvidos no processo de conhecer, e enfatiza que animais não-humanos também conhecem.

Um ponto importante é que a aquisição de palavras enquanto respostas a estímulos, para Sellars, não conta como aquisição de conhecimento nessa fase do aprendizado. Conhecimento é estritamente uma crença verdadeira justificada, e Sellars entende que uma criança com suas capacidades linguísticas rústicas não é ainda capaz de articular justificção.

Para fazer um breve parêntese, desejo comparar a teoria sellarsiana do conhecimento e da aquisição da linguagem e dos conceitos com a teoria piagetiana. A comparação é interessante por alguns motivos:

1. Piaget e Sellars foram contemporâneos;
2. Embora Sellars fosse um filósofo em constante contato com os resultados científicos (como se nota pelas constantes menções a termos e teorias das ciências naturais em EPM), ele não era um cientista experimental. Suas conclusões a respeito da aquisição da linguagem usam como pano de fundo uma teoria do conhecimento que ele entende independente de resultados empíricos, como reforça a sua afirmação de que caracterizar um episódio como epistêmico é diferente de fazer uma descrição empírica;
3. Por outro lado, Piaget foi um psicólogo experimental que realizou extensa pesquisa a respeito do desenvolvimento das capacidades cognitivas de seres humanos. Além disso, ele via a noção de “conhecimento” por uma ótica diferente daquela de Sellars.

De acordo com Cunha (2000), uma das motivações de Piaget é a divisão kantiana entre juízos *a priori* e *a posteriori*. Para Kant (2001), os conhecimentos *a posteriori* só são obtidos através do contato com o mundo empírico. Para que eu saiba se ainda há alimentos na geladeira, eu preciso abri-la em algum momento para conferir, por exemplo. Conhecimentos *a priori*, por outro lado, não necessitam que entremos em contato com objetos ou eventos particulares para que sejam obtidos. Um conhecimento *a priori* é válido em todas as situações, e pode ser identificado em casos como “todas as maçãs são frutas”. Não é necessário verificar se cada maçã é uma fruta, pois o conceito de maçã englobaria a noção de que toda maçã é uma fruta. O interesse de Piaget era investigar como uma criança passa de conhecimentos *a posteriori* para conhecimentos *a priori* ao longo de seu aprendizado, visto que o segundo tipo requer capacidades de abstração sofisticadas. A psicologia piagetiana é estreitamente ligada à epistemologia, e recebe o nome de psicologia genética por sua investigação que parte da gênese do conhecimento nos estágios de desenvolvimento cognitivo.

A psicologia ou epistemologia piagetiana entende que a produção de conhecimento é ativa na medida em que o sujeito deve agir sobre o objeto para se apropriar epistemicamente dele. Além disso, conhecimento nesse *framework* não é puramente proposicional. Diferente da tradição filosófico-analítica, não está aqui pressuposto que conhecimento consiste de crença verdadeira justificada. Um breve exemplo esclarecerá. Devemos imaginar um bebê/criança pequena que já possui a habilidade de agarrar com as mãos. Uma tal habilidade é entendida como uma ferramenta cognitiva. Mesmo se ainda estiver mal desenvolvida, ela abre possibilidades de exploração, e o bebê pode agarrar algum objeto que é novo para si. Um objeto novo na presença do infante desafia seu esquema de agarrar, e é suficiente para iniciar o processo de aquisição de um novo conhecimento. O primeiro passo do processo de aprendizado é chamado de assimilação, e consiste em trazer um novo conhecimento para si através dos referenciais cognitivos (esquemas cognitivos) já possuídos. Quando o sujeito (o bebê do exemplo) tem sucesso em agarrar um novo objeto, esse objeto causa modificações em seus esquemas cognitivos, expandindo-os e tornando-os mais sofisticados. Esse segundo passo do processo é chamado de acomodação. O esforço adaptativo do sujeito para conhecer o objeto o leva a um estado de equilíbrio. Embora este exemplo tome como objeto alguma coisa do mundo físico (a criança pode pegar uma bola, por exemplo), objeto no esquema geral deste processo pode ser entendido como conteúdos formais que um professor ensina aos seus alunos. Piaget entende que o professor deve se esforçar para que os alunos se sintam motivados e desafiados a aprender, caso contrário não há produção de conhecimento. Uma pessoa que é capaz de recitar fórmulas matemáticas ou relatar eventos históricos sem passar por assimilação, acomodação e equilíbrio não adquiriu conhecimento. Não há alteração em seus esquemas cognitivos para integrar essas informações ao seu mundo, apenas repetição verbal.

Pode-se notar similaridades e diferenças entre as epistemologias sellarsiana e piagetiana. Similarmente, ambos os pensadores entendiam a produção de conhecimento como uma experiência ativa em algum nível. Para Piaget, esse processo é ativo na medida em que o sujeito age sobre um objeto (seja um objeto físico ou um conteúdo proposicional). O componente ativo, no *framework* sellarsiano, encontra-se na capacidade de participar do espaço das razões de maneira proposicional. A psicologia piagetiana tem vantagens como um escopo abrangente no que diz respeito à concepção de “conhecimento”, que se encaixa mais naturalmente com a expressão cotidiana do que a concepção sellarsiana. Sellars, por outro lado, ilumina um âmbito da atividade humana que, até onde sabemos, é exclusivo de nossa espécie: a prática verbal e o “jogo” de dar e pedir razões.

Quando um sujeito torna-se um agente epistêmico então? Não é possível delimitar uma idade, mas certamente é possível observar quando uma criança passa a articular razões para as coisas que diz. Mais adiante voltarei a essa questão, mas antes é necessário entrar no mérito dos relatos observacionais, as duas dimensões da epistemologia sellarsiana, e como elas se sustentam ou pressupõem uma à outra.

Certamente todos os seres humanos passam a vida adquirindo ainda mais conceitos e expandindo as possibilidades de articular conceitos no espaço lógico das razões. A partir do momento em que estamos bem familiarizados com a linguagem, passamos a produzir o que Sellars chama de relatos observacionais.<sup>46</sup> Uma criança com linguagem desenvolvida, ou um adulto, pode notar objetos à sua volta e se referir a eles. Isso conta como um relato observacional. Relatos observacionais só podem ser produzidos quando já possuímos uma quantidade suficiente de conceitos e um entendimento da estrutura linguística para formular frases com sentido.

## 1.6 RELATOS OBSERVACIONAIS E EMPIRISMO

Sellars é um coerentista? Em resposta a essa questão, sustentarei, primeiramente, que Sellars não exclui a importância das experiências empíricas para a justificação de nossas crenças e, mais do que isso, argumentarei que Sellars não é um coerentista. Pelo contrário, é possível encará-lo como um empirista que, em meados do século XX, apontou os problemas do programa tradicional e salvaguardou intuições úteis, bem como introduziu *insights* novos e sofisticados. Nos próximos parágrafos vou apresentar argumentos para defender essas posições.

Uma experiência costuma estar acompanhada de uma proposição. Isso é, se eu observo a presença de cartas de *Magic* na minha mesa, a crença proposicional que acompanha essa experiência é “há cartas de *Magic* na minha mesa”. Porém devemos notar que os conceitos dessa proposição estão longe de ser básicos e adquiridos de maneira isolada (à moda atomista). Esse exemplo nos permite visualizar com precisão o argumento sellarsiano acerca dos relatos observacionais.

É importante notar que há uma diferença crucial entre, de um lado, o conteúdo proposicional que acompanha a experiência e, de outro lado, a crença que pode ser adquirida pelo sujeito – na terminologia de Sellars, o *relato observacional* que pode ser feito a partir da

---

<sup>46</sup> O termo original em inglês “*observation reports*” aparece pela primeira em EPM nesta passagem da página 295: “Tem sido tentador supor que a despeito das óbvias diferenças que existem entre ‘relatos observacionais’ e ‘afirmações analíticas’, há uma similaridade essencial entre as maneiras pelas quais eles exercem sua autoridade”.

experiência. Embora minha experiência informe a presença de cartas de *Magic* na minha mesa, eu posso estar ciente de que essa experiência não é confiável por diferentes motivos. Um dos motivos pode ser a má iluminação do ambiente. Por estar mal iluminado, posso acabar confundindo objetos entre si ou atribuindo erroneamente uma propriedade a um objeto. Além disso, posso estar alucinando seja por uma condição psiquiátrica, por uma alteração psíquica induzida por psicoativos etc. Refletir sobre essas possibilidades nos leva a uma questão cara a Sellars: quais são os critérios disponíveis a nós para avaliar se devemos ou não endossar o conteúdo proposicional que acompanha uma experiência?

É no tipo de contexto descrito acima que entram frases do gênero “*parece* que há um celeiro à nossa frente”. O sujeito que expressa a frase não endossa o fato de haver um celeiro, apenas o fato de que sua experiência *lhe diz* que há um celeiro. No entanto, ele resguarda a possibilidade de que sua experiência esteja *lhe levando* a erro, ou de que há detalhes da situação que, embora ele não tenha capturado completamente, são cruciais para avaliar se o objeto visualizado corresponde àquilo que normalmente se chama de “celeiro”.

Nessa discussão sobre a noção sellarsiana de relatos observacionais, somos confrontados pela posição conhecida como *nominalismo psicológico*, avançada pelo próprio autor. De acordo com essa posição, todo pensamento é mediado pela linguagem. Isso significa que, se temos uma experiência que nos gera um pensamento, esse pensamento já é imediatamente proposicional.<sup>47</sup> Sellars anuncia essa posição em EPM após analisar o que ele considera uma forma do mito do dado presente na filosofia moderna nos trabalhos de Hume, Locke e Berkeley. Embora Sellars reconheça as diferenças entre os três filósofos, ele ainda sugere que os três compartilham a “pressuposição de que nós temos uma habilidade não adquirida de estarmos cientes [*aware*] de repetíveis *determinados*” (SELLARS, 1956, p. 288, tradução minha). O autor de EPM identifica aí a pressuposição de que um sujeito qualquer poderia, por exemplo, ser capaz de ter consciência de ideias como “vermelho” apenas por ter uma sensação de cor vermelha. O que esses pensadores empiristas faziam, na visão sellarsiana, era tratar impressões e ideias (de vermelho, por exemplo) como se fossem particulares com aquela característica. No pensamento moderno, isso culmina na posição filosófica de que “toda consciência de tipos ou repetíveis requer uma associação entre palavras e classes de particulares correspondentes” (SELLARS, 1956, p. 289, tradução minha). Para Sellars, devemos abandonar a pressuposição de que esse conhecimento nos é *dado*, mas preservar a intuição de que conhecer tipos e categorizar particulares é uma questão

---

<sup>47</sup> Modelos epistemológicos mais recentes entendem que pensamento é anterior à linguagem e que animais pensam e formam crenças (ver Burge, 2003).

linguística. Para o filósofo, podemos supor sem problemas que “associações básicas palavra-mundo se sustentam, por exemplo, entre ‘vermelho’ e objetos *físicos* vermelhos, ao invés de entre “vermelho” e uma suposta classe de particulares vermelhos privados” (SELLARS, 1956, p. 290, tradução minha).<sup>48</sup>

Ao longo de EPM, Sellars comumente usa locuções da forma “eu *vejo que* o objeto é verde”. Um teórico dos dados dos sentidos nos diria que a experiência já apresenta todo o conteúdo necessário para falar sobre essa experiência e para expressar conhecimento a partir dela. Por outro lado, no caso da epistemologia sellarsiana, a experiência estabelece uma “alegação proposicional” [*propositional claim*] somente se possuímos um repertório conceitual suficientemente rico para dar conta da conceitualização dessa experiência.<sup>49</sup>

Nesta seção não pretendo apresentar uma exposição detalhada sobre a natureza dos relatos observacionais. Contudo, para que melhor compreendamos o que está em jogo, cabe destacar algumas características fundamentais desse tipo de relato. Além disso, é preciso elucidar a relação que os relatos observacionais mantêm com as alegações proposicionais da experiência. O que acontece na epistemologia sellarsiana é que a alegação proposicional da experiência é algo diferente do relato observacional. Em primeiro lugar, o que Sellars chama de “relatos observacionais” em EPM não são sempre relatos em ato. DeVries explica o que se passa:

... em seu uso um relato não precisa ser uma performance verbal explícita. Isto se dá em parte pelo fato da estrutura de “Empirismo e Filosofia da Mente”: Sellars quer evitar tanto quanto possível uma terminologia mentalista carregada pesadamente, pendente sua subsequente discussão da filosofia da mente nas últimas partes do artigo. Em seus outros escritos epistemológicos... ele fala de *crenças*

<sup>48</sup> DeVries e Triplett comentam que essa opção não estava disponível para os filósofos modernos. “Infelizmente, este apelo aos objetos físicos como portadores de cores não estava aberto aos empiristas clássicos. As dúvidas céticas sobre o mundo físico lhes sugeriam que não poderiam postular a existência do mundo físico e dos itens físicos neste nível fundamental de investigação. Pois eles acreditavam que conheciam melhor e com mais certeza a qualidade sensível do vermelho do que qualquer coisa sobre objetos físicos como tais. Esta crença pode muito bem explicar por que os empiristas clássicos atribuíram uma natureza dual às impressões. Foi útil supor que as impressões eram como ideias na sua capacidade de representação. Isto simplificaria a explicação da relação entre impressões e ideias e, ao mesmo tempo, permitiria que as impressões fossem cognitivas, de modo que o problema de gerar conhecimento a partir de fontes não cognitivas não teria de ser colocado. Mas se os itens vermelhos específicos representados pelas nossas impressões não pudessem ser identificados com objetos físicos, com o que esses itens poderiam ser identificados? Na falta de qualquer outra resposta disponível, foi útil, ou talvez essencial, supor que é a própria impressão do vermelho que é o item vermelho específico. Esta suposição significava que as impressões deveriam preencher dois papéis distintos: representações cognitivas de itens específicos e os próprios itens (não cognitivos).” (2000, p. 56, tradução minha)

<sup>49</sup> Sellars utiliza a expressão “*propositional claim*” brevemente em EPM, da página 272 à 274. “De fato, como veremos, é muito mais fácil ver que a declaração ‘Jones vê que a árvore é verde’ atribui uma alegação proposicional à experiência de Jones e a endossa do que especificar como a declaração *descreve* a experiência de Jones” (SELLARS, 1956, p. 272). A tradução dessa expressão é difícil, e uma opção inicial foi “afirmação”, mas parece incorreto no *framework* sellarsiano dizer que a experiência afirma algo para o sujeito. A ideia de “alegação”, por outro lado, tem um caráter mais neutro, em que uma informação é transmitida mas seu caráter epistêmico está em suspenso.

observacionais. Mas crenças observacionais, como ele as entende, são estados ocorrentes, episódicos em natureza, não disposições permanentes, como são muitas de nossas outras crenças. Isto não é problemático; o que é de maior preocupação é qual é o tipo correto de *conteúdo* de uma observação básica. (DEVRIES, 2005, p.119, tradução minha)

Assim, um relato observacional é simplesmente a crença empírica que nós formamos à luz de nossas experiências. Ademais, é necessário atentar para o fato de que a crença empírica pode ser distinta da alegação proposicional que a experiência nos apresenta. Ou seja, ainda que a experiência alegue que X é verde, nas condições dadas da experiência, podemos não estar autorizados a endossar o relato observacional (i.e., a crença) de que X é verde. Essa nuance é o suficiente para mostrar como a epistemologia sellarsiana se faz mais sofisticada do que o empirismo tradicional, em que afirmações de conhecimento direto eram comuns.

Para finalizar esta seção, menciono que a maneira como Sellars encara o processo de produção do conhecimento empírico lhe coloca na posição de um realista epistemológico. Há muitas formas de realismo epistemológico, mas DeVries (2005, pp. 119-120) dá ênfase ao fato de que, para Sellars, o conhecimento empírico é epistemicamente direto<sup>50</sup> e causalmente indireto. De acordo com essas propriedades, nosso conhecimento observacional da realidade não é inferido a partir de outras coisas (seja outros conhecimentos, seja dados dos sentidos).

O resultado normal do processo perceptual é o conhecimento do mundo; este é o objetivo da faculdade perceptual e por que faz sentido tratar a percepção como uma relação epistemicamente imediata aos objetos físicos. (DEVRIES, 2005, p. 120, tradução minha)

No entanto, devido à ocorrência de um processo altamente complexo (a hipótese da ocorrência de tal processo nos permite explicar falhas perceptuais, ilusões, alucinações etc.), o conhecimento observacional é considerado causalmente indireto.

## 1.7 PRESSUPOSIÇÃO E AS DUAS DIMENSÕES

Sellars acredita que existe algo de correto na assunção fundacionista de que certas proposições epistêmicas (os seus relatos observacionais) constituem, ao menos em parte, a base justificatória de outras proposições. O fundacionista, classicamente, defende que algumas proposições (empíricas) são básicas, não se sustentam sobre quaisquer outras proposições mas, antes, oferecem a base justificatória dessas. Contudo, para Sellars, a metáfora da fundação é, ainda assim, enganosa, pois nos impede de ver que há duas dimensões proposicionais que se oferecem apoio mútuo. Uma dessas dimensões é formada

---

<sup>50</sup> Brandom (1994), um filósofo sabidamente influenciado por Sellars, diria que os relatos observacionais são portas de entrada do conhecimento. Os imperativos de ação, por outro lado, seriam portas de saída.

pelos conceitos de fundo que adquirimos ao longo de nosso aprendizado linguístico. A outra dimensão é aquela dos relatos observacionais. As duas dimensões possuem dependência mútua, mas a natureza da dependência varia conforme a direção que olhamos. Podemos pensar em exemplos simples do cotidiano, como relatar *que* uma árvore tem folhas verdes. Esse relato observacional só pode possuir os conceitos de “árvore”, “folha” e “verde” porque eles já fazem parte do meu repertório conceitual e eu aprendi a aplicar os conceitos a certas ocorrências da minha experiência. Eu posso aplicar erroneamente, mas a possibilidade do erro está sempre dada no esquema sellarsiano, e a correção faz parte do jogo do conhecimento. No caso oferecido é possível identificar como a dimensão conceitual oferece suporte para a dimensão dos relatos observacionais. A relação inversa ocorre na medida em que nossos relatos observacionais vêm acompanhados de um aprendizado conceitual que é auxiliado por terceiros. A criança que há pouco começou a falar precisa que adultos lhe ensinem a aplicar os conceitos de “árvore”, “folha” e “verde”. É possível notar que os relatos observacionais cumprem a função de fixação conceitual.

Para o fundacionista, é importante que nosso conhecimento empírico de base não seja inferencial. Sellars assegura essa condição, mas observa que:

1. O conhecimento empírico pressupõe conhecimento de conceitos;
2. “Pressuposição” e “inferência” são conceitos com significados distintos na discussão epistemológica aqui abordada. Produzir relatos observacionais e, portanto, conhecimento empírico, depende de nossas capacidades conceituais. No entanto, nós não produzimos esses relatos como uma forma de inferência a partir de nossos conceitos ou conhecimentos conceituais preestabelecidos. Essa diferença é fundamental para que não haja um círculo vicioso na maneira como as duas dimensões são caracterizadas.

Em resumo, a dimensão dos relatos empíricos pressupõe a dimensão conceitual. Porém, Sellars não explicita em EPM o que essa noção de “pressuposição” quer dizer. De acordo com DeVries e Triplett, é possível identificar dois usos distintos de “pressuposição” ao longo de EPM, anteriores à sua sugestão de que existem dois níveis epistêmicos que pressupõem um ao outro.

O primeiro sentido é causal (ou temporal). Esse sentido aparece na caracterização do *framework* do dado como “um fato que não pressupõe aprendizado, formação de associações, ou configuração de conexões estímulo-resposta” (SELLARS, 1956, p. 260, tradução minha). O segundo sentido é concebido em termos de *prioridade conceitual*, e difere do primeiro por

ser atemporal. Essa forma de pressuposição aparece quando Sellars defende que “parecer X” pressupõe “ser X” (1956, pp.277-282). Esse argumento é utilizado pelo filósofo para contrapor-se à tese epistemológica de que as aparências constituem uma âncora do conhecimento empírico. Há uma visão tradicional na filosofia que sugere a primazia de “parecer X” em relação a “ser X”. Sellars, por outro lado, entende que “ser X” é conceitualmente mais simples do que “parecer X”: precisamos antes ter a capacidade conceitual de atribuir a propriedade de “ser X” a coisas para apenas então sermos capazes de atribuir a propriedade de “aparentar ser X”.

A questão que chama a atenção de deVries e Triplett é que os fundacionistas não veriam problema em admitir que o conhecimento fundacional pressupõe outros conhecimentos em uma dessas formas de pressuposição. No entanto, não é a nenhuma delas que Sellars se refere no contexto de sua epistemologia positiva. O que então Sellars quer dizer com “pressuposição” nesse âmbito?

Embora o filósofo não se debruce sobre o assunto em EPM, uma discussão semelhante aparece em um outro trabalho: *Presupposing* (1954). No texto, Sellars faz sugestões no contexto do debate entre Strawson e Russell sobre pressuposição. De acordo com Sellars, Strawson fez um bom trabalho ao reabrir o debate entre as lógicas “velha” e “nova” no livro *Introduction to Logical Theory* (1952). No entanto, Sellars pensa que o filósofo não é tão feliz em sua abordagem do problema da pressuposição na medida em que tece críticas à teoria das descrições de Russell. De acordo com Sellars (p.207), a teoria russelliana sobre descrições pode ser resumida da seguinte maneira: uma frase como “a mesa aqui é grande” nos informa que há uma e apenas uma mesa “aqui”. Essa frase é falsa sob duas condições: não há uma mesa “ali” ou há mais de uma mesa “aqui”. Strawson não vê problema nisso, mas diz que essas condições estão envolvidas na frase por meio de *pressuposição*. “De fato, parece claro que ele [Strawson] está afirmando que haver uma e apenas uma mesa naquele local está envolvido apenas por meio de pressuposição; que tal coisa não é asserida pelo enunciado” (SELLARS, 1954, p.207, tradução minha). Sellars prossegue e sugere que a visão strawsoniana consideraria inadequado responder “não, isto é falso” a menos que se acredite que a condição de exclusividade tenha sido cumprida. Caso não se acredite no cumprimento da condição, as respostas adequadas seriam “não há qualquer mesa aqui” ou “há mais de uma mesa, a qual você se refere?”. “Strawson infere disso que o enunciado não é verdadeiro nem falso a menos que a condição de exclusividade seja satisfeita” (ibidem). Sellars pensa que a teoria de Russell está correta, e que a frase “a mesa aqui é grande” de fato pressupõe que há uma e apenas uma mesa “aqui”. Sellars sugere que é, no entanto, necessário esclarecer as

“convenções relacionadas às *dinâmicas* de discutir ou argumentar” (ibidem). Esse trabalho é realizado por ele nesta passagem:

Uma declaração de “A mesa aqui é grande” de fato pressupõe que existe uma e apenas uma mesa “aqui”. Dizer que o enunciado pressupõe isso é dizer que é correto fazer o enunciado que agrupa a informação que poderia ser transmitida pelo uso conjunto de “Há uma e apenas uma mesa aqui” e “É grande” em um pacote verbal condensado, somente se acreditarmos que existe uma e apenas uma mesa "aqui" e que essa crença é compartilhada pelo ouvinte. Além disso, dizer "Isso é falso" quando informado de que a mesa é grande pressupõe igualmente que a condição de exclusividade seja satisfeita; onde isso, por sua vez, significa que é correto dizer "Isso é falso" apenas se alguém acreditar que a condição de unicidade foi satisfeita e que o falante original compartilha dessa crença. Mas mesmo que tanto o enunciado original como a resposta pressuponham que a condição de unicidade seja satisfeita, o enunciado é, no entanto, falso se a condição de unicidade não for satisfeita. O enunciado é falso se a condição de unicidade não for satisfeita, *embora não seja correto dizer que é falso, a menos que se acredite que a condição foi satisfeita.* (SELLARS, 1954, pp.207-208, tradução minha)

O que Sellars parece querer mostrar no trecho citado acima é que cada declaração pressupõe uma certa adequação conceitual das palavras sendo proferidas. A frase sendo tratada por Sellars é sobre objetos no mundo físico, e então entendemos que sentenças declarativas sobre estados de coisas *pressupõem* que o estado de coisas que se pretende descrever é da maneira como se asseire. Porém, para que a pressuposição nesse sentido funcione, há uma dimensão normativa que se revela quando Sellars escreve “é correto”. É correto fazer uma declaração sobre estados de coisas quando se acredita no conteúdo da declaração e a crença é compartilhada pelo ouvinte. Uma resposta do tipo “Isso não é verdade” igualmente pressupõe que certas condições foram satisfeitas, a saber, que a condição de unicidade é satisfeita e que o falante original compartilha dessa crença. Assim, toda declaração envolve um conjunto de pressuposições de crenças nas quais o sujeito acredita. A parte questionável da abordagem sellarsiana é a respeito da crença necessitar ser compartilhada pelo interlocutor previamente à declaração que a pressupõe. Embora toda declaração comunique algo (neste *framework*, pelo menos) e pressuponha domínio de conceitos bem como a presença de crenças de fundo, é duvidoso que o interlocutor precise compartilhar as mesmas crenças.

Com essa elucidação da noção de pressuposição, é possível voltar às questões deixadas em aberto na seção 2.5. Embora *Presupposing* não seja um artigo de epistemologia propriamente dito, deVries e Triplett acreditam que é possível transpor a noção de pressuposição ali elucidada a questões epistemológicas. Nesse caso, “que S é um jogador no jogo do conhecimento é *pressuposto* por questões particulares sobre se S sabe este ou aquele fato” (DEVRIES e TRIPLETT, 2000, p. 95, tradução minha) e “é uma pressuposição de

atribuições de itens particulares de conhecimento, porque a menos que fosse verdade, atribuir ou negar tais itens particulares de conhecimento não seria apropriado” (ibidem).

Ou seja, é necessário que um sujeito possua uma certa coleção de conceitos adquiridos que o habilite a ser um agente epistêmico ou conhecedor. A partir dessa coleção de conceitos, podemos confiar que o sujeito é capaz de formar relatos observacionais que figuram como candidatos a certo estatuto epistêmico, ao invés de meras frases que são como respostas a estímulos sensoriais. A pressuposição que é elucidada por Sellars (1954) aparece no contexto epistêmico ao pensarmos qual posição uma pessoa ocupa no jogo epistêmico. Devemos notar que perguntar qual posição é ocupada por um agente já *pressupõe* que aquele agente participa do jogo epistêmico, como apontam deVries e Triplett (200, p. 96).

Os relatos observacionais, portanto, não são formados através de inferências que o sujeito realiza a partir de conteúdos já possuídos. Os relatos observacionais são formados através da experiência e apenas *pressupõem* que o sujeito possui essa dimensão de conceitos. No entanto, embora não sejam inferidos, os relatos observacionais devem se relacionar com a outra dimensão conceitual de maneira que sejam *inferenciáveis* a partir dela. Isto é, os relatos observacionais precisam possuir um conteúdo que seria possivelmente resultado de uma inferência pelo agente epistêmico. Trago aqui uma passagem de deVries para reforçar o ponto:

Deve haver conhecimento não-inferencial, se é que existe conhecimento empírico. A crítica de Sellars ao dado leva-o a sustentar que o estatuto epistêmico mesmo do nosso conhecimento não-inferencial deve, no entanto, depender de relações inferenciais com outras peças de conhecimento. A justificação nunca é atomística. Obviamente, em casos de conhecimento não-inferencial, tais relações inferenciais devem ser casos de inferibilidade, e não de inferência real. (2005, p.119, tradução minha)

O caso paradigmático que Sellars explora é o do conhecimento de cores. Ao afirmar “o objeto X é vermelho” eu preciso de toda uma bateria de conceitos prévios e conhecimentos bem-estabelecidos que me permitiria realizar a inferência de que o objeto à minha frente é vermelho. Eu preciso, no mínimo, saber o que significa atribuir a propriedade “vermelhidão”, e em que condições é apropriado atribuí-la. O objeto que vejo está sob uma iluminação adequada? Minhas condições visuais me permitem visualizá-lo sem interferência? Caso haja interferência, eu consigo considerá-la e a partir dela inferir a cor correta do objeto?

Notamos que todas as questões acima servem de apoio para realizar inferências e auxiliar no que poderíamos considerar uma espécie de pesquisa empírica. Certamente não é isso que todo sujeito faz no cotidiano. No entanto, a epistemologia sellarsiana considera que o conhecedor seria capaz de realizar essas inferências caso necessário. Quer dizer, o relato

observacional “o objeto X é vermelho” pressupõe essas habilidades e conhecimentos, mas não é inferido deles no momento de sua ocorrência.

Além disso, devemos nos voltar para algo que Sellars chama a atenção e é também debatido por DeVries e Triplett ao discutir a teoria dos conceitos de Sellars. Compreender que X é vermelho envolve compreender que isso implica que X não é verde, não é amarelo, não é preto etc. Em termos mais gerais, compreender esse relato observacional envolve compreender relações de dependência e exclusão conceitual. Isso serve para ilustrar um aspecto sob o qual os conceitos “vêm em baterias [*batteries*]” no *framework* sellarsiano.

Tendo em vista essa diferença crucial entre pressuposição e inferência, e também o que já foi discutido sobre a natureza dos relatos observacionais e como eles transmitem conhecimento empírico, a epistemologia sellarsiana torna lícito admitir que o conhecimento empírico é não-inferencial. Dessa maneira, o sonho empirista se mantém vivo porém ajustado para dar conta de minúcias que foram ignoradas pelo empirismo tradicional.

## 1.8 O JOGO DO CONHECIMENTO

DeVries e Triplett (2000) desenvolvem uma analogia bastante útil para capturar e amarrar diversos elementos da epistemologia sellarsiana que já foram expostos até agora. Acima mencionei a expressão “jogo do conhecimento”. Para ilustrar as ideias sellarsianas em epistemologia, os autores traçam um paralelo com o jogo de xadrez, tanto em seu aprendizado quanto em sua execução. Tal como as jogadas em uma partida de xadrez, as “jogadas” no jogo do conhecimento podem ser avaliadas [*assessed*] como corretas ou incorretas.<sup>51</sup> Ambos os jogos são regidos por regras, padrões e normas. A verificação constante das regras depende tanto dos agentes que participam do jogo quanto dos observadores. Tal como um jogador de xadrez não está o tempo todo jogando, um conhecedor não está o tempo todo engajado no jogo do conhecimento. No entanto, um conhecedor está sempre pronto para participar ou para avaliar os participantes.<sup>52</sup>

---

<sup>51</sup> Escolhi manter o original “*assessment*” entre colchetes porque, mais adiante neste trabalho, outra palavra do inglês terá a mesma tradução para o português, a saber, “*evaluation*”. Também surgirá seu derivado “*evaluative*” (“avaliativo”). No entanto, as duas palavras indicam ideias ligeiramente diferentes na língua inglesa. Embora as duas palavras refiram-se a uma noção de avaliação, a primeira relaciona-se com situações em que é necessário avaliar e prover *feedback*. A segunda, por outro lado, carrega proximidade com a noção de valorar, e direciona-se à tomada de decisões.

<sup>52</sup> Vale aqui a menção a *Verdade e Método* de Gadamer (1999), em que o filósofo argumenta que a linguagem não é um instrumento pois um instrumento pode ser usado e depois guardado ou abandonado: “O intérprete não se serve das palavras e dos conceitos como o artesão que apanha e deixa de lado suas ferramentas. É forçoso reconhecer, antes, que toda compreensão está intimamente penetrada pelo conceitual e rechaçar qualquer teoria que se negue a aceitar a unidade interna de palavra e coisa” (p. 293). É possível entender isso de duas maneiras quando pensado junto ao *framework* sellarsiano. Por um lado, se o uso descritivo da linguagem está sempre carregado epistemologicamente, parece plausível dizer que o jogo do conhecimento nunca para nessa leitura

Embora a analogia traga muita clareza, é sem dúvidas necessário elucidar onde há diferenças substanciais entre o jogo de xadrez e o jogo do conhecimento. Enquanto as regras do jogo de xadrez são fixas, as normas do jogo do conhecimento são historicamente dinâmicas e resultado de processos sociológicos complexos envolvendo a sociedade como um todo (o conjunto dos conhecedores) e as comunidades científicas em particular (o conjunto dos especialistas). Embora haja essa disparidade, os dois cenários mostram uma característica comum e que é essencial para entendermos o fenômeno epistêmico: “‘jogadas’ individuais no jogo do conhecimento não podem ser isoladas do seu contexto mais do que pode uma jogada de xadrez” (DEVRIES e TRIPLETT, 2000, p.93, tradução minha). Isso é, tanto as jogadas de xadrez quanto situações epistêmicas só ocorrem dentro de contextos. Mas quais são os limites do contexto do jogo do conhecimento e quando alguém é habilitado a jogá-lo?

Mencionei algumas páginas atrás a teoria da aquisição de conceitos presente na filosofia de Sellars. Se a entendermos nos termos da ideia do jogo do conhecimento, a aquisição dos conceitos e da linguagem é anterior ao tornar-se um conhecedor (jogador deste jogo). Para Sellars, uma criança, em suas primeiras experiências com conceitos, não está necessariamente exercitando o jogo do conhecimento, mas apenas uma habilidade de estímulo e resposta que compõe o jogo do conhecimento. Da mesma maneira, alguém não joga xadrez enquanto está aprendendo as regras. Joga-se o xadrez apenas após familiarização com as peças, regras, e movimentos permitidos. É claro que há uma diferença crucial aqui, dado que aprendemos as regras do jogo do conhecimento de maneira inconsciente. Isso é, crianças não sabem que estão aprendendo as regras desse jogo, elas apenas estão aprendendo a utilizar a linguagem de acordo com suas disposições naturais.

Ainda, caracterizar um episódio ou estado como de “saber” é atribuir um papel funcional a ele. Se entendemos as relações epistêmicas como parte de um jogo, existem várias “jogadas” possíveis dentro do jogo do conhecimento: fazer uma declaração, defender uma declaração, questionar uma declaração, rejeitar, e assim por diante.

Sem algum nível de reflexão (filosófica ou não), talvez sequer chegaríamos à conclusão de que há padrões epistêmicos que seguimos quando dizemos algo do tipo “este sujeito *não sabe* o que alega saber”. Esse *insight* nos leva de volta à rejeição sellarsiana à proposta de tratar episódios epistêmicos em termos meramente empíricos. O espaço lógico de razões e a atuação correta ou incorreta dentro dele depende das relações interpessoais entre

---

gadameriana. Por outro lado, podemos pensar esse trecho de Gadamer em sintonia com o nominalismo psicológico, de acordo com o qual toda consciência [*awareness*] de tipos e particulares [*sorts and particulars*] é uma questão linguística.

sujeitos, o que se caracteriza como um ambiente inteiramente normativo. Portanto, alegações de conhecimento seguem normas, e afirmar saber algo é endossar uma certa ideia.

A visão puramente empírica sobre episódios epistêmicos não se aplica, pois também não se aplicaria a um jogo de xadrez. Do ponto de vista puramente empírico, os jogadores estão se movimentando e levando peças de uma posição para outra. Se não conhecemos as regras do jogo de xadrez, é impossível ter uma apreensão completa do que está acontecendo. O mesmo ocorre no jogo do conhecimento. O fato importante em ambos os casos é que uma jogada, em qualquer um dos jogos, não pode ser reduzida sem perdas ao vocabulário empírico das ciências naturais. Afinal de contas, esse vocabulário não contém a dimensão normativa presente nas atividades sendo consideradas.

Atribui-se por vezes um holismo à epistemologia sellarsiana. O caráter holista de sua teoria está bem ilustrado em passagens como a seguinte:

Estados e episódios individuais não podem ser avaliados [*evaluated*] epistemicamente, de fato, não são sequer propriamente candidatos a serem entendidos como cognitivos, a menos que ocorram dentro de um contexto muito específico. (DEVRIES e TRIPLETT, p. 93, tradução minha)

A alternativa epistemológica de Sellars sugere que o nosso conhecimento não possui fundações atomizadas. Quer dizer, nosso conhecimento não é construído por pequenas partes indivisíveis e irredutíveis que, quando combinadas, formam aglomerados. Ao contrário, dependemos dos conceitos que adquirimos e a partir deles construímos relatos observacionais que passam a contar como episódios epistêmicos uma vez que estamos devidamente inseridos no jogo do conhecimento. Até então, nenhuma aquisição conceitual conta como conhecimento. Esse é um dos aspectos da epistemologia sellarsiana que talvez pareça mais estranho para filósofos bem como para pesquisadores de outras áreas, pois se trata de uma radical intelectualização da noção de conhecimento.

Não há isolamento empírico nessa proposta epistemológica, dado que nosso contato com o mundo mantém sua relevância. No entanto, a importância dada aos relatos observacionais pode não ser a mesma desejada pelos empiristas contemporâneos de Sellars. A imagem pintada por Sellars beira a um falibilismo absoluto onde todas as crenças e proposições podem ser postas à prova, ainda que não simultaneamente. Nós não podemos ter a garantia de que as nossas crenças empíricas são verdadeiras e de que atingem o estatuto de conhecimento meramente porque tivemos contato com o mundo externo. Para alcançar esse estatuto, é necessário ascender a um nível reflexivo, onde a crença pode se mostrar verdadeira ou falsa.

Além disso, os relatos observacionais podem interagir de maneira lógica com nossos outros conhecimentos de fundo ou com os conceitos que ajudam a formá-los. Assim, o requerimento sellarsiano de que a justificação epistêmica seja sempre lógica/inferencial é satisfeito.

De acordo com essa concepção epistemológica, é importante que o sujeito entenda os conceitos que utiliza. Já vimos que a prática epistêmica consiste em uma espécie de jogo. Da mesma maneira, a teoria do significado sellarsiana ganha uma faceta funcionalista, em que o conhecimento do significado de um conceito é algo que se estabelece na medida em que o utilizamos em contextos corretos. A partir disso, é notável como se associa “o entendimento de um conceito a uma habilidade que pode ser empiricamente testada” (DEVRIES e TRIPLETT, 2000, p.29, tradução minha).

## 1.9 ESPAÇOS LÓGICOS

Na última seção deste capítulo desejo explorar o que são os espaços lógicos na filosofia sellarsiana. Isso iluminará o conceito de “espaço lógico das razões”, espaço lógico privilegiado que torna possível o conhecimento proposicional.

De acordo com DeVries e Triplett (2000), o primeiro uso sistemático da noção de “espaço lógico” se encontra no *Tractatus Logicus-Philosophicus* (doravante TLP) de Wittgenstein (1921), o que faz com que seja necessário explorar brevemente a filosofia wittgensteiniana em busca dos fundamentos dessa noção. De acordo com Pilch (2017), Wittgenstein elucida a noção de espaço lógico ao longo do TLP com o auxílio das noções de “coordenadas lógicas” e “local lógico”, e liga-se de maneira significativa com a sua teoria pictórica da linguagem e a noção de *Sachverhalt* (“estados de coisas” ou “situação”).<sup>53</sup> A teoria pictórica da linguagem que surge em TLP sugere que

uma frase deve partilhar uma forma pictórica com qualquer estado de coisas que relate. Wittgenstein ficou impressionado com a forma como um modelo, por exemplo o de um acidente de trânsito, poderia ser usado para ilustrar os acontecimentos reais, e a teoria da imagem toma a relação entre o modelo e a situação como a relação semântica fundamental. Isso requer que os elementos do modelo correspondam aos elementos da situação e que a estrutura do modelo seja partilhada com a da situação. (BLACKBURN, 2008, tradução minha)

Pilch comenta que essa teoria tem duas inspirações principais: imagens e figuras quaisquer tais como desenhos, e a ideia abstrata de mapeamento matemático entre sistemas. A

---

<sup>53</sup> Pilch escolheu manter alguns termos do alemão em sua forma original em seu artigo (que é inglês) e a escolha justifica-se: há dois termos com tradução similar tanto para o inglês quanto para o português, mas que recebem uso distinto por parte de Wittgenstein. Dessa maneira, tomo a mesma escolha para evitar ambiguidade.

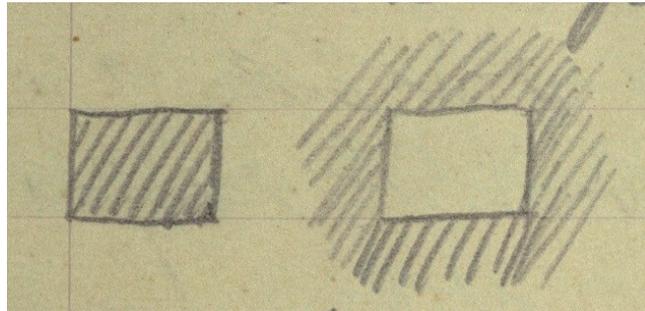
porção abstrata que serviu de inspiração para o TLP chegou até Wittgenstein através do livro *Principles of Mechanics* de Hertz (1899), pois desse trabalho o filósofo transportou a ideia de que um sistema dinâmico sob as condições corretas pode servir como um modelo para outro sistema dinâmico. Em TLP isso aparece no aforismo 4.01: “A proposição é um modelo da realidade como pensamos que seja” (2001). Da maneira como Pilch entende a teoria avançada em TLP, ela pode ser em alguma medida vista como “uma generalização a partir da física e dinâmica para a lógica e a representação da realidade pela linguagem” (2017, p.17, tradução minha).

Até agora as citações e os breves comentários a elas nos dizem que a filosofia presente no TLP entende que a maneira como podemos imaginar o mundo e a maneira como podemos construir proposições para representá-lo são dinâmicas. Isso nada diz sobre a natureza do mundo ou da própria linguagem. TLP determina que o mundo é tudo o que é o caso, o que coloca uma restrição em tudo que se pode falar com sentido apropriado. Proposições são contingentes (i.e., possíveis mas não necessárias) mas o mobiliário do mundo parece assumir um caráter de necessidade metafísica, tornando-se a régua com a qual medimos se nossas proposições são corretas. Aqui entram então as noções de coordenadas lógicas e de local lógico, pois “para que uma declaração seja possível as coordenadas lógicas devem de fato determinar um local lógico” (WITTGENSTEIN, 1998, tradução minha). Uma proposição que é factualmente possível ocupa um local lógico dentro do espaço lógico. Esse tipo de proposição é o que o autor denomina *Sachverhalt*, que não deve ser confundido com *Sachlage*, que denomina uma situação possível, ou um possível estado de coisas no mundo. A teoria da linguagem expressa em TLP é correspondentista na medida em que enxerga como possível usar o mundo como régua para medir a acurácia das proposições, e uma proposição que expressa claramente o que se pode verificar no mundo adquire o estatuto de *fato* [*Tatsache*]. Em inglês, Pilch utiliza a expressão “*to obtain*” para se referir ao que acontece entre uma *Sachverhalt* e o mundo para que se torne *Sachverhalt*, uma expressão que indica que a proposição “acerta o alvo”, ou seja, representa o mundo de modo correto. Em TLP, na medida em que o espaço lógico possui proposições que são meras possibilidades, algumas proposições podem mostrar-se falsas, representando incorretamente um estado de coisas. Além disso, outras proposições podem ser mesmo a negação de fatos. Wittgenstein dá atenção

às proposições que negam fatos (*negating propositions*, em inglês) e sua relação com o espaço lógico em seu segundo caderno de anotações durante a guerra<sup>54</sup>:

A proposição que nega determina um lugar lógico diferente da proposição negada. A proposição negada não apenas traça a fronteira entre o domínio negado e o resto; na verdade, aponta para o domínio negado. A proposição que nega usa o lugar lógico da proposição negada para determinar seu próprio lugar lógico. Ao descrever este último como o lugar que está fora do primeiro. (1998, tradução minha)

A seguinte figura pode ser encontrada nas anotações de Wittgenstein, auxiliando na explicação da análise das proposições que negam:



(PILCH, 2017, p. 19)

Wittgenstein gosta de pensar as proposições em termos de modelos, e uma proposição que nega um fato é estabelecida como um modelo que limita o que pode ou não acontecer “como um corpo sólido restringindo a liberdade de movimento de outros” (1998, tradução minha). McGinn, em *Elucidating The Tractatus* (2006), reconhece que uma posição comum entre estudiosos é de que Wittgenstein sustenta uma teoria realista do significado em TLP, posição de acordo com a qual a possibilidade de falar sobre fatos requer a existência de objetos simples que inerentemente apresentam um conjunto de possibilidades de combinação entre si para formar estados de coisas.<sup>55</sup> Para a autora, no entanto, o autor apenas sucumbe à “tentação de pensar que existe algum papel explanatório para a noção de significado como algo que é correlacionado com uma palavra, algo que vem à mente quando nós falamos uma palavra e a entendemos” (2006, p.7, tradução minha). De acordo com McGinn, essa é uma entre três pressuposições presentes em TLP. A segunda é a de que sentido é algo determinado (pelas palavras usadas), e a terceira é de que a lógica constitui a essência das representações.

<sup>54</sup> Wittgenstein lutou na Primeira Guerra Mundial, e ocupava parte de seu tempo longe do combate escrevendo em cadernos de notas. Eventualmente suas anotações foram publicadas. Mais detalhes podem ser encontrados na biografia *Ludwig Wittgenstein: The Duty Of Genius* de Ray Monk (1990).

<sup>55</sup> Esta posição está presente, por exemplo, em Pears (1987): “No *Tractatus* o início da linguagem é a nomeação de objetos. Os objetos são colocados numa grade fixa de possíveis estados de coisas, que não depende de forma alguma de qualquer contribuição feita pelas nossas mentes” (p. 9, tradução minha). Alguns autores além de McGinn rejeitam essa leitura, como Ishiguro (1969).

Ou seja, toda representação que fazemos através da linguagem só é possível por possuir de pano de fundo uma lógica operante.

Em TLP 3.42, o autor afirma que “Uma proposição pode determinar apenas um local no espaço lógico: no entanto, todo o espaço lógico já deve ser dado por ela” (tradução minha). Pode ser obscuro o que Wittgenstein quer dizer com essa frase, mas McGinn clarifica que “O espaço lógico é dado com o sistema de signos primitivos em termos dos quais todas as proposições com sentido são expressas” (2006, p. 151, tradução minha). Isso quer dizer que o autor de TLP entende que, tão logo aprendemos a utilizar qualquer sistema simbólico (verbal ou não), estamos operando dentro do espaço lógico. Isso conversa perfeitamente com o que já foi explicitado até aqui na ideia de que proposições determinam possibilidades no espaço lógico e podem ser vistas como corretas ou incorretas de acordo com os estados de coisas que tentam descrever. Como já vimos nas seções anteriores, Sellars não diria que uma criança que recém aprendeu a falar está exercitando o espaço lógico de razões. Para esse filósofo, uma criança aprende as regras de dar e pedir razões e eventualmente ingressa no exercício do espaço lógico de razões. Além disso, outras questões são encaradas de maneira diversa entre a filosofia de Wittgenstein no TLP e o que Sellars expressa em EPM. Wittgenstein, por não se preocupar com epistemologia explicitamente, assume em TLP que proposições possuem a capacidade de representar a realidade. Em EPM, a preocupação epistemológica faz com que Sellars se pergunte qual é a justificção que dispomos para falar que a realidade é de certa maneira, e problematize as diferentes tentativas empiristas de articular a estrutura de justificção. No que toca a posição concernente à linguagem, TLP estabelece que o sentido das palavras é algo relacionado a elas e ao mundo. Wittgenstein (1958) posteriormente critica sua própria posição, comparando-a com a visão agostiniana de que aprendemos o significado das palavras uma por uma ao relacioná-las com objetos. Sellars, como já vimos, é funcionalista em relação ao significado das expressões, pois a linguagem possui funções nos contextos onde é usada. É possível encontrar a ponte entre essas duas posições distintas no Wittgenstein das *Investigações Filosóficas* (1958), que entende que significado é uso: o significado de uma expressão é definido pelo seu uso em um determinado contexto. No entanto, Wittgenstein não utiliza mais a noção de “espaço lógico” em local nenhum do livro.

Em Sellars, então, temos a noção de espaço lógico com algumas características do que Wittgenstein vislumbrava em TLP, porém com modificações relevantes. Inicialmente, podemos pensar a ideia de um espaço lógico em oposição a um espaço físico. O espaço físico é composto pela multiplicidade de posições que os *objetos* podem ocupar na realidade. A realidade física é a qualquer momento definida pelas posições atuais dos objetos. Em

contraste, o espaço lógico é composto pela multiplicidade de *fatoss* possíveis. A realidade se determina por quais fatos são atuais. O espaço lógico, no entanto, está disponível apenas para quem possui domínio conceitual, pois não é possível localizar fatos no espaço lógico sem a posse dos conceitos necessários para pensar um certo fato.

Aparentemente, se um empirista tradicional aceita a noção de espaço lógico, sua visão será a de que o sujeito progressivamente expande as possibilidades de seu próprio movimento dentro do espaço lógico. Como já deve ter ficado claro a partir da exposição nas seções anteriores, Sellars discorda que o movimento no espaço lógico funcione assim. Um sujeito se torna um conhecedor no momento em que aprende a utilizar as regras conceituais do espaço lógico, e ganha acesso a todo o espaço lógico. Uma certa leitura a partir de Sellars é a de que “Nós podemos pensar o espaço lógico como determinado pela estrutura categorial que nós usamos para esculpir o mundo conceitualmente” (DEVRIES e TRIPLETT, 2000, p. 60, tradução minha).

É necessário agora apontar para o fato de que Sellars entende que existe mais de um espaço lógico. Essa multiplicidade de espaços lógicos ecoa a divergência entre as concepções sellarsiana e wittgensteiniana (TLP) sobre significado. O espaço lógico, tal como concebido em TLP, relaciona-se com o mundo empírico no sentido de que está composto por proposições que podem ser corrigidas por ele. Os espaços lógicos, em Sellars, refletem sua visão de que a linguagem possui um componente intrinsecamente social. O filósofo menciona alguns espaços lógicos diferentes ao longo de EPM, e cada um deles diz respeito a um tipo diferente de discurso, que por sua vez está associado ao ambiente social no qual esse tipo de discurso ganha sentido, bem como aos comprometimentos teóricos daqueles que articulam proposições em cada espaço lógico. Alguns exemplos: “espaço lógico dos objetos físico no Espaço e Tempo” e “espaço lógico dos conteúdos dos sentidos” (ambos na página 276), “espaço lógico de uma imagem *científica* do mundo ideal” (p. 281), “espaço lógico do discurso ordinário” (p. 281), “espaço lógico de particulares, universais, fatos, etc.” (p. 290), “espaço lógico de particulares, tipos, fatos, e semelhanças” (p. 306), “o espaço lógico da nossa discussão” (p. 311).

Um agente epistêmico posiciona conceitualmente os fatos do mundo dentro do espaço lógico do discurso comum. Porém esse espaço contém meramente descrições empíricas sobre os fatos ordinários. O conhecimento, que de acordo com Sellars transcende as meras descrições empíricas, encontra-se em um outro espaço lógico pois cada um “terá uma estrutura categorial ligeiramente diferente” (DEVRIES e TRIPLETT, 2000, p. 60, tradução minha). Para Sellars, afirmar conhecimento não é meramente dar uma descrição do mundo ou

uma descrição de um estado mental, mas posicionar-se no espaço lógico das razões. É no espaço lógico das razões que ocorre o processo de justificação epistêmica, em que se requer que um agente epistêmico seja capaz de oferecer boas razões para suas crenças, bem como ter a capacidade de produzir inferências. Ainda, “a conotação primária de ‘nominalismo psicológico’ é a rejeição de que há qualquer consciência [*awareness*] de espaço lógico antes ou independente da aquisição da linguagem” (SELLARS, 1956, p. 291, tradução minha).

O principal aspecto que Sellars preserva da imagem tractariana de espaço lógico é que as relações dentro desse espaço são dadas pelas regras da lógica. Enquanto, em TLP, Wittgenstein sustenta que as proposições relacionam-se logicamente, ocupando locais lógicos e coordenadas lógicas no espaço lógico, em EPM, Sellars multiplica os espaços lógicos para dar conta de diferentes níveis de discurso. Faz-se interessante notar que boa parte dos espaços lógicos mencionados em EPM parecem ser meramente espaços lógicos onde aloca-se diferentes tipos de objetos ou entendimentos do mundo (como na distinção entre espaço lógico científico e espaço lógico do discurso comum, que Sellars explora em outros trabalhos). Embora esses espaços sejam definitivamente dinâmicos na medida em que são regidos pelo princípio de revisão, marca inelutável da filosofia sellarsiana, o espaço lógico de razões possui a característica especial de ser o próprio espaço onde o dinamismo é a regra principal. Quer dizer, o “jogo” de dar e pedir razões requer a presença desse dinamismo, o qual se torna manifesto quando um falante e seu interlocutor dialogam sobre uma proposição epistêmica. De qualquer modo, a noção de espaço lógico em Sellars cumpre o propósito de ecoar uma lição trazida em TLP que diz respeito à maneira como nós alocamos e representamos os objetos do mundo dentro da linguagem proposicional. Assim, espaço lógico não é uma noção concernente à nossa relação com o conhecimento, mas a algo muito mais fundamental, que é a maneira como construímos e utilizamos a linguagem. Logo, o comprometimento epistemológico em Sellars possui como pano de fundo um comprometimento sobre a natureza da linguagem. No capítulo 4, colocarei em confronto a noção de espaço lógico das razões com a suspeita haackiana de que a estrutura da justificação epistêmica não é lógica. Para isso, será necessário aprofundar ainda mais em que consiste a noção de “lógica” quando pensamos sobre conhecimento e linguagem.

## 2 FUNDARENTISMO

Neste capítulo pretendo apresentar com mais detalhe a posição epistemológica de Haack, nomeadamente, o fundarentismo, apresentado em *Evidence and Inquiry* (HAACK, 1993, doravante EAI). Por ser uma posição que surgiu algumas décadas após EPM, um trabalho tão importante para os estudos em teoria do conhecimento e filosofia da mente, as preocupações de Haack ecoam alguns dos temas explorados em Sellars. Embora não seja feita referência direta a EPM (com a breve exceção de uma epígrafe de início de capítulo) podemos identificar semelhanças entre as intenções de Sellars e de Haack. Ambos autores preservam algum modelo de empirismo e rejeitam as formas de justificação epistêmica conhecidas como coerentismo e fundacionismo. No entanto, pode-se notar também diferenças relevantes de abordagem, em especial nas respectivas considerações sobre a relevância epistêmica do conteúdo causal que atua sobre nossas crenças empíricas.

O objetivo do capítulo anterior foi expor a epistemologia sellarsiana a fim de pontuar a relevância do termo “lógico” para a sua análise da justificação epistêmica. Aqui o *motto* é semelhante. A exposição do fundarentismo servirá para localizar o que Haack chama de “aspecto avaliativo” da justificação epistêmica (1993, p. 2). Entre outras diferenças frente à epistemologia sellarsiana, duas se destacam e merecem o foco de nossa atenção:

- 1) Haack sugere que o conteúdo causal da experiência possui relevância epistêmica e participa do processo de justificação;
- 2) A filósofa concede que uma parte dos conteúdos epistêmicos possui estrutura proposicional, mas considera que o processo justificatório nesse estágio é “avaliativo”, não “lógico”.

As razões para essas diferenças serão exploradas devidamente neste capítulo.

### 2.1 ASPECTOS PRELIMINARES

Antes de abordar o fundarentismo em si, suas minúcias e a possibilidade de solução do mito do dado que ele nos oferta, desejo apresentar algumas características gerais que compõem a visão filosófica que Haack apresenta em seu trabalho. Essa visão filosófica engloba o local e a tarefa da epistemologia, assim como a posição da filosofia em relação às ciências e ao senso comum. Esses elementos servem de preâmbulo para uma apresentação do fundarentismo.

De acordo com Haack, “Uma maneira em que uma teoria pode ser inadequada é falhando em acomodar-se, mesmo em casos claros, aos nossos julgamentos de justificação pré-analíticos” (1993, p.12, tradução minha).<sup>56</sup> Em outra passagem, a autora afirma que “o epistemólogo não pode ser um participante acrítico nem um observador completamente separado de nossos padrões pré-analíticos de justificação epistêmica” (p.12, tradução minha)<sup>57</sup>. Além disso, ela sugere que “a intuição pré-analítica conforma-se, pelo menos aproximadamente, aos critérios que são, pelo menos em um sentido fraco, ratificáveis como genuinamente indicativos de verdade” (p.13, tradução minha)<sup>58</sup>. Assim, a autora tem a intenção de reconhecer uma característica fundamental da maneira como agentes epistêmicos relacionam-se com o mundo à sua volta. De acordo com o que a filósofa expõe nos trechos citados, e de maneira coerente com suas visões em epistemologia, que adiante serão melhor aprofundadas, todo agente epistêmico possui a capacidade de avaliar situações epistêmicas sem requerer uma análise epistemológica técnica. Essa capacidade pode se manifestar de maneira irrefletida e faz parte de nosso cotidiano. Nossos julgamentos pré-analíticos possuem algo de verdadeiro, de acordo com o *framework* do fundarentismo, e o trabalho do epistemólogo é, em parte, formular teoricamente os elementos que atuam em situações em que um agente epistêmico está justificadamente autorizado a acreditar.

Em conjunto com outros de seus textos, em especial DS, a noção ganha um significado mesmo que a filósofa não o explicita. Parece correto afirmar que, para Haack, todos os sujeitos possuem alguma noção mais ou menos confiável sobre o que significa conhecer algo, ou seja, saber um fato. Embora no senso comum essas noções não sejam articuladas precisamente, elas formam a base sobre a qual o filósofo supostamente deve trabalhar e a partir da qual ele deve articular a sua filosofia do conhecimento. Ou seja, a epistemologia não deve contradizer o senso comum, muito menos produzir resultados que virem a nossa ontologia e o nosso vocabulário de ponta-cabeça. Antes, ela deve atentar-se às atribuições de conhecimento feitas por sujeitos no cotidiano, produzindo uma articulação que seja apenas um “longo braço” desse uso tácito. Utilizo aqui a expressão “longo braço” em referência ao quarto capítulo de DS, “*The Long Arm of Common Sense*”. Neste capítulo, a filósofa sugere a imagem de que a ciência é um longo braço do senso comum, ou seja, é

---

<sup>56</sup> “One way in which a theory of justification may be inadequate is by failing to conform, even in clear cases, to our preanalytic judgements of justification.”

<sup>57</sup> “For now, let me just say that the epistemologist can be neither an uncritical participant in, nor a completely detached observer of, our pre-analytic standards of epistemic justification.”

<sup>58</sup> “I think pre-analytic intuition conforms, at least approximately, to criteria which are, at least in a weak sense, ratifiable as genuinely truth-indicative.”

contínua com o senso comum, no sentido de que ferramentas intelectuais (como inferências) que utilizamos no dia a dia são aprimoradas para o uso científico.

Dentro da categoria da pesquisa empírica há a natural-científica, social-científica, histórica, forênsica, e assim em diante, bem como pesquisa cotidiana sobre quando seu voo sai, onde comprar farinha chapati, como fazer a impressora imprimir em itálico, o que foi que você comeu que lhe fez mal, etc. (HAACK, 2003, cap. 4, tradução minha)<sup>59</sup>

Em outros locais tais como EAI, a filósofa argumenta que a ciência e a filosofia se conectam de alguma maneira.

Pois, ao invés de insistir em uma demarcação nítida, eu acredito que a filosofia difere das ciências naturais em grau de abstração e generalidade. E, ao invés de ver a epistemologia como epistemicamente anterior às ciências, eu vejo a epistemologia e as ciências como partes de uma rede inteira de crenças que mais ou menos apoiam-se mutuamente (HAACK, 1993, p. 116, tradução minha).<sup>60</sup>

Logo, Haack entende que senso comum, ciência e filosofia compartilham pelo menos um cerne de métodos em relação à produção de conhecimento.

Além de se ater às bases intuitivas do senso comum, a filósofa enxerga duas importantes condicionantes que teorias da justificação devem respeitar: uma condicionante *avaliativa* e outra *descritiva*. De acordo com Haack, o conceito de justificação é avaliativo e representa apenas um de uma miríade de conceitos que utilizamos para decidir sobre os estados epistêmicos de alguém (p.12). Ao afirmar que justificação é apenas um entre diversos conceitos, a autora não menciona quais outras noções também nos guiam. É questionável se ela faz referência a outros conceitos que se encontram ao lado da justificação epistêmica ou a conceitos que ela mesma utiliza, ulteriormente, para elaborar a sua teoria da justificação epistêmica, como evidência, razões, percepção direta. Talvez sua afirmação encontre alguma consonância com Smithies:

Justificação é uma entre muitas dimensões da avaliação epistêmica [*epistemic evaluation*]. Nós avaliamos crenças não apenas por sua justificação e a falta dela, mas também pela verdade ou falsidade, confiabilidade ou inconfiabilidade, conhecimento ou ignorância, e assim em diante. Além disso, a justificação se separa dessas outras dimensões da avaliação epistêmica, já que crenças justificadas não constituem conhecimento quando são falsas ou quando são verdadeiras mas inconfiáveis. De acordo, uma das tarefas centrais para uma teoria da justificação é

<sup>59</sup> “Within the category of empirical inquiry there is the natural-scientific, the social-scientific, the historic, the forensic, and so on, as well as everyday inquiry into when your plane leaves, where to buy chappatie flour, how to make the printer do italics, what it was you ate that upset you, and so forth”

<sup>60</sup> “For, instead of insisting on a sharp demarcation, I hold that philosophy differs from the natural sciences rather in degree of abstraction and generality. And, instead of seeing epistemology as epistemically prior to the sciences, I see epistemology and the sciences as parts of a whole web of more or less mutually supportive beliefs.”

explicar o que é justificação e como ela difere dessas outras dimensões da avaliação epistêmica (2015, p.60, tradução minha).<sup>61</sup>

Como aqui quero esboçar apenas aspectos preliminares, a exposição ampla e completa sobre a noção de justificação epistêmica enquanto conceito avaliativo desabrochará ao longo do capítulo. No entanto, gostaria de adiantar alguns pontos. A avaliação faz uso do conceito de evidência, e uma evidência pode ser fraca ou forte, o que requer que o epistemólogo ofereça maior esclarecimento sobre quais são os critérios de justificação. Em outras palavras, é necessário ver com clareza o que se toma como indicativo da verdade (os critérios de justificação), dado que conhecimento é entendido como “crença verdadeira justificada”.

Esclarecer os critérios de justificação faz parte do que Haack considera como condicionante *descritiva*: os critérios oferecidos devem conectar a justificação à probabilidade de que a crença de que P esteja correta.

A maneira como Haack apresenta as condicionantes avaliativa e descritiva faz lembrar o debate entre concepções descritivas e normativas em epistemologia. Como já explorado neste trabalho, Sellars apresenta uma posição normativista em epistemologia. Quine, por outro lado, apresenta um exemplo de epistemologia descritivista ao entender que a epistemologia deve meramente explicar os fenômenos que ocorrem sem apresentar regras de correção, subsumindo a disciplina a um capítulo da psicologia, uma perspectiva que ficou conhecida como epistemologia naturalizada. Haack parece encontrar-se no meio do caminho entre as duas posições, pois ao passo em que traz uma dose de naturalismo para a epistemologia ao aceitar contribuições da psicologia ecológica, não pensa que a epistemologia deve deixar de discutir o aspecto normativo, ou avaliativo, do conhecimento.

## 2.2 A PSICOLOGIA ECOLÓGICA DE GIBSON

Na seção anterior mencionei que Haack faz apelo às capacidades cognitivas pré-analíticas dos sujeitos conhecedores para embasar a sua teoria epistemológica. Aqui, Haack se baseia na psicologia ecológica de Gibson:

Os aspectos realistas da imagem da percepção que, se estou correta, é implícita em nossa concepção pré-analítica da evidência dos sentidos, e que eu portanto tentei incorporar em minha explicação, são fortemente consonantes com a teoria da

---

<sup>61</sup> “Justification is one among many dimensions of epistemic evaluation. We evaluate beliefs not only for justification and the lack of it, but also for truth and falsity, reliability and unreliability, knowledge and ignorance, and so on. Moreover, justification comes apart from these other dimensions of epistemic evaluation, since justified beliefs fall short of knowledge when they are false or when they are true but unreliable. Accordingly, one of the central tasks for a theory of justification is to explain what justification is and how it differs from these other dimensions of epistemic evaluation.”

“percepção direta” central à “psicologia ecológica” de J. J. Gibson e seus seguidores (1993, p. 12, tradução minha).<sup>62</sup>

Em outra passagem, a autora explicita o que ela entende como a face realista da imagem da percepção que o fundarentismo pressupõe: “A explicação da percepção que ofereço é de que a percepção é de coisas e eventos ao redor de alguém, não de dados dos sentidos, manchas coloridas, ou seja o que for” (1993, p. 110, tradução minha).<sup>63</sup> Além disso, se, por um lado, a filósofa menciona o trabalho de Gibson apenas brevemente sem conectar diretamente pontos de sua psicologia ao fundarentismo, ela, por outro lado, afirma que o psicólogo trata os sentidos dos animais (humanos e não-humanos) como “‘sistemas perceptuais’, i.e., como sistemas para a detecção de informação oportunizadas [*afforded*] pelas coisas e eventos em seu ambiente” (ibidem).<sup>64</sup> O fato de Haack mencionar o trabalho de Gibson, mesmo que brevemente, nos dá algumas informações importantes sobre seus compromissos teóricos. Mais particularmente, isso nos mostra que Haack elabora uma epistemologia sem o apelo à hipótese de que há representações mentais que mediam o acesso do indivíduo ao seu ambiente. Embora a filósofa engaje pouco com os debates contemporâneos em filosofia da mente em seu trabalho, sua afinidade com a psicologia ecológica nos permite eliminar pressuposições computacionistas na leitura do fundarentismo.

No século XX, a filosofia da mente e das ciências cognitivas foi marcada especialmente por uma visão conhecida como computacionalismo. O computacionalismo sustenta que os processos cognitivos de organismos que possuem mente podem ser entendidos em termos computacionais (RESCORLA, 2024). Essas computações envolveriam a operação sobre representações. Essa visão sobre a cognição foi, em algum momento, muito popular e dominante, recebendo contribuições notáveis de autores como Putnam (1975), Fodor (1975), McCulloch e Pitts (1943).

A psicologia ecológica e o enativismo, por outro lado, defendem que a cognição não opera por meio de computações nem exige o entretenimento de representações que mediam o acesso cognitivo e epistêmico do organismo ao ambiente. Não quero, nesta breve contextualização, colapsar essas duas correntes teóricas em uma só. No entanto, neste contexto de investigação, é razoável mencioná-las em conjunto dado que pesquisadores de ambas as vertentes realizaram contribuições que frequentemente vão na mesma direção. Um

<sup>62</sup> “The realist aspects of the picture of perception which, if I am right, is implicit in our pre-analytic conception of the evidence of the senses, and which I therefore tried to build into my explication, are strongly consonant with the theory of ‘direct perception’ central to the ‘ecological psychology’ of J.J. Gibson and his followers.”

<sup>63</sup> “The account I offer makes perception of things and events around one, not of sense-data, colour patches, or whatever.”

<sup>64</sup> “‘perceptual systems’, i.e., as systems for the detection of information afforded by the things and events in their environment.”

exemplo notável é o artigo *An Enactive-Ecological Approach to Information and Uncertainty* (Carvalho e Rolla, 2020) em que os autores propõem amarrar as noções de informação do enativismo, da psicologia ecológica, e até mesmo de Shannon na tentativa de haver um ganho explicativo a respeito do que conta como informação (mencionarei a teoria de Shannon ainda nesta seção).

Já em *A Mente Enativa*, Rolla comenta que as duas teorias são vizinhas, mas “é um fato que Gibson, ao contrário do enativismo, não oferece uma explicação de baixo-para-cima sobre como agentes cognitivos autonomamente desenvolvem e refinam seus modos de acesso ao mundo. Essa ausência, no entanto, não significa que haja uma incompatibilidade entre as perspectivas ecológica e enativa. Trata-se apenas de um indício de que elas começam de pontos de partida diferentes (Baggs e Chemero, 2021): enquanto o enativismo explica como agentes realizam autonomamente seus processos cognitivos, a PE explica como a informação disponível para a ação especifica estruturas ambientais” (2021, p. 91).

O ponto importante que desejo extrair daqui é que, quando se mostra relevante para Haack pensar sobre temas de filosofia da mente no contexto de sua elaboração do fundarentismo, ela acaba por assumir que os processos cognitivos associados à elaboração de conhecimento envolvem um acesso direto à experiência, sem necessidade do entretenimento de representações mentais. Nesta seção pretendo expor as ideias centrais da psicologia ecológica de Gibson de modo a esclarecer qual é o núcleo mínimo de uma teoria da percepção que fundamenta a epistemologia haackiana.<sup>65</sup>

A psicologia ecológica foi desenvolvida por James e Eleanor Gibson. Atribui-se a James a articulação conceitual do núcleo duro da teoria, enquanto Eleanor teria realizado trabalhos mais voltados ao estudo do desenvolvimento cognitivo e da aprendizagem a partir do prisma da psicologia ecológica (SEGUNDO-ORTIN e RAJA, 2024). O casal visava desenvolver um entendimento sofisticado da percepção que explicasse a noção de estímulo de maneira diferente daquela encontrada em teorias da época como o behaviorismo.

*Grosso modo*, o behaviorismo entende que os sujeitos recebem estímulos do ambiente e respondem a eles. Deve-se notar, contudo, que essa maneira de conceber o behaviorismo é bastante simplista. De acordo com Segundo-Ortin e Raja (2024), essa é a visão costumeiramente difundida pelos psicólogos cognitivistas. No entanto, outros behavioristas

---

<sup>65</sup> Naturalmente, é preciso ter em mente o seguinte: Haack meramente diz que suas ideias são consonantes com as de Gibson, e não que tem exatamente a teoria dele em mente. Isso pode ser interpretado de diversas maneiras, e desejo ter cuidado para não atribuir a ela noções que ela não desenvolve. Por outro lado, é justamente a falta de desenvolvimento da teoria da percepção por parte de Haack que faz com que seja necessário buscar esse aporte em Gibson, dada a menção ao seu trabalho.

contribuíram com teorias sofisticadas da percepção, como Holt (1915) e Hull (1943). Essas autores serviram de importante inspiração para o casal Gibson. Holt “desenvolveu o *behaviorismo molar*: uma abordagem normativa [*lawful*] sobre o comportamento na qual o principal não são circuitos estímulo-resposta, mas objetos do mundo e comportamento organizado considerados como uma totalidade coordenada” (SEGUNDO-ORTIN e RAJA, 2024, p. 9, tradução minha). Já Hull entendia que o “comportamento é espontâneo e intrinsecamente motivado pelas necessidades do organismo. Neste contexto, Hull entende que o aprendizado baseia-se na emergência e reforço de hábitos que correspondem a essas necessidades” (ibidem). Graham et al (2023) definem os elementos fundamentais do behaviorismo em três pilares:

1. A psicologia é a ciência do comportamento. A psicologia não é a ciência da mente interior – como algo diferente ou diferente do comportamento.
2. O comportamento pode ser descrito e explicado sem fazer referência final a eventos mentais ou a processos psicológicos internos. As fontes do comportamento são externas (no ambiente), não internas (na mente, na cabeça).
3. No curso do desenvolvimento da teoria em psicologia, se, de alguma forma, termos ou conceitos mentais são empregados na descrição ou explicação do comportamento, então (a) esses termos ou conceitos devem ser eliminados e substituídos por termos comportamentais ou (b) eles podem e devem ser traduzidos ou parafraseados em conceitos comportamentais. (tradução minha)

Isso vai ao encontro da teoria da aprendizagem da linguagem promovida por Sellars e discutida no capítulo anterior, e mostra alguma consonância de Sellars com essa teoria psicológica. Peter Olen (2018) discute a ligação do pensamento sellarsiano com o behaviorismo. Nesse sentido, Peter Olen descreve a filosofia de Sellars descreve inicialmente como um behaviorismo de nicho. Ou seja, Sellars certamente estava em contato com o behaviorismo da época, mas o behaviorismo desenvolvido em seu trabalho possui características próprias:

O que separa esta abordagem de outras tentativas de incluir conceitos mentais dentro de uma estrutura comportamental é a modelagem de episódios internos de Sellars no comportamento externo, ao mesmo tempo em que afirma que tais episódios são marcas não redutíveis do mental e, portanto, não podem ser analisados (sem resíduos) em termos comportamentais estritos (OLEN, 2018, p. 178, tradução minha).<sup>66</sup>

Enquanto o behaviorismo privilegiava uma certa noção de comportamento em termos de estímulos e respostas, o núcleo teórico de onde brotam diversas considerações relevantes para a psicologia ecológica é a ideia de que ação e percepção formam uma unidade

---

<sup>66</sup> “What separates this account from other attempts to include mental concepts within a behavioristic framework is Sellars’s modeling of inner episodes on external behavior, while simultaneously claiming that such episodes are non-reducible marks of the mental and, thus, cannot be analyzed (without remainder) in strict behavioristic terms.”

indivisível. Essa não é meramente uma proposta psicológica, mas também ontológica na medida em que sugere uma certa organização de processos que ocorrem no mundo. Nesse sentido, a psicologia ecológica possui uma ontologia própria, a qual James Gibson esforçou-se em desenvolver no início de *The Ecological Approach to Visual Perception* (1986, doravante TEVP), sua obra mais madura. Ação e percepção são entendidas como uma unidade indivisível na medida em que toda ação gera uma percepção no organismo. Dentro do esquema da psicologia ecológica, a percepção de maneira alguma é passiva ou primária. Para perceber, é necessário ação, e cada percepção leva a um processamento informacional através do qual se registram as oportunidades para ação [*affordances*] do ambiente. Os organismos vivos estão, o tempo todo, percebendo e agindo em seus ambientes, de acordo com a psicologia ecológica.

A preocupação de Gibson em TEVP é entender os componentes do mundo em termos do que os animais são capazes de *perceber*. Para Gibson, a ontologia mais básica das ciências naturais não descreve o que animais (humanos e não-humanos) percebem no ambiente, pois não se percebe átomos ou células. A ontologia da física e da química não caracteriza o conteúdo da percepção animal, dado que o ambiente concebido enquanto puramente físico e químico é indiferenciado com relação às necessidades dos organismos. No mundo biológico (dos seres vivos), percebe-se o mundo de maneira *ecológica*, isto é, o mundo é composto de estruturas ambientais que oferecem oportunidades de ação [*affordances*] para os organismos (em especial, oportunidades que lhes garantem adaptação e sobrevivência). No mundo biológico, a depender do organismo, certos aspectos do ambiente lhe são salientes enquanto outros, não. Ou seja, a informação ambiental capturada pela percepção é sempre relativa a um percipiente. Um animal com sede, por exemplo, percebe um riacho ou um lago como uma oportunidade para saciar sua sede. Um animal capaz de nadar, em adição, percebe tal ambiente como nadável. A depender do animal que temos em mente, ele pode perceber este mesmo ambiente ainda como oportunidade para esconder-se a fim de esperar a aparição de presas, ou pode caçar de maneira mais ativa. As especificidades de cada animal ocupam um papel importante na percepção de oportunidades no ambiente.

Os primeiros conceitos da ontologia gibsoniana que precisamos introduzir são os de organismo e ambiente. Um organismo é qualquer ser vivo com uma organização interna coerente capaz de autoprodução. Existem muitos organismos vivos, mas o foco especial de Gibson é em animais. Os animais possuem sentidos tais como visão, audição, olfato, etc. O ambiente é tudo aquilo que cerca os animais, e um *insight* da psicologia ecológica é que organismo e ambiente não podem ser entendidos de maneira separada. Um organismo evolui e

se adapta para viver em um determinado ambiente, e o ambiente também é modificado pelos organismos que nele vivem. Estudar um organismo separado de seu ambiente retira da equação diversas características essenciais para um entendimento completo e apropriado. Assim, cada animal *percebe* o ambiente e se *comporta* nesse mesmo ambiente.

A ontologia gibsoniana entende que animais percebem coisas no ambiente, e algumas coisas são componentes de outras. Por exemplo: animais percebem árvores, e árvores são componentes de florestas, são aninhadas em florestas. O objetivo de Gibson é descrever o mundo em uma escala que seja comparável àquela dos animais.

O ambiente terrestre é composto por meios [*mediums*], substâncias e superfícies.<sup>67</sup> Gases e líquidos são meios para a locomoção, e um meio permite também a respiração. A noção de substância é uma das poucas que Gibson empresta de outra ciência para formar sua ontologia, neste caso a química. A água, por exemplo, é uma substância formada por átomos de hidrogênio e oxigênio que se mantêm unidos de acordo com as condições proporcionadas pelo ambiente.

A consideração física a respeito dos estados da matéria é importante para determinar o que são superfícies. Gibson diz que a interface entre dois de quaisquer dos estados da matéria forma superfícies.<sup>68</sup> Superfícies são visíveis para animais com órgãos visuais capazes de detectar iluminação ambiente. Essa parte de sua teoria é importante pois, durante algum tempo, sustentava-se que o olho humano (e, analogamente, o olho de outros animais) enxerga imagens em duas dimensões e algum tipo de processo interno é responsável por adicionar profundidade. Gibson foca no fato de que há diferentes superfícies que os animais percebem no ambiente de maneira direta, e a profundidade é um elemento já presente na percepção visual. Dado que o ambiente percebido é formado por superfícies, essas superfícies possuem uma determinada disposição [*layout*]. Dependendo do material que compõe uma superfície, a luz pode ser absorvida ou refletida por ela.

A partir de seu entendimento sobre o comportamento da luz e do sistema visual, Gibson sustenta que nós não enxergamos a luz, mas sim coisas (superfícies) iluminadas. Isso está associado à noção de informação desenvolvida por Gibson. Segundo o modo como Gibson apresenta a noção de informação, poder-se-ia dizer que o tipo de informação que os organismos obtêm do ambiente é de um tipo mais rudimentar que o conceito tradicional de

---

<sup>67</sup> Mace (2005) comenta que Gibson não tinha certeza se sua teoria aplicar-se-ia ao ambiente aquático pois suas pesquisas incluíram apenas animais terrestres.

<sup>68</sup> À época de Gibson, o autor menciona três estados da matéria. No entanto, essa forma de entender os estados da matéria não é acurada atualmente. Algumas vezes menciona-se quatro, cinco ou mais estados da matéria. Ver “Estado físico da matéria” na Wikipédia, ou “List of states of matter” na Wikipédia em inglês.

informação proposto classicamente por Shannon. Em Shannon e Weaver (1949), há um canal de informação por onde fluem *bits*. Transpondo para o vocabulário gibsoniano, o canal de informação é um elemento invariável, enquanto os bits são as peças variáveis. No entanto, a teoria da informação de Shannon foi postulada para descrever casos de comunicação. Enquanto isso, o ambiente não comunica nada ao indivíduo, portanto “a coleta de informações não deve ser pensada como um caso de comunicação” (TEPV, p. 242, tradução minha). “Informação perceptual, para Gibson, não é comunicativa porque ela é direta, ela não pode ser uma questão de traduzir as mensagens emitidas de uma origem” (Carvalho e Rolla, p. 2, tradução minha).<sup>69</sup>

O animal com capacidades sensório-motoras e cognição funcionais pode detectar informação no ambiente porque o ambiente possui características variáveis e características invariáveis. Características invariáveis são a própria estrutura ontológica do ambiente, e as características variáveis são as mudanças que ocorrem nos objetos e organismos que estão em um ambiente. Esse contraste especifica informação. A informação é ricamente distribuída em estruturas ambientais, portanto não precisa ser enriquecida por representações mentais e inferências (ROLLA, 2021, p. 40). Embora Gibson, em TEPV, tenha argumentado que o tipo de informação do qual ele trata é mais rudimentar que o tipo de informação tratado por Shannon, Carvalho e Rolla (2020) visaram aproximar a noção de informação de Shannon com a visão de informação da psicologia ecológica e até mesmo do enativismo:

Nossa principal tese é que informação para ação pode ser interpretada como informação covariante, e que aprender a perceber informação covariante é uma questão de minimizar incerteza através de performance habilidosa. Nós sustentamos que o sistema cognitivo do agente transmite informação para agir em um ambiente ao minimizar a incerteza sobre como alcançar objetivos pretendidos naquele ambiente. (p.1, tradução minha)<sup>70</sup>

Para Gibson, teorizar sobre a coleta de informação requer entender que organismos vivos possuem sistemas perceptuais, não meramente sentidos. Um sistema perceptual, amplamente compreendido, abrange órgãos e inclui capacidades de orientar, explorar, investigar, ajustar-se, etc. Assim, ao invés de falar em cinco sentidos, o psicólogo ecológico fala em cinco sistemas perceptuais, cada um dos quais correspondendo a uma forma de

---

<sup>69</sup> “Perceptual information, for Gibson, is not communicative because it is direct, it cannot be a matter of translating the messages emitted from a source.”

<sup>70</sup> “Our main thesis is that information for action can be construed as covariant information, and that learning to perceive covariant information is a matter of minimizing uncertainty through skilled performance. We argue that the agent’s cognitive system conveys information for acting in an environment by minimizing uncertainty about how to achieve intended goals in that environment.”

atenção manifesta [*overt attention*]. Enquanto isso, um sentido é definido como um banco de receptores ou unidades receptivas que são conectadas de alguma maneira no cérebro.<sup>71</sup>

Finalmente, Gibson define que o ato de perceber é “o registro de certas dimensões definidas de invariância no fluxo de estímulo junto de parâmetros definidos de perturbação” (TEPV, p. 249, tradução minha). Enquanto um organismo vivo está ciente [*aware*] de seu ambiente, a percepção não cessa, e portanto não cessa também a coleta de informações. O processo de coleta de informações, bem como as capacidades sensório-motoras, são suscetíveis a desenvolvimento e aprendizado. Ou seja, um organismo pode aprender a identificar melhor as informações que lhe são relevantes. Suas habilidades perceptuais estão sujeitas a um processo de maturação. Duas considerações finais de Gibson sobre a coleta de informação são interessantes para o trabalho atual, dado seu foco em epistemologia: “A habilidade de perceber não implica, necessariamente, a posse de uma ideia do que pode ser percebido” (TEPV, p. 250, tradução minha) e “saber é uma extensão de perceber” (p. 258). Finalmente, com toda essa ontologia de fundo, define-se “percepção direta” como a atividade de obter informação da luz ambiente. Como o foco de TEPV é a percepção visual, essa noção de percepção direta claramente aplica-se apenas ao sistema perceptual visual. No entanto, é já o suficiente para o debate epistemológico de Haack, dado que boa parte dos debates em epistemologia consideram exemplos ou experimentos mentais onde a visão recebe primazia.

Retornando ao fundarentismo, Haack inclui a seguinte observação no capítulo 5 de EAI:

Fundamental à concepção de senso comum que eu tentei incorporar em minha explicação é a ideia de que os sentidos são meios pelos quais percebemos coisas e eventos ao nosso redor, e (perdoe o trocadilho) sua imagem espelhada, que a percepção é uma questão de interação, por meio dos sentidos, com essas coisas e eventos. (pp. 109-110, tradução minha)<sup>72</sup>

Essa observação da autora está claramente em consonância com a psicologia ecológica gibsoniana tal como foi apresentada aqui.

<sup>71</sup> “De alguma maneira”, aqui, entende que as ciências cognitivas podem ter teorizado de maneira mais sofisticada sobre este ponto específico desde a publicação de TEPV. É importante ter em mente que estou trazendo a teoria de Gibson para contextualizar Haack, mas o programa da psicologia ecológica mantém-se vivo ainda hoje com diversos proponentes aliando pesquisas empíricas ao delineamento teórico-filosófico.

<sup>72</sup> Fundamental to the commonsense conception I have tried to build into my explication is the idea that the senses are the means by which we perceive things and events around us, and (pardon the pun) its mirror-image, that perception is a matter of interacting, by means of one's senses, with those things and events.

### 2.3 ARGUMENTOS HAACKIANOS CONTRA O QUALIFICATIVO LÓGICO

A faceta epistemológica do mito do dado pode ser reavaliada quando se olha para o fundarentismo e a maneira como Haack entende a noção de justificação epistêmica. A psicologia ecológica de Gibson foi apresentada acima porque dá suporte à empreitada haackiana. Contudo, antes de seguir na exploração do fundarentismo, quero focar nos argumentos que Haack utiliza para apoiar a sua alegação de que parte da justificação epistêmica não deve ser entendida em termos lógicos, mas avaliativos.

O primeiro momento em EAI em que a noção de avaliativo aparece é logo na segunda página, quando Haack formula as principais características do fundarentismo: “nem puramente causal nem puramente lógica em conteúdo, mas uma teoria de duplo aspecto, parcialmente causal e parcialmente avaliativa”<sup>73</sup>. Este trecho já chama a atenção para um cuidado que se deve ter: a justificação epistêmica entendida em termos fundarentistas não possui apenas um único aspecto. Na página 30 de EAI aparece uma indicação de quais são os principais motivos que levam Haack a descartar o qualificativo lógico:

O máximo que tem que ser concedido pelo experiencialista em resposta ao argumento da irrelevância da causalidade é que somente uma explicação que combine elementos lógicos e causais pode permitir a relevância da experiência para a justificação. Eu digo “o máximo” porque já encontramos, na breve discussão sobre a incompatibilidade entre consequência dedutiva e conclusividade na presença de inconsistência, uma razão para duvidar se “lógico” é a palavra certa para o componente avaliativo não causal do conceito de justificação; e subsequentemente, quando eu for discutir a incompatibilidade entre “lógica indutiva”, assim chamada, e a sustentação da evidência, encontraremos outra (tradução minha).<sup>74</sup>

No contexto do trecho acima, Haack fundamenta sua posição epistemológica em dois argumentos que mostram os problemas da concepção puramente lógica de justificação. A tarefa desta seção é analisar estes dois argumentos.

O primeiro deles diz respeito à incompatibilidade entre consequência dedutiva e conclusividade na presença de consistência.<sup>75</sup> Este argumento surge na discussão dos problemas do coerentismo e fundacionismo, especificamente quando Haack examina o que

<sup>73</sup> “neither purely causal nor purely logical in content, but a double-aspect theory, partly causal and partly evaluative”.

<sup>74</sup> “The most that has to be conceded by the experientialist in response to the irrelevance of causation argument is that only an account which combines logical and causal elements can allow the relevance of experience to justification. I say 'the most' because we have already, in the brief discussion of the mismatch between deductive consequence and conclusiveness in the presence of inconsistency, encountered one reason to doubt whether 'logical' is quite the right word for the noncausal, evaluative component of the concept of justification; and subsequently, when I come to argue the mismatch between 'inductive logic', so-called, and supportiveness of evidence, we shall encounter another.”

<sup>75</sup> Em lógica, dizemos que uma conclusão é consequência dedutiva de certo conjunto de premissas quando a passagem inferencial das premissas para a conclusão é preservadora de verdade. Ou seja, se, necessariamente, qualquer situação que torna as premissas verdadeiras também torna a conclusão verdadeira, então podemos dizer que as premissas implicam dedutivamente a conclusão.

ela denomina de “objeção da exigência excessiva” [*too much to ask objection*] (EAI, p. 25). Essa objeção chama a atenção para o fato de que o coerentismo assume que a consistência é uma condição necessária para a coerência e, conseqüentemente, para a justificação de crenças. No entanto, essa exigência é considerada demasiado rigorosa, pois implicaria que um agente epistêmico com pelo menos uma pequena parcela de crenças inconsistentes não estaria justificado em nenhuma de suas crenças. Isso é visto como excessivamente exigente, já que é improvável que alguém tenha um sistema de crenças completamente consistente.

A autora sugere que a existência de uma contradição oculta dentro do corpo de crenças que eu ou você temos sobre a geografia da Rússia não deveria invalidar a justificação de crenças triviais e cotidianas, como “a neve é branca” ou “há um pedaço de papel à minha frente”. Isso ilustra que exigir consistência total para justificação seria irrealista. Haack acredita que, para resolver a dificuldade, o coerentista poderia argumentar que a coerência necessária para justificação não se aplica ao conjunto completo de crenças do sujeito, mas sim a um subconjunto relevante dessas crenças. Dessa maneira, nem todas as crenças de uma pessoa são relevantes para a justificação de uma crença específica.

Haack lembra, por outro lado, que o fundacionismo não supõe que a consistência de um sistema de crenças seja fator necessário para a sua justificação. Ao invés disso, o fundacionismo foca em subconjuntos de crenças que desempenham um papel na estrutura de razões para uma crença específica, permitindo lidar melhor com inconsistências. Não obstante, outra dificuldade aflige o fundacionismo: essa teoria aceita a possibilidade de inconsistências nas razões subjacentes a uma crença. Se as razões para uma crença dedutivamente implicam aquela crença, elas são conclusivas; mas como proposições inconsistentes implicam qualquer proposição, razões inconsistentes para uma crença também devem ser consideradas conclusivas.

Esta conclusão é vista como contra-intuitiva, e deve ser evitada. Portanto, a insistência em um qualificativo lógico pode levar a conclusões absurdas ou insatisfatórias sobre a justificação epistêmica. O pano de fundo que leva Haack a essa linha de raciocínio é a adoção de uma concepção clássica de consequência dedutiva. Em especial, a autora assume o princípio de explosão, segundo o qual, se há inconsistências em um sistema de crenças, o sistema de crenças torna-se trivial, e qualquer consequência é válida. Contra Haack, no entanto, é possível que alguém argumente por uma via não-classicista que abandona o princípio de explosão mas preserva uma concepção lógica de justificação, neste caso uma concepção paraconsistente. Analisando de tal maneira, a rejeição de Haack aparenta ser ao enquadramento da justificação epistêmica em termos da lógica clássica.

O segundo argumento mencionado acima diz respeito a uma suposta incompatibilidade entre a lógica indutiva e a sustentação da evidência. Tal argumento surge quando Haack examina a epistemologia popperiana no capítulo 5 de EAI. A autora constrói uma crítica aos argumentos anti-psicologista e anti-indutivista de Popper, de maneira a reforçar sua proposta de que a justificação epistêmica não precisa ter um caráter lógico.

Antes de passar às considerações de Haack sobre Popper, desejo fazer uma apresentação do falseacionismo de Popper, que é o alvo de Haack. Algumas das considerações haackianas a respeito do assunto são incomuns, então é pertinente apresentar, previamente, a posição popperiana.

O falseacionismo popperiano surge no contexto da primeira metade do século XX. Durante essa época, visões populares sobre epistemologia e ciência eram desenvolvidas por pensadores do Círculo de Viena. Uma posição sustentada era a de que a ciência utiliza duas formas de inferência: indução e dedução. Cada forma inferencial supostamente acontece em diferentes estágios da prática científica. De acordo com essa posição, o cientista realiza observações, e a partir delas constrói, indutivamente, *logical statements*. Quando os *logical statements* já foram definidos, eles permitem deduzir outras afirmações. Nessa visão, a ciência começa com observação.

Popper criticava essa concepção, afirmando que a ciência opera apenas através de deduções. Além disso, a ciência não começa com observações, mas com teoria. O autor abre o livro *The Logic of Scientific Discovery* com a seguinte afirmação:

Um cientista, seja teórico ou experimental, apresenta declarações, ou sistemas de declarações, e os testa passo a passo. No campo das ciências empíricas, mais particularmente, ele constrói hipóteses, ou sistemas de teorias, e os testa contra a experiência por meio de observação e experimento. (POPPER, 2005, p.3, tradução minha)<sup>76</sup>.

De acordo com a visão popperiana, cientistas elaboram teorias e as testam. Teorias não são provadas, apenas resistem aos testes e não são falseadas. Uma teoria científica, no entanto, deve ser testável e portanto falseável. O autor entendia que esse é um critério de demarcação entre trabalhos científicos e trabalhos não científicos. Teorias que se propõem a explicar diversos fenômenos mas não podem ser testadas, de acordo com este princípio, não são científicas. À época, Popper mirava trabalhos na psicologia como a psicanálise, e trabalhos nas ciências sociais como o marxismo.

---

<sup>76</sup> “A scientist, whether theorist or experimenter, puts forward statements, or systems of statements, and tests them step by step. In the field of the empirical sciences, more particularly, he constructs hypotheses, or systems of theories, and tests them against experience by observation and experiment.”

Dentro do modelo popperiano de como a ciência funciona, a pesquisa científica progride através de conjecturas e refutações. Idealmente, o cientista deve abandonar teorias que não resistem aos testes propostos. Novas teorias devem ser propostas e, novamente, testadas. O *framework* popperiano não entende que teorias científicas são verdadeiras, apenas que algumas delas são as melhores disponíveis no momento devido à sua resistência aos testes. São testáveis e falseáveis em potência, mas não são falseadas de fato.

Para Popper, o cientista não realiza observações a partir das quais se produz, indutivamente, relatos. A teoria é formulada e testada. Tratando a própria teoria como uma premissa e os resultados dos testes como outra premissa, deduz-se uma conclusão. A conclusão, no entanto, de acordo com o critério falseacionista, nunca é de que a teoria é verdadeira. A conclusão é de que a teoria ainda não se mostrou falsa ou já se mostrou falsa. Exemplos empíricos simples servem para demonstrar o princípio:

- Premissa 1 (teoria): acredita-se que todos os corvos são negros;
- Premissa 2 (teste): observa-se corvos com colorações distintas;
- Conclusão: o teste falseou a teoria.

Como Chalmers coloca, “A falsidade de declarações universais pode ser deduzida de declarações singulares adequadas. O falseacionista explora este ponto lógico ao máximo” (1999, p.61, tradução minha)<sup>77</sup>.

A filosofia de Popper tem como foco especial analisar a natureza do conhecimento científico. É certamente correto dizer que o conhecimento científico faz parte do conhecimento empírico, mas Haack entende que isso ainda é simplista demais para capturar a complexidade envolvida. Segunda ela, é necessário contextualizar um pouco mais para que a menção de Popper em EAI faça sentido.

O aspecto mais distintivo da filosofia da ciência de Popper é o seu falsificacionismo. Segundo essa perspectiva, as teorias científicas nunca podem ser verificadas, confirmadas ou justificadas, mas apenas falsificadas, refutadas ou, na melhor das hipóteses, corroboradas. Esse princípio entende que qualquer teoria científica pode ser revisada quando surgem contra-exemplos significativos que colocam uma determinada teoria em dúvida. Por exemplo, se fosse possível construir máquinas de movimento perpétuo, a primeira e a segunda leis da termodinâmica seriam colocadas em xeque.

---

<sup>77</sup> “The falsity of universal statements can be deduced from suitable singular statements. The falsificationist exploits this logical point to the full”.

De acordo com Haack (EAI, p. 97), Popper pode ser descrito como um cético, e é isso que chama a atenção do ponto de vista puramente epistemológico. Em qualquer sentido em que ter uma crença verdadeira justificada é uma condição necessária para que se tenha conhecimento, Popper nega que tenhamos conhecimento. Haack afirma que a visão popperiana é de que o conhecimento científico objetivo “nunca é justificado, não deve ser acreditado e pode não ser verdadeiro” (EAI, p. 97, tradução minha)<sup>78</sup>. Fica claro que Popper não se interessa pelo conceito de crença justificada porque sequer acredita existirem crenças justificadas.

Conforme a reconstrução haackiana, Popper “nega que podemos ter conhecimento, no sentido usual, enquanto sustenta que, apesar de tudo, a ciência é uma empreitada racional” (EAI, p. 97, tradução minha)<sup>79</sup>. A racionalidade é central não porque os cientistas estão justificados em acreditar em suas teorias, mas porque teorias genuinamente científicas são sujeitas a críticas racionais. O primeiro momento da epistemologia popperiana é a demarcação entre ciência e não-ciência, e seu projeto fundamental é demonstrar que a ciência é uma empreitada racional, embora apenas em um sentido negativo. Este projeto interconecta-se com o falsificacionismo e depende da solução do problema da base empírica, ou seja, do problema do papel da experiência na falsificação.

Haack argumenta, em nível epistemológico, que Popper não possui e não pode ter uma solução credível para o problema da base empírica. Ela defende a superioridade da abordagem fundarentista a respeito das evidências dos sentidos. Simultaneamente, em nível meta-epistemológico, Haack visa destacar a força do argumento por uma epistemologia com um sujeito cognoscente, bem como delinear os primeiros passos de um argumento para reconhecer a relevância contributiva das ciências da cognição para a epistemologia, propondo um naturalismo modesto (isso já foi abordado no início deste capítulo quando se fala em psicologia ecológica). Isso inclui a articulação de sua concepção gradualista da relação entre filosofia e ciência (também já comentada neste capítulo).

As premissas do argumento antipsicologismo de Popper são, primeiramente, que existem apenas relações causais, nunca lógicas, entre a experiência de um sujeito e sua aceitação ou rejeição de uma afirmação básica. Em segundo lugar, Popper sustenta que somente as relações lógicas são relevantes para a racionalidade da aceitação ou rejeição de

---

<sup>78</sup> “is never justified, should not be believed, and may not be true”.

<sup>79</sup> “he denies that we can have knowledge, in the usual sense, while holding that, for all that, science is a rational enterprise”.

afirmações. Haack concorda com a primeira premissa, mas discorda da segunda, argumentando que as relações causais também têm relevância para a racionalidade.

Enquanto isso, as premissas do argumento anti-indutivista de Popper sustentam que as afirmações básicas são influenciadas por teorias [*theory-laden*] e que não existem relações de suporte ampliativo não-dedutivas. Haack concorda com a primeira premissa, mas discorda da segunda, afirmando que existem, de fato, relações de suporte ampliativo que não são exclusivamente dedutivas. Haack destaca que Popper não distingue claramente entre esses dois argumentos porque ele vê o psicologismo e o indutivismo como duas faces de uma mesma moeda verificacionista. Assim, os pressupostos anti-psicologistas e anti-indutivistas combinam-se para sustentar que apenas relações de lógica dedutiva são epistemologicamente relevantes.

Esta visão é fundamental para o falsificacionismo de Popper, onde a metodologia científica deve ser exclusivamente dedutiva, e questões de justificação são tratadas como lógicas, nunca causais. Haack argumenta que essas premissas levam a uma série de problemas. Primeiro, dentro das restrições popperianas de anti-indutivismo e anti-psicologismo, não há solução viável para o problema da base empírica. Segundo, isso conduz a um ceticismo profundo, no qual as teorias científicas não podem ser demonstradas verdadeiras nem falsas.

Haack propõe que a noção de crença justificada pode ser redimida através de uma epistemologia experiencialista, onde o sujeito humano desempenha um papel central. Esta abordagem reconhece que os seres humanos, com suas percepções, experiências e contextos únicos, são essenciais para o processo de justificação, e sugere que a justificação é um processo avaliativo complexo que envolve considerar a totalidade da experiência e da evidência de um sujeito, e não apenas relações lógicas isoladas. Dessa maneira, a suposta incompatibilidade entre formas inferenciais indutivas e o suporte da evidência tem suas bases solapadas.

Acima, busquei reconstruir os argumentos de Haack que a levam a sustentar que o qualificativo lógico não descreve bem o aspecto proposicional da justificação epistêmica. O que fica mais claro a partir dos dois argumentos é que a autora vê uma fraqueza quando se considera inferências dedutivas como as únicas formas inferenciais possíveis numa relação de justificação epistêmica. No primeiro argumento, ela busca mostrar que razões inconclusivas implicam qualquer crença, e essa é uma conclusão epistemologicamente problemática. No segundo, ela sustenta que o anti-indutivismo traz dificuldades para a base empírica. À primeira vista, a filósofa está, pelo menos, abrindo as portas para uma espécie de pluralismo

lógico no que diz respeito à interpretação do conceito de justificação epistêmica. Se aqui fosse o local para isso, talvez coubesse indagar se é exatamente neste ponto em que Haack poderia se sentir satisfeita. Quem sabe justificação epistêmica ainda seja lógica, porém não seja exclusivamente dedutiva. Mas, como já foi anunciado diversas vezes neste trabalho, a autora dá um passo além, substituindo o qualificativo lógico por avaliativo. O significado do qualificativo avaliativo ficará claro a partir da seção 2.6. Antes de chegar lá, no entanto, é necessário explorar outras partes do fundarentismo.

#### 2.4 O CONCEITO DE “EVIDÊNCIA” NO FUNDARENTISMO

Nesta seção quero discutir o que significa evidência no fundarentismo. Para começar, é necessário mencionar que a epistemologia haackiana tem caráter evidencialista pois “a explicação da justificação proposta é concebida em termos da evidência do sujeito para uma crença” (HAACK, 1993, p. 139, tradução minha).<sup>80</sup>

A posição evidencialista pode ser rastreada em Clifford (2014), filósofo britânico que viveu entre os anos de 1845 e 1879. Para o autor, “é errado sempre, em todo lugar e para qualquer pessoa acreditar em qualquer coisa com base em evidências insuficientes” (1901, p. 75, tradução minha)<sup>81</sup>. Clifford, no entanto, não oferece uma definição para o conceito de evidência. O autor o utiliza como um termo que já está dado e é de fácil compreensão para o leitor. Lendo o texto com olhar filosófico, parece que Clifford entende que evidência refere-se à coleção de informações coletadas através da experiência.

Nas últimas décadas, outros autores além de Haack sustentam uma posição evidencialista. Feldman e Conee (2005), por exemplo, elencam algumas virtudes da forma de evidencialismo por eles defendida, de acordo com a qual “a evidência de uma pessoa é restrita aos estados mentais da pessoa” (p. 96, tradução minha).<sup>82</sup> Evidência, no trabalho desses autores, é definido em termos de estados experienciais como aqueles “envolvidos em percepção, introspecção e memória ocorrente” (ibidem)<sup>83</sup> e também aqueles que resultam de raciocínio *a priori*. Como veremos a seguir, essa caracterização de evidência é similar à caracterização de Haack.

As virtudes que Feldman e Conee atribuem ao evidencialismo ao longo de *Some Virtues of Evidentialism* (2005) são:

---

<sup>80</sup> “the account of justification proposed is couched in terms of the subject’s evidence for a belief”.

<sup>81</sup> “it is wrong always, everywhere, and for anyone, to believe anything upon insufficient evidence.”

<sup>82</sup> “a person’s evidence is restricted to the person’s mental states”.

<sup>83</sup> “involved in perception, introspection and occurrent memory”.

1. O evidencialismo consegue conectar justificção e verdade ao requerer que evidência faça parte da justificção.
2. O evidencialismo consegue dialogar com posies céticas sobre conhecimento do mundo exterior, e oferece respostas satisfatórias ao alocar a possibilidade de erros da percepção. Para Feldman e Conee, essa é uma virtude do evidencialismo em oposição ao confiabilismo.
3. O evidencialismo consegue abranger estados mentais internos que atuam contra a justificção de uma crença.
4. O evidencialismo tem a capacidade de acomodar outras atitudes doxásticas, como descrença e suspensão de julgamento. Esticando um pouco mais o escopo, o evidencialismo ainda pode explicar como atitudes emotivas são capazes de justificção.
5. O evidencialismo dá conta de explicar até mesmo o desenvolvimento de campos de pesquisa dentro da filosofia.

O ponto (1) é bastante simples. Justificção e verdade costumam ser entendidas como peças diferentes da fórmula tradicional que compõe a noção de conhecimento. Normalmente, diz-se de uma proposição ou crença que ela é verdadeira quando corresponde aos fatos. A evidência, ao englobar a experiência perceptual, tem a chance de corresponder aos fatos. Quando é incluída na justificção, traz uma forte conexão entre a justificção de uma crença e o julgamento de uma crença como verdadeira ou falsa. A respeito de (2), os autores comentam que “Fatos sobre a possibilidade de erro levam alguns a duvidar que quaisquer crenças sobre o mundo externo constituem conhecimento” (p.103, tradução minha)<sup>84</sup>. No entanto, a resposta para essas dúvidas encontra-se no fato de que, quando tratamos de crenças ordinárias sobre o mundo exterior, as pessoas normalmente não têm evidências contrárias. “Muitas crenças perceptuais e memoriais típicas estão além da dúvida razoável, e podem portanto ser instâncias de conhecimento nesse sentido” (ibidem)<sup>85</sup>. (3) significa que o evidencialismo, conforme caracterizado pelos autores, não deve ocupar-se apenas dos estados internos de um agente que apoiam uma determinada crença. Os estados internos que minam a credibilidade de uma crença são igualmente importantes. O evidencialismo de Feldman e Conee é capaz, também, conforme (4), de avaliar atitudes doxásticas tais como descrença e suspensão de

---

<sup>84</sup> “Facts about the possibility of error lead some to doubt that any beliefs about the external world amount to knowledge.”

<sup>85</sup> “Many typical perceptual and memorial beliefs are beyond reasonable doubt, and can thus be instances of knowledge on this account.”

juízo. De acordo com os autores, apoio suficiente para a negação de P justifica descrença, enquanto ausência de apoio suficiente para P ou para a negação de P justifica a suspensão de juízo. Feldman e Conee ainda sustentam que atitudes emotivas podem ser justificadas, como quando uma pessoa sente-se brava por consequência de um insulto. A explicação é que esse tipo de atitude envolve uma crença: a crença de que algo dito é insultante. A atitude emotiva é justificada se a crença for também justificada. A respeito de (5), os autores argumentam que “filósofos defendem teorias ao buscar apresentar evidência para suas teorias ou evidência contra objeções às suas teorias” (FELDMAN e CONEE, 2014, p. 107, tradução minha).<sup>86</sup>

Nas notas ao capítulo 4 de EAI, Haack reconhece a existência do trabalho de Feldman e Conee, e comenta que a maneira como os autores utilizam o termo evidencialismo “é muito próximo da minha concepção” (1993, p. 226, tradução minha).<sup>87</sup> As características destrinchadas acima também aproximam-se de maneira notável do trabalho de Haack em EAI. Enquanto a própria autora não desenvolve de maneira muito robusta o que ela entende por evidencialismo, é possível buscar esse aporte em outros trabalhos que nomeiam de maneira mais clara o que pode ser visto apenas nas entrelinhas do trabalho de Haack. A autora não vê problemas nisso. Ela comenta que “pode-se observar que parentes próximos de alguns dos conceitos necessários já são atuais na literatura” (EAI, p. 93, tradução minha) e faz entender que é lícito encaixar as peças da maneira necessária para um bom proveito conceitual.

Para Haack, o principal conceito que engloba os conteúdos que servem de justificação é “evidência”, o que torna o fundamentismo uma teoria decididamente evidencialista. Dentro da categoria de evidência encontramos dois tipos de conteúdos com origens distintas. De um lado temos as razões do agente epistêmico, que são suas crenças que conferem suporte à crença sendo questionada. Do outro lado, encontram-se os conteúdos que contam como evidência experiencial. É possível visualizar da seguinte forma:

- Razões para crer em P: são as crenças que dão suporte à crença de que P;
- Evidência experiencial: são os conteúdos da experiência sensorial e introspectiva;
- Evidência de que P: são as razões para crer em P somado ao conteúdo da evidência experiencial relevante para a crença de que P.

---

<sup>86</sup> “Philosophers defend theories by in effect seeking to present evidence for their theories or evidence against objections to their theories”.

<sup>87</sup> A frase completa é “Feldman and Conee’s sense, in ‘Evidentialism’, in which the expression refers to theories which explicate justification in terms of the subject’s evidence, which must be something of which the subject is aware, and contrasts with ‘reliabilism’, is very close to my conception”.

Um exemplo pode tornar esses conceitos mais claros. Imaginemos que um agente epistêmico sustenta a crença de que está para chover (a crença de que R). Os componentes evidenciais que ele possui são divididos em razões para crer que R e evidência experiencial. No caso que estou propondo, o agente epistêmico tem a evidência experiencial de que o céu está encoberto por nuvens escuras, e também ele sente um cheiro característico de chuva se aproximando. Suas razões para crer em R podem incluir a crença de que o céu encoberto por nuvens escuras é sinal de chuva, bem como a crença de que existe um ou mais cheiros que antecedem a chuva. A evidência de que R engloba tudo isso.

Assim, Haack entende que a evidência possui dois componentes principais. Note que as crenças já possuídas previamente por um sujeito são incluídas como parte componente da evidência. Essas crenças podem ser empíricas bem como podem não ser. Abre-se a possibilidade de que a evidência não seja empírica, mas Haack não se debruça sobre este tema, visto que seu foco é no conhecimento empírico e na maneira como justificamos nossas crenças sobre o mundo externo ou sobre nós mesmos.

Contudo, devemos nos perguntar sobre o que, exatamente, conta como evidência. Embora esteja definido que razões e evidência experiencial a compõem, é necessário delimitar um escopo para ambas. Acima, está definido o escopo de “razões para crer em P” como “crenças que dão suporte à crença de que P”. Haack sustenta que há um nexos causal que engloba os estados do agente epistêmico operantes no momento em que uma crença é causada (o momento t). Esse nexos inclui crenças (enquanto estados mentais) entremeadas umas às outras bem como experiência perceptual, emoções, sentimentos, e quaisquer estados do sujeito.

O nexos causal de uma S-crença deve incluir os estados que diretamente sustentam ou inibem aquela S-crença, os estados que sustentam ou inibem aqueles estados... e assim em diante. A ideia é que nossos critérios de justificação não são simplesmente atômicos nem incondicionalmente holísticos: eles focam naqueles elementos da constelação inteira dos estados de A no momento t que carregam uma relação causal de sustentação ou inibição à S-crença em questão (HAACK, 1993, p. 76, tradução minha).<sup>88</sup>

Na passagem acima, “S-crença” refere-se ao estado mental de uma crença. Haack destaca um duplo aspecto em sua epistemologia: o conteúdo dos estados mentais e os estados mentais eles mesmos.

---

<sup>88</sup> “The causal nexus of an S-belief is to include the states which directly sustain or inhibit that S-belief, the states which sustain or inhibit those states... and so on. The idea is that our criteria of justification are neither simply atomistic nor unqualifiedly holistic: they focus on those elements of the whole constellation of A’s states at t which bear a causal relation, sustaining or inhibiting, to the particular S-belief in question.”

Dentre os dois componentes que constituem o que é aqui considerado como evidência, é necessário esclarecer o que conta como evidência experiencial. A evidência experiencial inclui diversos componentes em potencial, visto que alguns deles podem ou não estar presentes em determinadas situações. À medida em que se elenca quais componentes são capazes de contar como evidência experiencial, essa questão fica clara. Considerando todo o preâmbulo até aqui, um elemento que obviamente pode contar como evidência experiencial é o estado perceptivo no qual o sujeito se encontra atualmente. Como uma extensão disso, no entanto, deve-se contar estados perceptuais anteriores, que podem ser entendidos como traços perceptuais que permanecem na memória. A introspecção de um sujeito também conta como causa de uma crença e pode contar como evidência experiencial no esquema fundarentista pois é “parte da imagem do senso comum subjacente à nossa concepção pré-analítica de justificação a ideia de que um ser humano tem meios de estar ciente (de alguns) de seus próprios estados e processos mentais” (HAACK, 1993, p. 78, tradução minha)<sup>89</sup>. Assim, a evidência experiencial pode permutar entre sensorial ou introspectiva, atual ou prévia.

De acordo com Haack, certos elementos evidenciais podem ser diretos ou indiretos. Um elemento evidencial é direto quando sua relação com a crença em questão é direta. Por exemplo: eu acredito que P por causa de Q. Q é um elemento evidencial direto. No entanto, um elemento evidencial pode ser indireto quando sua relação com P é por meio de Q. Q, por exemplo, pode ser uma crença que age como sustentação para P. Q, por sua vez, recebe apoio de R. Dessa maneira, R provê suporte indireto a P.

Um ponto notável na exposição de Haack é que ela deixa aberta a possibilidade de que um conteúdo evidencial diminua a credibilidade de uma crença ao invés de aumentá-la. Certas vezes, a experiência de um sujeito pode ter causado uma crença, mas a avaliação dessa experiência pode levar à conclusão de que há poucas boas razões para manter aquela crença. No entanto, de acordo com a autora, a direção de sustentação/inibição é apenas da evidência experiencial para a crença, nunca da crença para a evidência experiencial. A evidência experiencial de alguém é sua evidência definitiva no sentido de que não é alterada por crenças do sujeito. Mas não é definitiva no sentido de estar imune a ser uma evidência ruim ou falha. Bebendo da psicologia ecológica, Haack comenta que nossos sentidos são em geral bons o suficiente para detectar o que está acontecendo ao nosso redor, mas circunstâncias desfavoráveis podem tornar nossa percepção subótima, causando estados perceptuais em que

---

<sup>89</sup> “part of the commonsense picture underlying our pre-analytic conception of justification that a human being has some means of awareness of (some of) his own mental states and processes”

falhamos na detecção de informação relevante ou erroneamente enxergamos, ouvimos, sentimos ou cheiramos elementos que, na verdade, não estão presentes (1993, p.78). Ela adiciona que

a concepção de senso comum pressupõe que normalmente os estados perceptivos de um sujeito são o resultado de suas interações sensoriais com as coisas ao seu redor, mas que em circunstâncias extraordinárias o sujeito pode estar em um estado que é indistinguível para ele dos estados resultantes de suas interações sensoriais com o mundo, que, no entanto, não são o resultado de tais interações, mas o produto de alguma desordem nele mesmo (ibidem, tradução minha).<sup>90</sup>

Ainda, a caracterização de “estado perceptual” pode incluir estados fenomenologicamente indistinguíveis de estados perceptuais em um sentido mais estrito (p.78). Isso se dá porque, em algumas situações, um agente pode se encontrar em um estado que lhe é similar aos estados causados pelas interações sensoriais. Isso não deve ser problemático para o fundarentismo na medida em que a justificação de uma crença engloba uma avaliação da experiência e das crenças que deve ser capaz de compensar momentos de estados perceptuais não factíveis. Um episódio desse tipo pode ocorrer na seguinte situação: imagine que um agente não está se sentindo bem, apresentando algum sintoma que altera a capacidade de perceber corretamente. Esse agente entra em um ambiente escuro e enxerga silhuetas ou objetos que, na verdade, não estão ali. Sua experiência lhe parece, a princípio, indistinguível de uma experiência que teria caso as silhuetas ou objetos estivessem, de fato, presentes. No entanto, avaliando suas condições, é fácil o suficiente chegar à conclusão de que sua experiência não é capaz de suportar a crença de que há silhuetas ou objetos ali.

Uma característica chamativa e que à época da publicação de EAI talvez fosse novidade dentro do debate epistemológico é o que Haack chama de duplo aspecto da justificação epistêmica. Até agora foi esboçado brevemente em que consiste esse duplo aspecto, e nesta seção pretendo ampliar a exposição e debate a respeito desse detalhe.

Como já havia sido adiantado, o fundarentismo engloba a noção de que a justificação epistêmica possui um aspecto causal e um aspecto avaliativo. O aspecto causal já era um elemento comum a outras teorias da justificação epistêmica que propunham a relevância da experiência. Tal tipo de teoria sofreu críticas de Sellars e perdeu popularidade ao longo do século XX (cf. Kvanvig, 2011). Haack pretende resgatar tal *insight* de modo que o fundarentismo possa, também, legar importância à experiência. A importância da experiência já ficou clara, pois é incluída no agregado de conceitos que constitui a noção de evidência. No

<sup>90</sup> “the commonsense conception takes for granted that ordinarily a subject's perceptual states are the result of his sensory interactions with things around him, but that in extraordinary circumstances the subject could be in a state which is indistinguishable by him from the states resulting from his sensory interactions with the world, which are however not the result of such interactions, but the product of some disorder in himself”.

entanto, a experiência não possui estrutura lógica ou proposicional capaz de relacioná-la proposicional ou inferencialmente com as crenças, elementos carentes de apoio epistêmico. Ciente disso, Haack sugere que o processo de justificação epistêmica possui bifurcações em dois pontos importantes:

1. Quando se fala nas experiências, crenças, e quaisquer estados epistemicamente relevantes, é necessário considerar os estados *qua* estados mas também reconhecer que é possível identificar um conteúdo proposicional associado a eles.
2. Na medida em que se considera os estados *qua* estados, é apenas do aspecto causal que se está falando. Uma experiência pode causar uma crença, uma crença pode causar outra crença, e assim por diante. No entanto, quando se considera o conteúdo proposicional dos estados epistemicamente relevantes, o aspecto avaliativo entra em jogo.

Temos então duas dicotomias que caminham em paralelo. Em primeiro lugar, temos a dicotomia estado/conteúdo. Em segundo lugar, temos a dicotomia entre aspecto causal/aspecto avaliativo. Os estados *qua* estados são os elementos que participam do aspecto causal, enquanto os conteúdos proposicionais são os elementos que participam do aspecto avaliativo. Essa é a solução haackiana para que a relevância da experiência faça parte da imagem epistemológica do fundarentismo.

A fim de que a experiência, entendida causalmente, tenha relevância epistêmica, Haack sustenta uma teoria da percepção em consonância com a psicologia ecológica. Isso quer dizer que o agente epistêmico age em seu ambiente e percebe objetos e situações, e a invariância lhe confere informações. Se a interpretação sendo feita aqui estiver correta, é plausível afirmar que, de acordo com o fundarentismo, essas informações que o agente epistêmico causalmente capta no ambiente causam diferentes estados como S-evidência experiencial e S-crença.

Esta seção focou majoritariamente no conceito de evidência dentro do fundarentismo porém apenas em sua caracterização e em como ele é transmutado da esfera causal para a esfera avaliativa. Na seção 2.6, pretendo explorar como o conceito de evidência se comporta na esfera avaliativa.

## 2.5 JUSTIFICAÇÃO EM GRADAÇÃO

Antes de explorar os critérios de justificação do fundarentismo, quero explorar o aspecto gradacional do fundarentismo. Para isso, farei uma breve comparação com outra epistemologia gradacional.

O modelo de justificação epistêmica sugerido por Haack entende que um agente pode estar mais ou menos justificado em acreditar em algo. No fundarentismo, nem sempre um agente está totalmente justificado em sua crença. Alguns elementos epistêmicos relevantes, como suas crenças e experiência diretamente relacionadas à crença em questão, podem agir como apoio mas também como fonte de inibição à crença. Além disso, mesmo quando uma crença recebe apoio do conjunto de estados epistêmicos relevantes, o conteúdo proposicional associado pode não ser forte o suficiente para garantir uma justificação epistêmica segura. Dessa maneira, o fundarentismo apresenta justificação em gradação. No entanto, não é apenas o fundarentismo que apresenta uma visão gradacional da justificação epistêmica. Outra teoria com uma proposta nesse sentido é a epistemologia bayesiana.

A fim de estudo de caso, desejo explorar brevemente o modelo bayesiano para depois mostrar que o fundarentismo possui uma proposta que carrega semelhanças mas se diferencia em aspectos relevantes. Assim, é possível olhar para o fundarentismo dentro de um contexto.

A epistemologia bayesiana (LIN, 2024) utiliza princípios da probabilidade para descrever como as crenças de um agente racional devem se atualizar diante de novas evidências. Esta abordagem se baseia no teorema de Bayes, uma fórmula matemática desenvolvida por Thomas Bayes no século XVIII, que fornece um método para calcular probabilidades condicionais. O teorema estabelece uma relação entre a probabilidade de uma hipótese antes de obtermos novas evidências (probabilidade *a priori*) e a probabilidade desta hipótese depois de levarmos em conta novas informações (probabilidade *a posteriori*).

O ponto-chave da epistemologia bayesiana é a proposta de que todas as nossas crenças podem ser representadas como graus de credência, ou probabilidades. Em vez de considerarmos nossas crenças como dicotômicas (ou acreditamos ou não acreditamos), a epistemologia bayesiana permite atribuições de graus de certeza a diferentes proposições. Por exemplo, em vez de simplesmente acreditar ou não que vai chover amanhã, podemos acreditar que há uma probabilidade de 70% de que isso ocorra. Como veremos abaixo, isso se traduz como atribuir 0,7 de credência à possibilidade de haver chuva amanhã.

O teorema de Bayes pode ser formalmente expresso da seguinte forma:

$$P(H|E) = P(E|H) \cdot P(H) / P(E)$$

Onde:

- $P(H|E)$  é a probabilidade da hipótese ( $H$ ) ser verdadeira dado a evidência ( $E$ ) (probabilidade a posteriori).
- $P(E|H)$  é a probabilidade da evidência ( $E$ ) ser observada se a hipótese ( $H$ ) for verdadeira.
- $P(H)$  é a probabilidade inicial da hipótese ( $H$ ) ser verdadeira (probabilidade a priori).
- $P(E)$  é a probabilidade de observar a evidência ( $E$ ) sob todas as hipóteses possíveis.

Para aplicar o teorema de Bayes na atualização de crenças, começamos com uma probabilidade *a priori*,  $P(H)$ , que representa nossa crença inicial em uma hipótese antes de observarmos qualquer nova evidência. Quando uma nova evidência ( $E$ ) é observada, calculamos a probabilidade da evidência ocorrer dado que a hipótese é verdadeira ( $P(E|H)$ ). Em seguida, ajustamos nossa crença na hipótese, resultando em uma nova probabilidade *a posteriori* ( $P(H|E)$ ).

A epistemologia bayesiana pode ser aplicada a uma ampla variedade de contextos e disciplinas, desde as ciências naturais até a tomada de decisões diárias. Ainda, oferece uma forma precisa e formal de atualizar crenças diante de novas evidências, característica que potencialmente evita vieses cognitivos e erros de raciocínio. Porém, há desafios para a epistemologia bayesiana, como a determinação das probabilidades *a priori*. Em certos casos, é difícil ou mesmo impossível atribuir uma probabilidade inicial precisa a uma hipótese sem recorrer a alguma forma de subjetividade. Outro desafio é o cálculo das probabilidades condicionais ( $P(H|E)$ ), que pode ser complexo e depender de informações detalhadas que nem sempre estão disponíveis.

Não obstante, essa teoria epistemológica apresenta uma forma gradacional de classificação do estatuto epistêmico de crenças, hipóteses e evidências. O fundarrentismo também apresenta um entendimento gradacional do funcionamento da justificação epistêmica, embora não envolva diretamente o emprego de matemática.

Em um certo tipo de fundacionismo experiencialista, as crenças básicas são justificadas independentemente de outras crenças. Uma crença básica encontra-se justificada ou se encontra sem justificação. No entanto, no fundarrentismo, mesmo crenças experienciais podem possuir diferentes graus de justificação. Por exemplo, a crença de que “eu vejo uma maçã” pode ser mais justificável em condições de luz clara e direta do que em condições de pouca luz e visão obstruída. Esta gradação na justificação reconhece que as crenças

experienciais, mesmo quando recebem apoio direto da experiência do agente, podem variar em confiabilidade.

Além disso, o fundarentismo sugere que a integração entre crenças também é uma questão de grau. Duas crenças podem ser mais ou menos coerentes entre si, contribuindo para um grau variável de justificação mútua. Por exemplo, se uma crença A é apoiada por uma crença B, e ambas são suportadas por evidências adicionais, a justificação para A é mais forte. Se, no entanto, uma evidência para B se torna questionável, a justificação para A também será afetada de maneira proporcional.

Uma vantagem da justificação gradacional no caso fundarentista é sua capacidade de lidar com conflitos epistêmicos. Quando duas crenças entram em conflito, a gradação permite uma avaliação sofisticada sobre qual crença deve ser ajustada ou abandonada. Em vez de um simples descarte, as crenças podem ser ajustadas de acordo com o grau de justificação, levando a um ajuste refinado do sistema de crenças. Suponha que uma pessoa acredita nas seguintes proposições:

1. A Terra gira em torno do Sol.
2. Eu vi um documentário afirmando que o Sol gira em torno da Terra.

Para o fundacionismo considerado até aqui, a crença "A Terra gira em torno do Sol" poderia ser vista como justificada por uma série de crenças básicas, como observações astronômicas diretas ou confiança em autoridades científicas. No entanto, quando a pessoa assiste a um documentário afirmando o contrário, ela enfrenta um conflito. Já no fundarentismo, o agente epistêmico avalia as seguintes questões:

- Qual a clareza e a confiabilidade das observações astronômicas que sustentam a crença de que "A Terra gira em torno do Sol"?
- Qual a confiabilidade da fonte do documentário que afirma o contrário?
- Como essas crenças se integram no sistema mais amplo de crenças que a pessoa possui sobre ciência, educação e autoridade?

A justificação gradacional permite a ponderação dessas crenças, considerando o grau de justificação de cada uma. Se as observações astronômicas são muito claras e respaldadas por uma forte coerência com outras crenças científicas, elas terão um grau de justificação maior. O documentário, por outro lado, pode ter uma justificação menor se a fonte for menos confiável ou se contradizer outras evidências bem estabelecidas.

O aspecto gradacional oferece uma solução flexível para a justificação epistêmica, reconhecendo a complexidade e a variação das experiências epistemicamente relevantes. O fundarentismo aplica a justificação gradacional na tentativa de alinhar a epistemologia com a maneira como os seres humanos de fato processam informações e ajustam suas crenças. Em vez de adotar uma abordagem rígida e binária, entende-se que agentes epistêmicos são capazes de avaliar a força de suas crenças com base em uma série de fatores, tornando o processo de justificação mais adaptável e dinâmico.

A gradação é comum à epistemologia bayesiana e ao fundarentismo, mas Haack não acredita que seja possível medir matematicamente a justificação epistêmica de uma crença. Para ela, é mais útil traçar uma analogia entre o fundarentismo e jogos de palavras cruzadas pois ela “melhor representa a verdadeira estrutura de relações de apoio evidencial do que o modelo de uma prova matemática tão firmemente entranhado na tradição fundacionista” (EAI, p. 2)<sup>91</sup>. Isso faz com que o fundarentismo lide com noções aproximativas: uma crença está bastante ou pouco justificada, está mais ou menos justificada em relação a outras crenças, e assim em diante.

Para mostrar o poder explicativo e as virtudes da teoria proposta, Haack explora como o fundarentismo é capaz de lidar com o paradoxo da loteria (EAI, pp.90-92). O paradoxo da loteria apresenta um desafio para qualquer teoria de justificação. A ideia é que, para um sistema de um milhão de bilhetes de loteria, uma pessoa (vamos chamá-la de Maria) pode ter uma evidência forte (mas não conclusiva) de que qualquer bilhete individual, como o bilhete nº 1, não ganhará. Essa evidência se baseia no fato de que há um milhão de bilhetes e apenas um vencedor. Maria tem uma justificativa alta, mas não completa, para acreditar que o bilhete nº 1 não ganhará, com base na probabilidade (1 em 1 milhão). Isso também se aplica ao bilhete nº 2, nº 3, e assim por diante, até o bilhete nº 1 milhão. À medida que Maria integra suas crenças (acreditando que nem o bilhete nº 1 nem o nº 2 ganharão, por exemplo), a força de sua justificação para a conjunção é menor do que para cada crença individual. Isso se deve ao fato de que, embora cada crença individual seja altamente apoiada pela evidência, a conjunção de múltiplas crenças reduz o grau de justificação.

Quando Maria acredita que nenhum dos bilhetes de 1 a 3 ganhará, sua justificação é menor do que para acreditar que nem o bilhete nº 1 nem o nº 2 ganharão. Isso se aplica mais extensivamente: à medida que Maria acredita que nenhum dos bilhetes de 1 a 100, ou de 1 a

---

<sup>91</sup> “better represents the true structure of relations of evidential support than the model of a mathematical proof so firmly entrenched in the foundationalist tradition”

1.000, ganhará, a justificação continua a diminuir. Eventualmente, a evidência deixa de ser apenas não conclusiva e passa a ser prejudicial, pois contém a crença de que exatamente um bilhete ganhará.

Se Maria acreditar que nenhum bilhete ganhará, essa crença contradiz a parte de sua evidência que afirma que exatamente um bilhete ganhará. Portanto, Maria não tem justificativa alguma para acreditar que nenhum bilhete ganhará. A solução proposta por Haack sugere que ao adicionar a crença de que bilhete nº 1 (chamemos de C) não ganhará à evidência (chamemos de E), resultando em E', a justificação pode ser completa para a crença conjunta de que nem o bilhete nº 1 nem o nº 2 ganharão. No entanto, essa justificação é menos segura, pois não é completamente independente. Como mais crenças são adicionadas, a justificação continua a diminuir.

A conclusão é de que a justificação de Maria para acreditar que um bilhete individual não ganhará é forte, mas não absoluta. Quando essas crenças são combinadas, a justificação para a conjunção de todas elas diminui, eventualmente tornando-se insustentável. Esse fenômeno ilustra uma falha no princípio de que se Maria está justificada em acreditar em p e q, então ela está necessariamente justificada em acreditar que  $p \wedge q$ . A justificação gradacional fornece uma explicação sobre como a justificação pode ser forte individualmente, mas fraca em conjunto, fornecendo uma abordagem mais nuançada para entender a evidência e a justificação.

Haack utiliza o paradoxo da loteria para mostrar a força da justificação gradacional, mas podemos imaginar outras situações mais simples. Como a filósofa entende que a memória conta como conteúdo evidencial, é fácil pensar numa situação onde uma memória nos permite um grau apenas mediano de justificação em relação a uma crença empírica. Afinal de contas, nossas memórias com frequência são falhas. Digamos que eu expresse a crença de ter comido pastel na semana passada, mas minha memória sobre isso é vaga. Eu não tenho certeza se foi na semana passada ou na semana anterior e não tenho acesso a outras informações que ajudariam a sustentar a crença principal. Nesse caso, eu estou apenas parcialmente justificado. Talvez a crença seja falsa, mas até que eu adquira mais informações, a crença encontra-se com alguma justificação. O fundarentismo permite esse tipo de movimento: conforme é possível coletar novas evidências, uma crença recebe ou perde apoio. A pesquisa científica é um campo vasto para explorar exemplos de justificação em gradação, como a autora explora em seu livro *Defending Science*. De fato, ela aplica o fundarentismo à pesquisa científica. Nesse sentido, teorias que recebem algum grau de evidência inconclusiva

encontram-se apenas parcialmente justificadas. O grau de justificação pode eventualmente mudar.

## 2.6 CRITÉRIOS DE JUSTIFICAÇÃO

Reforçando o que já foi dito no final da seção 2.1: esclarecer os critérios de justificação é uma componente *descritiva* da tarefa do epistemólogo. Além disso, como vimos na Seção 2.5, Haack entende que os critérios oferecidos devem conectar a justificação à probabilidade da crença em P estar correta. Em outras palavras, são os padrões que nos fazem julgar uma crença como indicativa de verdade ou falsidade. Dessa maneira, toda teoria da justificação epistêmica apresenta critérios de justificação. Os critérios elencados por Haack servem ao propósito de avaliar a evidência em conjunto com a crença que está sendo justificada. No entanto, o fundarentismo não tem a intenção de oferecer uma escala métrica de justificação, nem sequer critérios para uma ordenação linear. A teoria visa colocar em seus devidos lugares os fatores que aumentam ou diminuem a justificação de um agente epistêmico.

Haack percebe no jogo de palavras cruzadas um bom modelo para auxiliar didaticamente na compreensão da proposta fundarentista. Num jogo de palavras cruzadas, algumas lacunas podem já estar preenchidas. Haack enxerga essas lacunas preenchidas como análogas às razões de um agente epistêmico para anuir credência a uma crença. Por outro lado, o jogo de palavras cruzadas oferece pistas ao jogador. O análogo a elas, em epistemologia, é a evidência experiencial do agente. “As pistas não dependem das lacunas, mas as lacunas são, em um grau variável, interdependente; estas são análogas às assimetrias já notadas entre evidência experiencial e razões” (EAI, p. 82, tradução minha)<sup>92</sup>. A assimetria referida é a seguinte: a C-evidência é constituída por C-evidência experiencial e C-razões. As C-razões podem ser falsas ou verdadeiras, enquanto todos os componentes de C-evidência experiencial são verdadeiros. Tal abordagem não implica em infalibilismo. O fundarentismo apenas considera que um agente epistêmico de fato está em certo estado que lhe confere determinados componentes experienciais, mesmo que a C-evidência experiencial seja ruim por conta de alguma alteração de estado perceptivo. Se pensarmos em termos de psicologia ecológica, o agente epistêmico ou organismo vivo, que age e portanto percebe, coleta informações do ambiente. No entanto, o organismo pode estar em condições perceptuais ruins. Ainda que a C-evidência experiencial reflita acuradamente as informações que o

---

<sup>92</sup> “The clues don’t depend on the entries, but the entries are, in variable degree, interdependent; these are the analogues of the asymmetries already noted between experiential evidence and reasons.”

organismo foi capaz de captar, ela pode não refletir acuradamente o estado de coisas no mundo. A C-evidência experiencial é sempre verdadeira em termos da experiência individual, mas não necessariamente acurada em termos de providenciar a melhor informação.

Voltando ao jogo de palavras cruzadas, Haack trabalha em cima dessa analogia para destrinchar o quão razoável é a confiança de um agente epistêmico em sua evidência. Por um lado, olhando para o jogo de palavras cruzadas, parece que temos mais chances de estar no caminho correto se a pista fornecida confere apoio suficiente e as lacunas que intersectam já foram preenchidas. Também é necessário checar o quão seguros podemos estar de que as lacunas preenchidas previamente estão corretas. Finalmente, precisamos verificar quantas delas foram preenchidas. Transportando para o fundarentismo, Haack menciona três critérios. Ela escreve:

Analogamente, a qualidade da C-evidência de A com respeito a P depende de:

1. quão *favorável* é a C-evidência direta de A com respeito a P;
2. quão *seguras* são as C-razões diretas de A com respeito a P, *independentemente da C-crença de que P*;
3. quão *abrangente* é a C-evidência de A com respeito a P. (EAI, p. 82, tradução minha)<sup>93</sup>

Dessa maneira, os critérios que determinam o grau de justificação de uma crença são: grau de apoio [*supportiveness*], grau de segurança independente [*independent security*] e abrangência [*comprehensiveness*].

Para explicar o grau de apoio, Haack cunha um conceito que ela chama de integração explanatória (EAI, p. 84). Tal conceito busca unir *insights* dos dois lados da discussão epistemológica, promovendo uma união entre elementos considerados positivos: inferência à melhor explicação (componente fundacionista) e coerência explanatória (componente coerentista).

A inferência à melhor explicação (ou apenas IME) é uma forma de inferência indutiva. Conforme explica Junges (2008), esse tipo de inferência visa construir hipóteses explicativas a partir das evidências disponíveis. É possível imaginar casos muito simples que ocorrem no cotidiano, como quando saímos para fora de casa, vemos as ruas, calçadas, bancos, árvores, etc. molhados, e inferimos que deve ter chovido. Nesse caso, estamos buscando a melhor explicação. Mas a importância da IME vai para além de explicar certos raciocínios que empregamos na vida ordinária. O uso da IME acontece também na ciência e na filosofia.

---

<sup>93</sup> “Analogously, how good A's C-evidence with respect to p is would depend on:

1. how *favourable* A's direct C-evidence with respect to p is;
2. how *secure* A's direct C-reasons with respect to p are, independently of the C-belief that p;
3. how *comprehensive* A's C-evidence with respect to p is.”

Cientistas, por vezes, creem que a hipótese apresentada é a que melhor explica os dados coletados. De acordo com Thagard, a IME aparece em uma passagem de Darwin:

Difícilmente pode ser suposto que uma teoria falsa explicaria, de modo tão satisfatório como explica a teoria da seleção natural, as várias classes de fatos acima especificadas. Recentemente tem sido objetado que este é um método inseguro de argumentar; porém este é um método usado para julgar os eventos comuns da vida e, frequentemente, tem sido usado pelos maiores filósofos naturais. (DARWIN, 1962, apud THAGARD, 1978, p.77, tradução de Junges (2008))<sup>94</sup>

A IME pode ser identificada na passagem acima na medida em que Darwin argumenta que a teoria da seleção natural oferece a melhor explicação para os fenômenos observados e mencionados anteriormente por ele. Diversas ideias de Darwin mostraram-se, de fato, frutíferas. À época, no entanto, o cientista precisava convencer outros proponentes de que sua hipótese fornecia uma boa explicação.

Na filosofia também é possível observar o uso da IME, seja diretamente, para argumentar em favor de uma hipótese, seja indiretamente, defendendo que a IME ela mesma é o modelo que melhor explica determinados pontos teóricos. Haack entende que o fundacionismo se utiliza da IME, mas oferece poucas explicações quanto a isso. Algo que ela menciona, no entanto, é que a IME é unidirecional. Isto é, a inferência parte da evidência em direção a uma hipótese que a explica. No caso do fundacionismo, isso parece coincidir com o apoio unidirecional que uma experiência provê para uma crença básica, ou uma crença básica para uma crença não-básica.

Para Haack, no entanto, a IME não é o suficiente para desenvolver e explicar o conceito de justificação epistêmica. A filósofa vislumbra virtudes na noção de coerência explanatória, e por isso empresta esse conceito para construir a integração explanatória como um dos critérios de justificação do fundacionismo. Uma boa explicação sobre coerência explanatória é encontrada em Lehrer (1990), e o autor afirma que essa visão é encontrada em Sellars e Harman. Conforme a explicação de Lehrer, a justificação de uma crença não pode ser decidida em isolamento de um sistema de crenças. “É em relação a outras crenças pertencentes a um sistema de crenças que a justificação de uma crença deve ser decidida” (Lehrer, 1990, p. 91, tradução minha)<sup>95</sup>. Além disso, a noção de coerência explanatória

<sup>94</sup> “It can hardly be supposed that a false theory would explain, in so satisfactory a manner as does the theory of natural selection, the several large classes of facts above specified. It has recently been objected that this is an unsafe method of arguing; but it is a method used in judging of the common events of life, and as often been used by the greatest natural philosophers.”

<sup>95</sup> “It is in relation to other beliefs belonging to a system of beliefs that the justification of a belief must be decided.”

determina que um tal sistema de crenças deve explicar o máximo possível. Ao alcançar a coerência explanatória máxima, o sistema confere justificação às crenças dentro dele.

Haack, no entanto, não poderia utilizar apenas a noção de coerência explanatória no fundarentismo, devido às críticas tecidas por ela mesma aos modelos epistemológicos coerentistas. Para a filósofa, o coerentismo costuma não conseguir incluir de maneira satisfatória o *input* da experiência empírica. Dessa maneira, a saída possível é combinar virtudes da IME às virtudes da coerência explanatória.

O conceito de integração explanatória surge na maneira como a C-evidência relaciona-se com a crença em uma proposição P. A C-evidência pode ser favorável ou desfavorável com respeito a uma C-crença. Há dois casos extremos: a evidência é conclusiva, ou a evidência é fatal, de modo que impede a verdade da crença em questão. É importante notar que a autora não diz com todas as letras que uma evidência torna uma crença verdadeira ou falsa. Isso é um reflexo do fato de que as evidências disponíveis, bem como as razões para crer, podem ser alteradas com o decorrer do tempo. É possível encontrar inúmeros exemplos desse tipo na história da ciência. Houve um tempo em que os cientistas acreditavam que a teoria do flogisto seria capaz de explicar o que ocorre quando uma substância entra em combustão. Com o passar do tempo, no entanto, novos experimentos, coleta de evidência, e delineamento de teorias enfraqueceram a confiança dos cientistas na teoria do flogisto. Um exemplo com uma dinâmica oposta é a genética clássica. Inicialmente, os proponentes da genética clássica não recebiam muito crédito por sua hipótese. Ao longo do tempo, no entanto, a genética recebeu o apoio de um corpo de evidências que a elevou ao estatuto de peça fundamental da biologia contemporânea.

Em certos casos, ainda, a evidência pode ser favorável sem ser conclusiva. Quer dizer, a evidência apoia a crença em P em diferentes graus mas não a torna certa. De maneira oposta, a evidência pode ser desfavorável sem que seja fatal ao enfraquecer a crença de que P sem necessariamente torná-la falsa. Haack ainda menciona o que ela chama de Princípio de Petrocelli (EAI, p. 82), desenvolvido a partir da noção de que, se a evidência é conclusiva, não deixa espaço para alternativas à crença de que P. Portanto, de acordo com o Princípio, se a evidência é favorável, seu apoio é maior quanto menos espaço deixa para alternativas à crença de que P. De acordo com a autora, “conclusividade é uma questão da superioridade de P sobre sua *negação* com respeito à *consistência* com E; grau de apoio é uma questão da

superioridade de p sobre seus *competidores* com respeito à *integração explanatória* de E” (EAI, p. 83, tradução minha).<sup>96</sup>

O segundo critério de justificação a ser mencionado é o grau de segurança independente. A segurança independente refere-se às outras crenças que contam como C-evidência. Relembrando: a C-evidência inclui evidência experiencial e razões, e as razões são C-crenças. Nesse caso, Haack sustenta que essas razões para crer devem elas mesmas estarem bem justificadas independentemente da crença de que P em questão. Certamente é possível que haja dependência mútua entre uma das razões e a crença de que P. No entanto, essa razão, bem como as outras, deve já possuir um grau de justificação próprio previamente. Esta cláusula serve ao propósito de evitar o perigo de circularidade. Se dependência mútua fosse permitida sem quaisquer restrições na avaliação da justificação de uma crença, a acusação de circularidade viciosa acarretaria em problemas para o fundarrentismo. Ao incluir esta restrição, o fundarrentismo busca equilibrar virtudes do fundacionismo (pelo menos o tipo de fundacionismo que, ao preocupar-se com o conhecimento empírico, busca conferir relevância à experiência perceptual) e do coerentismo.

Finalmente, o terceiro critério de justificação é a abrangência. O papel da cláusula de abrangência é mais aparente negativamente, quando julga-se um agente epistêmico como não justificado ou pouco justificado em uma crença devido à falha em levar em conta alguma evidência relevante. Quer dizer, a condição de abrangência deve incluir evidência experiencial, pois a falha em considerar evidências relevantes, como não verificar um objeto de diferentes ângulos, deve ser levada em conta. A relevância da evidência é uma questão objetiva e depende das crenças de fundo de A, que podem ser verdadeiras ou falsas. Evidências são relevantes apenas se as crenças de fundo de A forem verdadeiras. Inconsistências no sistema de crenças de um indivíduo acarretam um custo, ainda que menor do que o exigido pelos coerentistas. Inconsistências nas C-evidências em relação a uma crença resultam na não justificação dessa crença. Manter partes incompatíveis do sistema de crenças separadas pode levar à falha em considerar evidências relevantes, o que reduz o grau de justificação das crenças afetadas.

Para que o agente epistêmico esteja justificado em acreditar que P, deve haver C-evidências para tal. Se a crença de um agente epistêmico fosse resultado de um golpe na cabeça ou de uma pílula imaginária, ele não estaria justificado. Assim, a justificação das

---

<sup>96</sup> “conclusiveness is a matter of the superiority of p over its *negation* with respect to *consistency* with E; supportiveness is a matter of superiority of p over its *competitor* with respect to the *explanatory integration* of E.”

crenças empíricas requer que a C-evidência inclua alguma evidência experiencial. As evidências do agente epistêmico devem ser favoráveis em relação à crença de que P e atender a um padrão mínimo de abrangência. Por fim, Haack menciona a ideia de “justificação completa”. A justificação completa é altamente dependente do contexto, envolvendo fatores como a importância de estar certo sobre P e se é responsabilidade do agente saber sobre P. A justificação completa requer que as C-evidências do agente sejam conclusivas e maximamente abrangentes, e que suas C-razões sejam maximamente seguras de forma independente.

## 2.7 FUNDAMENTISMO E A FACETA EPISTEMOLÓGICA DO MITO DO DADO

Chegando ao fim deste trabalho, é importante lembrar ao leitor qual é o objetivo aqui almejado: colocar a faceta epistemológica do mito do dado frente ao fundamentismo. O capítulo 1 deste trabalho detalhou o que é o mito do dado e como ele pode ser formulado enquanto problema epistemológico. Sellars, em sua caracterização do mito do dado, sustenta que a justificação epistêmica é lógica. De acordo com o autor, quaisquer processos que nos fornecem informação sobre nossas experiências fornecem essa informação de modo não-proposicional. Um conteúdo não-proposicional, de acordo com o sellarsianismo, não pode se relacionar logicamente com crenças, cujo conteúdo é proposicional. Logo, uma teoria epistemológica que concede papel epistêmico relevante à experiência empírica cai no mito do dado, de acordo com Sellars.

Décadas depois do trabalho de Sellars, Haack apresentou uma nova proposta epistemológica visando unir *insights* produtivos do coerentismo e do fundacionismo. Essa proposta epistemológica foi explorada ao longo deste capítulo. Foi feita uma reconstrução panorâmica do trabalho de Gibson, dado o fato de que Haack considera algumas de suas próprias concepções consonantes com a psicologia ecológica. Além disso, algumas passagens tornam lícito identificar com mais profundidade a influência da psicologia ecológica nela inclusa. Em certa passagem, Haack confessa:

Por mais complexo que isso tenha sido, está muito longe de ser completo. Eu me apoiiei em uma série de conceitos, alguns dos quais foram deixados completamente inexplicados, e de nenhum dos quais uma explicação totalmente satisfatória foi dada. Isso não pode ser desculpado apelando ao fato de que a concepção pré-analítica de justificação é em si vaga; pois um propósito da explicação é melhorar a precisão. Nem pode ser desculpado apelando ao fato de que qualquer explicação deve chegar a um fim em algum lugar; pois os conceitos nos quais estou confiando dificilmente são tão transparentes a ponto de serem os principais candidatos a esse estatuto. Em mitigação parcial, no entanto, pode-se observar que parentes próximos de alguns dos conceitos necessários (integração explanatória, abrangência) já são atuais na

literatura, e que o fundarentista é livre para tomar emprestado os melhores esforços de teóricos rivais para explicá-los. (EAI, p. 93, tradução minha)<sup>97</sup>

O que quero chamar atenção nesta passagem é o fato da autora admitir que alguns de seus conceitos não são explicados de maneira suficiente, e que a própria teoria pode ser melhorada em certos pontos. Na mesma página de EAI, Haack sugere que qualquer filósofo que deseja explorar o fundarentismo é livre para segui-la ou não em determinados aspectos. Nesta dissertação, precisei apresentar o fundarentismo de acordo com o projeto desenvolvido em EAI, mas a tarefa de explicar alguns conceitos requisitou aporte extra, bem como prática filosófica própria para clarificar o sentido. Finalmente, o que desejo fazer é argumentar como o fundarentismo consegue lidar com a faceta epistemológica do mito do dado. Tal tarefa nunca foi um esforço feito pela própria autora de EAI. O mais próximo que Haack chega de citar o mito do dado em EAI é na menção ao argumento da irrelevância da causação, cujo conteúdo dita que “as experiências de um sujeito são irrelevantes para a justificação de suas crenças” (EAI, p. 29, tradução minha)<sup>98</sup>. De acordo com Haack, a maneira como os filósofos destrincham o argumento não mostra que a experiência é irrelevante, mas que é necessário explicar de que modo a experiência é relevante. A filósofa toma seu tempo para desenvolver esse ponto ao longo de EAI, e, se bem sucedido, deve sair-se bem frente à faceta epistemológica do mito do dado.

A crítica de Sellars que recebeu foco no capítulo 1 é aquela direcionada aos empiristas que recorrem aos dados dos sentidos. De acordo com Sellars, uma tríade inconsistente leva aos problemas por ele apontados. Os elementos da tríade são:

A - “X sente conteúdos dos sentidos vermelhos” implica que “X não-inferencialmente sabe que S é vermelho”;

B - A habilidade de sentir conteúdos dos sentidos não é adquirida;

C - A habilidade de conhecer fatos da forma “X é Y” é adquirida.

---

<sup>97</sup> “Complex as this has been, it is very far from complete. I have helped myself to a whole slew of concepts, some of which have been left completely unexplicated, and of none of which a fully satisfactory account has been given. This cannot be excused by appeal to the fact that the preanalytic conception of justification is itself vague; for one purpose of explication is to improve precision. Nor can it be excused by appeal to the fact that any explication must come to an end somewhere; for the concepts on which I am relying are hardly so transparent as to be prime candidates for this status. In partial mitigation, however, it may be observed that close relatives of some of the concepts needed (explanatory integration, comprehensiveness) are already current in the literature, and that the foundherentist is free to borrow the best efforts of rival theorists to spell them out.”

<sup>98</sup> “the subject’s experiences are irrelevant to the justification of his beliefs”

Devemos conceder que nem todas as formas de legar relevância à experiência empírica dependem da postulação de dados dos sentidos. De todo modo, *mutatis mutandis*, poderíamos aplicar a mesma tríade às teorias fundacionistas que Haack identifica como fundacionismo experiencialista (rótulo já explorado na introdução deste trabalho), e, ademais, ao próprio fundarentismo. A afirmação problemática é, na visão sellarsiana, a afirmação A. No fundarentismo, é possível transmutar “X sente conteúdos dos sentidos vermelhos” em “o agente epistêmico possui uma S-evidência experiencial sobre conteúdos vermelhos”, enquanto “X não-inferencialmente sabe que S é vermelho” pode ser transformado em “o agente epistêmico possui uma C-evidência de que S é vermelho”. Desta maneira:

- A' - “o agente epistêmico possui uma S-evidência experiencial sobre conteúdos vermelhos” implica que “o agente epistêmico possui uma C-evidência experiencial de que S é vermelho”.

É possível notar uma assimetria ao transformar a afirmação A em A'. Na afirmação A, sentir conteúdos dos sentidos implica imediatamente um conhecimento. Na afirmação A', possuir uma S-evidência experiencial não implica imediatamente um conhecimento. Isso ocorre porque o alvo de Sellars era uma forma de fundacionismo que, conforme é possível reconstruir através da narrativa sellarsiana em EPM, identifica o processo causal com o processo justificatório. Em A, a implicação é de causação e justificação de conhecimento ao mesmo tempo. A' precisa ser diferente em sua segunda parte porque o fundarentismo entende que a evidência experiencial é necessária mas não suficiente para justificar conhecimento. Assim, a S-evidência é acompanhada de C-evidência, meramente. Para além da C-evidência experiencial, são necessárias as C-razões.

Esse novo vocabulário epistemológico deve dar conta de tornar a experiência relevante de maneira não-problemática para a justificação do conhecimento empírico. Assimetria à parte, o movimento teórico que o fundarentismo propõe é que a afirmação A' não é problemática e não precisa ser abandonada desde que haja uma boa explicação de como a implicação ocorre. Essa implicação não deve ser entendida de maneira inferencial. Na verdade, não deve ser entendida como uma implicação causal tampouco. A S-evidência não causa a C-evidência. Ao invés disso, ambas instâncias são concomitantes. S-evidência e C-evidência são dois lados de uma mesma moeda. Para tornar ainda mais claro, é plausível reformular da seguinte maneira:

- A” - “o agente epistêmico possui uma S-evidência experiencial sobre conteúdos vermelhos” acompanha “o agente epistêmico possui uma C-evidência experiencial de que S é vermelho”.

Com tal movimento teórico, o fundarentismo busca escapar do mito do dado, ou pelo menos de uma forma dele. Em outras palavras, não há transição de um reino causal para um reino inferencial. No entanto, ainda podemos perguntar que tipo de processo está ocorrendo que faz com que uma experiência seja acompanhada de um conteúdo conceitual. Existe uma teoria em filosofia da percepção que ficou conhecida como conceitualismo. O conceitualismo foi brevemente mencionado na nota de rodapé 28, na seção 1.3 deste trabalho, mas agora precisa ser trazido às claras, pois uma objeção que pode ser feita ao fundarentismo é de que ele engaja em uma forma de conceitualismo e, ao fazer isso, está sujeito aos mesmos problemas dessa posição filosófica. No entanto, há diferenças cruciais entre a posição fundarentista e aquela do conceitualismo, que abordarei nos parágrafos abaixo.

O conceitualismo afirma que é

possível responder ao problema do mito do dado sem que adotemos a solução coerentista, que caracteriza o conhecimento, nas palavras do filósofo, como “patinando no vazio sem fricção” (MCDOWELL, 2005, p. 80). Para tal, é necessário que a experiência seja ela mesma conceitualmente estruturada. Isto é, nossos estados perceptuais são estados mentais conceitualmente estruturados. Não há uma diferença intransponível de conteúdo representacional entre percepção e outras atitudes proposicionais. (APOLINÁRIO, 2023, p. 40)

Na caracterização oferecida por Apolinário referente ao conceitualismo encontrado em McDowell, a experiência ela mesma é conceitualmente estruturada.

A proposta de McDowell surge frente ao desafio colocado pela crítica sellarsiana que foi discutida no capítulo 1 do presente trabalho. No entanto, o autor entende que desfazer-se da relevância da experiência seria descartar um tribunal externo que nos diga quando nossas crenças sobre o mundo externo são corretas ou incorretas. Seria, também, perder o mundo, e “Para que não possamos perder o mundo, nossa mente precisa manter contato normativo com o ambiente externo” (VITÓRIA, 2015, p.8). A fim de não perder o mundo, McDowell sustenta uma tese que é nomeada de empirismo mínimo, a saber:

a ideia de que a experiência deve ser um tribunal mediando à maneira pela qual nosso pensamento é responsável perante o modo como as coisas são, coisa que deve acontecer se quisermos dar sentido ao pensamento enquanto tal (MCDOWELL, 2005, p. 57).

Porém, interessante, McDowell é um sellarsiano na medida em que entende que, de fato, episódios epistêmicos localizam-se somente no espaço lógico das razões. Isso é

interessante porque, como vimos acima, Sellars punha restrições que dificultavam a tese do empirismo mínimo. O desafio colocado, portanto, é interpretar episódios perceptuais como episódios epistêmicos. O conceitualismo de McDowell realiza essa tarefa ao expandir o escopo da racionalidade para a percepção. A seguinte passagem serve de base para entender qual é o caminho que o autor deseja trilhar:

Numa experiência específica na qual alguém não está iludido, o que essa pessoa observa é que as coisas são de tal e tal modo. Que as coisas são de tal e tal modo é o conteúdo da experiência, e também pode ser o conteúdo de um juízo: torna-se o conteúdo de um juízo caso o sujeito decida tomar a experiência por seu valor de face. Nessa medida, ele é um conteúdo conceitual. Mas que as coisas são de tal e tal modo também é, caso não estejamos iludidos, um aspecto da disposição geral do mundo: é o modo como as coisas são. Assim, a ideia de operações de receptividade conceitualmente estruturadas nos permite falar na experiência enquanto abertura para a disposição geral da realidade. A experiência permite que a própria disposição da realidade exerça influência racional sobre aquilo que o sujeito pensa (McDowell, 2005, p. 63).

Nesse quadro conceitual, portanto, a experiência perceptiva conta como uma forma de ocorrência conceitual. Desejo comentar um fato relevante sobre a maneira como McDowell realiza esse desdobramento teórico, cuja importância se mostrará ao diferenciar conceitualismo e fundamentismo. O autor busca inspiração na epistemologia kantiana, mas modifica um elemento. O que ocorre é o seguinte: o conceitualismo utiliza a filosofia do conhecimento kantiana mas abre mão do domínio suprasensível (da coisa-em-si), movimento considerado necessário por McDowell para que a realidade não ultrapasse a esfera conceitual (MCDOWELL, 2005. p.82). O autor preserva, no entanto, o restante do esquema kantiano. Ainda permanecem a sensibilidade e o entendimento. A sensibilidade é identificada com a receptividade de nossa mente para receber representações, enquanto o entendimento é a capacidade de produzir representações. Tanto para Kant quanto para McDowell, o conhecimento é resultado da união entre essas duas faculdades de nosso aparato mental.

Seria o fundamentismo uma forma de conceitualismo? O que torna difícil enquadrar o fundamentismo como uma tese similar ao conceitualismo é o caminho percorrido por cada uma das teorias para argumentar que a experiência é epistemicamente relevante. Como já vimos, o fundamentismo busca conectar-se com as ciências, tratando-se, de alguma forma, de uma epistemologia com um viés naturalista. Isso fica claro quando Haack diz que a maneira como enxerga a interação entre agentes epistêmicos e seu ambiente é consonante com a teoria da percepção direta encontrada no trabalho de Gibson. McDowell, por outro lado, não olha para o desenvolvimento das ciências cognitivas de maneira tão preocupada ao construir o conceitualismo. McDowell defende um certo grau de autonomia entre a epistemologia (considerada como disciplina normativa) e as ciências cognitivas que estudam a percepção

(consideradas como disciplinas que estudam apenas processos causais, destituídos de normatividade). Seu pensamento é o de que o vocabulário epistêmico é pessoal e normativo, enquanto o vocabulário das ciências cognitivas é causal e sub pessoal. Portanto, não seria adequado confundir o aspecto normativo com o causal, ou epistemologia com ciências cognitivas. Portanto, ao invés de tomar as ciências cognitivas como ponto de partida, o autor retoma Kant, um autor já antigo e muito anterior ao que hoje chamamos de ciências cognitivas. Independente dos *insights* kantianos terem validade ou não, o conceitualismo busca aporte num vocabulário de outra época.

Para além dessas diferenças superficiais, uma diferença mais contundente salta à vista. Na psicologia ecológica, a percepção é um fenômeno ativo. É necessário que um organismo vivo realize ações em seu ambiente para percebê-lo. Mesmo as sacadas do olho, que já são tão habituais para nós que passam quase despercebidas, contam aqui como atividade. Já, entre os elementos kantianos adotados pelo conceitualismo, a percepção parece ser entendida como passiva. Fala-se que a sensibilidade é uma capacidade de recepção de representações, ou intuições. Enquanto isso, o entendimento possui espontaneidade para produzir conhecimento. Assim colocados os termos, parecem dois paradigmas que não conversam entre si. Logo, o fundarentismo passa longe de ser uma forma de conceitualismo, e não esbarra nos mesmos problemas que o conceitualismo esbarra e enfrenta na literatura.

Além disso, o aparato utilizado para que as experiências sejam fonte de justificação é diferente. Enquanto o conceitualismo ainda faz uso da diferença entre espaço lógico das razões e espaço lógico da natureza, o fundarentismo munido da psicologia ecológica não faz menção a uma tal distinção. O organismo vivo coleta informações por meio de percepção direta. O ser humano, por possuir linguagem, é capaz de interpretar informações ecológicas (sua S-evidência) em proposições (sua C-evidência). Para a psicologia ecológica, a percepção é um contato direto com ambiente que não envolve representações ou conteúdo representacional. Por outro lado, tradicionalmente os conceitos são concebidos como representações acerca do ambiente, não tratando-se de contato direto com o ambiente (BERMÚDEZ, 2003). Além do mais, não há menção ao lado causal da justificação no conceitualismo, tão caro ao fundarentismo. Qualquer causalidade que poderia aparecer no conceitualismo é, ao fim e ao cabo, englobada pela capacidade racional do sujeito epistêmico, e torna-se não mais causal, mas conceitual.

Na visão fundarentista, a estratégia de McDowell trilha um caminho ainda similar ao coerentismo, que é considerar apenas o aspecto lógico da justificação. No entanto, a situação ou condição epistêmica do indivíduo não se resume ao domínio lógico-inferencial-linguístico.

Se a psicologia ecológica estiver correta, nós temos uma forma não-inferencial e não-conceitual de aquisição de conhecimento, por meio da detecção direta do ambiente através dos sistemas perceptuais. Contato direto é necessariamente não-inferencial. O lado causal do fundarentismo tenta, justamente, explicar a interação do indivíduo com o ambiente que seja direto e não-inferencial. Tais interações com o ambiente são essenciais para a analogia das palavras-cruzadas do fundarentismo.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho insere-se na já longa tradição que debate o problema do mito do dado. Há diversos pesquisadores em filosofia analítica que olham para o problema de diferentes maneiras, propondo as mais variadas análises e soluções. A análise realizada aqui se ateve a leituras já consagradas na literatura, como a de O'Shea e de deVries e Triplett. Os trabalhos desses filósofos são importantes para esclarecer pontos do trabalho de Sellars que são obscuros para iniciantes. A solução que aqui propus, embora não seja inteiramente original, mantém certa dose de idiosincrasia.

O primeiro capítulo dedicou-se a expor a crítica de Sellars ao que ele chama de mito do dado, especialmente na forma de dados dos sentidos como fundamento para o conhecimento empírico. Sellars argumenta que, embora possa haver coisas que nos são dadas pela percepção, a relevância teórica atribuída a esse dado é problemática. Para o autor, é impossível que os dados dos sentidos, por serem não-inferenciais e supostamente autoevidentes, possam justificar crenças empíricas de conteúdo proposicional. Ele aponta para o que ficou conhecido como “dilema de Sellars”: sentimos particulares (dados dos sentidos), mas conhecemos fatos proposicionais. A tentativa de usar o não-proposicional para justificar o proposicional incorre em dificuldades lógicas, de acordo com a análise sellarsiana.

Sellars enxerga na literatura uma possível resposta a essa dificuldade, que é o conceito de “conhecimento por familiaridade”. Embora reconheça o uso comum da expressão “conhecimento por familiaridade”, o filósofo argumenta que essa forma de “conhecer” não envolve a justificação necessária para o conhecimento empírico, que é sempre proposicional. No esquema sellarsiano, a justificação ocorre no “jogo de dar e pedir razões”. Para Sellars, a hipótese dos dados dos sentidos e outras formas de fundacionismo baseadas em entidades não-proposicionais incorrem no “mito do dado”, que é a ideia de que a estrutura categorial do mundo se impõe à mente sem necessidade de aprendizado ou inferência. Ele argumenta que todo conhecimento empírico, mesmo o observacional, pressupõe um arcabouço conceitual e linguístico prévio.

Logo, Sellars defende que a justificação epistêmica é um processo lógico e inferencial. O conhecimento é construído socialmente, dentro do espaço lógico das razões, onde crenças são justificadas por outras crenças em virtude de suas relações lógicas. A experiência é causalmente relevante para a formação de crenças, mas sua relevância *epistêmica* depende de

sua integração neste espaço lógico através de relações inferenciais. A experiência, infelizmente, não pode ser integrada no espaço lógico.

O segundo capítulo apresentou o fundarentismo de Haack como uma alternativa epistemológica que busca escapar das dificuldades do fundacionismo (pelo menos a versão criticada por Sellars) e do coerentismo, ao mesmo tempo em que reconhece a importância da experiência na justificação. Para tal, o fundarentismo propõe que a justificação epistêmica possui um duplo aspecto: um causal, relacionado à forma como as crenças são adquiridas através da experiência, e um avaliativo, referente à avaliação da evidência em suporte dessas crenças. A autora se contrapõe à visão de que a justificação seria puramente lógica.

Diferentemente de Sellars, Haack argumenta que o conteúdo causal da experiência possui relevância epistêmica e participa do processo de justificação. Sua epistemologia se alinha com a psicologia ecológica de Gibson, que enfatiza a percepção direta de objetos e eventos no ambiente, sem a mediação de dados dos sentidos ou outras entidades. Haack considera que um lado do processo justificatório, aquele que envolve a integração explanatória entre a crença de que P com outras crenças relevantes, é de natureza “avaliativa” e não puramente “lógica”. Ela aponta para problemas na concepção puramente lógica de justificação, como a incompatibilidade entre consequência dedutiva e conclusividade na presença de inconsistência.

Vimos, também, que a justificação, para Haack, é concebida em termos da evidência que um sujeito possui para uma crença. Essa evidência inclui tanto a experiência perceptual (evidência experiencial) quanto as razões (outras crenças) que o sujeito possui. A avaliação dessa evidência, que pode ser mais ou menos forte, é central para determinar o grau de justificação de uma crença. Finalmente, o fundarentismo propõe critérios para avaliar a qualidade da evidência e, conseqüentemente, o grau de justificação de uma crença: grau de apoio, grau de segurança independente e abrangência.

A análise dos capítulos revela um contraste fundamental entre a abordagem de Sellars e a de Haack em relação à justificação epistêmica e ao papel da experiência. Sellars, focado em mostrar que o dado não é capaz de estabelecer relações epistêmicas, estabelece uma epistemologia predominantemente inferencial. Para ele, a experiência bruta, desprovida de estrutura conceitual, não pode fornecer justificação. Haack, por outro lado, busca uma teoria que reconheça a importância causal da experiência na justificação epistêmica. Ao caracterizar a justificação como tendo um aspecto avaliativo, ela procura dar conta de como a experiência, juntamente com outras crenças, fornece evidência para nossas alegações de conhecimento. Seu fundarentismo tenta equilibrar elementos fundacionistas (o papel da experiência) com

elementos coerentistas (a integração com outras crenças) sem cair nos problemas tradicionais de ambas as abordagens.

No contexto da faceta epistemológica do mito do dado, o fundarentismo de Haack se apresenta como uma tentativa de legitimar o papel da experiência dentro de um *framework* que reavalia o que é a experiência e como os agentes epistêmicos coletam informações de seu meio. Ao postular uma interação direta com o mundo (inspirada em Gibson) e ao considerar a experiência como um componente da evidência a ser avaliada em conjunto com as razões, Haack busca uma via que mostre que causalidade e conteúdos proposicionais são, ambos, importantes.

De acordo com a crítica sellarsiana ao mito do dado, não há dificuldade em argumentar a relevância de conteúdos proposicionais para a justificação epistêmica. A dificuldade é, por outro lado, o estatuto da experiência. Considerando a experiência em termos da psicologia ecológica, as informações do mundo são coletadas já de acordo com certas categorias (as oportunidades [*affordances*]), mas não são categorias proposicionalmente estruturadas. Gibson apresenta essa tese como valendo, de maneira geral, para animais que são capazes de perceber diferentes faixas do espectro de luminosidade, e isso inclui muito mais animais incapazes de linguagem proposicional do que animais capazes de tal. Nesse sentido, parece ser necessária uma ponte entre os estados não-proposicionais e estados proposicionais do agente epistêmico. O fundarentismo sugere que, em humanos com capacidades linguísticas propriamente desenvolvidas, experiências e crenças são estados com conteúdo proposicional (entre outros estados mentais mencionados durante esta dissertação e encontrados no livro de Haack). Dessa maneira, experiências podem participar da justificação de crenças.

A pesquisa cujo fruto é a presente dissertação deixou novas perguntas em aberto, como é natural em pesquisas filosóficas e científicas. Devido ao escopo reduzido de uma pesquisa de mestrado, certos temas apareceram mas não puderam receber a devida atenção. Um desses temas é a natureza da justificação epistêmica, questionamento feito por Haack. A filósofa sugere sua visão, mas não elabora de maneira extensa sobre a questão. Ao trazer a psicologia ecológica para o debate epistemológico, é possível questionar, a seguir, o quão bem a teoria da percepção direta realiza o papel que o empirismo quer que realize. Dada a abertura do fundarentismo para as ciências cognitivas, é possível investigar, ainda, de que maneira as pesquisas mais recentes podem enriquecer o vocabulário conceitual utilizado. Uma lacuna a ser apontada, no trabalho de Haack, é o fato de interagir muito com trabalhos em epistemologia mas pouco com trabalhos em filosofia da mente, dado o fato de que o

fundarentismo precisa conceitualizar certos estados mentais. Explorar essa lacuna pode trazer ganhos para a pesquisa sob um prisma fundarentista.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALSTON, William P. Concepts of Epistemic Justification. *Monist*, [S.L.], v. 68, n. 1, p. 57-89, 1985. Oxford University Press (OUP). <http://dx.doi.org/10.5840/monist198568116>.

APOLINÁRIO, Vinícius Francisco. **A Relação Entre Percepção e Justificação Epistêmica: Conceitualismo e Não-Conceitualismo**. 2023. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2023.

AYER, A. J. **The Foundations of Empirical Knowledge**. 1940. Londres: Macmillan, 1940.

BERMÚDEZ, José Luis. Nonconceptual content: from perceptual experience to subpersonal computational states. Em: GUNTHER, York (ed.). **Essays on nonconceptual content**. Cambridge MA: The MIT Press, 2003.

BLACKBURN, Simon. **The Oxford Dictionary of Philosophy (2 ed.)**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

BRANDOM, Robert. **Making It Explicit**. Cambridge: Harvard University Press, 1994.

BROAD, C. D. **Scientific Thought**. Londres: Routledge, 1923.

BONJOUR, Laurence. Can Empirical Knowledge Have a Foundation?. **American Philosophical Quarterly**, Illinois, v. 15, n. 1, p.1-14, 1978.

BONJOUR, Laurence. **The structure of empirical knowledge**. Cambridge: Harvard University Press, 1985.

CARVALHO, Eros de Moreira; ROLLA, Giovanni. An Enactive-Ecological Approach to Information and Uncertainty. **Frontiers in Psychology**, v. 11, n. 588, 2020.

CASATI, Roberto e VARZI, Achille. **Events**. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/fall2023/entries/events/>.

CHAUMET, Mario; MEROI, Andrea A. The Relevance of the Susan Haack's Epistemology to Evidence Law in Latin America. **Cosmos + Taxis: Studies in Emergent Order and Organization**, v. 8, n 6+7, p. 64-75, 2020.

CLIFFORD, William K. **Lectures and Essays**. Londres: MacMillan and Co. 1901.

COMESAÑA, Juan; KLEIN, Peter. **Skepticism**. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/skepticism/>.

CUNHA, Marcus Vinicius da. **Psicologia da Educação**. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2000.

DEPOE, John M. **Knowledge by Acquaintance and Knowledge by Description**. Disponível em: <https://iep.utm.edu/knowacq/>.

DEVRIES, Willem. **Wilfrid Sellars**. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2005.

DEVRIES, Willem; TRIPLETT, Timm. **Knowledge, Mind and the Given**: Reading Wilfrid Sellars's "Empiricism and the Philosophy of Mind," Including the Complete Text of Sellars's Essay. Indianapolis: Hackett, 2000.

FUMERTON, Richard; HASAN, Ali. **Foundationalist Theories of Epistemic Justification**. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/justep-foundational/>.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método**. Tradução: Flávio Paulo Meurer. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

GIBSON, James J.. **The Ecological Approach to Visual Perception**. Nova York: Psychology Press, 1986.

GRAHAM, George. **Behaviorism**. Disponível: <https://plato.stanford.edu/archives/spr2023/entries/behaviorism/>.

GRECO, John; SOSA, Ernest. **The Blackwell Guide to Epistemology**. Malden: Wiley-Blackwell, 1999.

HAACK, Susan. **Defending Science**. Nova York: Prometheus Books, 2003.

HAACK, Susan. **Evidence and Inquiry: A Pragmatist Reconstruction of Epistemology**. Nova York: Prometheus Books, 1993.

HAACK, Susan. Seis Sinais de Cientificismo. Tradução: Eli Vieira Araujo Junior. **Publicações da Liga Humanista Secular do Brasil**, 2012. Disponível em <http://lihs.org.br/cientificismo>.

HATFIELD, Gary. **Sense Data**. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/fall2021/entries/sense-data/>.

HERTZ, Heinrich. **Principles of Mechanics**. Londres: Macmillan, 1899.

HOLT, Edwin B. Response and cognition I: The specific response relation. **Journal of Philosophy, Psychology and Scientific Methods**, v. 12, n. 14, p.365–373, 1915.

HULL, C. L. **Principles of behavior**: An introduction to behavior theory. New York: Appleton, 1943.

FODOR, Jerry. **The Language of Thought**. Nova York: Thomas Y. Cromwell, 1975.

INCURVATI, Luca; SCHLÖDER, Julian J. **Reasoning With Attitude**: Foundations and Applications of Inferential Expressivism. Oxford: Oxford University Press, 2023.

ISHIGURO, Hide. Use and Reference of Names. *In*: WINCH, Peter. **Studies in the Philosophy of Wittgenstein**. Nova York: Routledge, 1969. p. 20–50.

JUNGES, Alexandre Luis. Inferência à melhor explicação. **Intuitio**, v. 1, n.1, p. 82-87, 2008.

JURKOVSKI, Mateus. **Fundamentismo e o Dilema de Sellars**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Filosofia) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, 2022.

KANT, I. **Crítica da Razão Pura**. 5ª ed. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001 (Trad. de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão).

KVANVIG, Jonathan. Epistemic Justification. *In*: BERNECKER, Sven; PRITCHARD, Duncan. **The Routledge Companion to Epistemology**. Nova York: Routledge, 2011.

LEHRER, Keith. **Theory of knowledge**. Boulder: Westview Press, 1990.

LEWIS, C. I. **An Analysis of Knowledge and Valuation**. La Salle: Open Court, 1946.

LIN, Hanti. **Bayesian Epistemology**. 2024. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/epistemology-bayesian/>

MACE, William M. James J. Gibson's Ecological Approach: Perceiving What Exists. **Ethics and the Environment**, v.10, n.2, p. 195-216, 2005.

MACLEOD, Mary C; RUBENSTEIN, Eric M. **Universals**. Disponível em: <https://iep.utm.edu/universa/>.

MCDOWELL, John. **Mind and World**. Cambridge: Harvard University Press, 1994.

MCDOWELL, John. **Mente e Mundo**. São Paulo: Editora Ideias e Letras, 2005.

MCCULLOCH, Warren S.; PITTS, Walter. A logical calculus of the ideas immanent in nervous activity. **The Bulletin of Mathematical Biophysics**, n. 5, v. 4, p. 115-133, 1943.

MCGINN, Marie. **Elucidating The Tractatus**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

MONK, Ray. **Ludwig Wittgenstein: The Duty of Genius**. Nova York: Maxwell Macmillan International, 1990.

MOORE, G. E. Symposium: The Status of Sense-Data. **Proceedings of the Aristotelian Society**, v. 14, n. 1, p. 355-406, 1914

MURPHY, Peter. **Coherentism in Epistemology**. Disponível em: <https://iep.utm.edu/coherentism-in-epistemology/>.

OLEN, Peter. The Varieties and Origins of Wilfrid Sellar's Behaviorism. *In*: CORTI, Luca; NUNZIANTE, Antonio M. **Sellars and the History of Modern Philosophy**. Nova York: Routledge, 2018. p. 178-196.

O'SHEA, James R. "Psychological Nominalism" and the Given, from Abstract Entities to Animal Minds. *In*: REIDER, Patrick J. **Wilfrid Sellars, Idealism, and Realism: Understanding Psychological Nominalism**. Londres e Nova York: Bloomsbury, 2017. pp.19-39

O'SHEA, James R. What is the myth of the given?. **Synthese**, v. 199, n. 3-4, p. 10543-10567, 2021.

O'SHEA, James R. **Sellars & His Legacy**. Oxford: Oxford University Press, 2016.

PEARS, David. **The False Prison**. Oxford: Oxford University Press, 1987.

PILCH, Martin. The Structure of Wittgenstein's Logical Space. **Wittgenstein-Studien**, v.8, n. 1, p. 15-60, 2017.

POSTON, Ted. **Foundationalism**. Disponível em: <https://iep.utm.edu/foundationalism-in-epistemology/>.

PRICE, H. H. **Perception**. Londres: Methuen & Co., 1964.

PUTNAM, Hilary. **Mind, Language and Reality**: Philosophical Papers. Nova York: Cambridge University Press, 1975.

RESCORLA, 2024. **The Computational Theory of Mind**. 2024. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/computational-mind/>

ROLLA, Giovanni. **A Mente Enativa**. Porto Alegre: Editora Fi, 2021.

ROLLA, Giovanni. Contra Intuições. **Unisinos Journal of Philosophy**, v. 22, n. 1, p. 21-28, 2021.

RUSSELL, Bertrand. **Os Problemas da Filosofia**. Tradução: Jaimir Conte. Editora UFSC, Florianópolis, 2005.

STOLJAR, Daniel. **Physicalism.** Disponível em:  
<https://plato.stanford.edu/archives/sum2023/entries/physicalism/>.

TYE, Michael. **Qualia.** Disponível em:  
<https://plato.stanford.edu/archives/fall2021/entries/qualia/>.

SEGUNDO-ORTIN, Miguel; RAJA, Vincent. **Ecological Psychology.** Cambridge: Cambridge University Press, 2024.

SELLARS, Wilfrid. Empiricism and the Philosophy of Mind. **Minnesota Studies in the Philosophy of Science**, n.1, p. 253-329, 1956.

SELLARS, Wilfrid. Philosophy and the Scientific Image of Man. *In*: COLODNY, Robert. **Science, Perception, and Reality.** Ridgeview: Humanities Press. 1963. p. 35-78.

SELLARS, Wilfrid. The Lever of Archimedes. **The Monist**, v. 64, n. 1, p. 3-36, 1981.

Shannon, C. E; Weaver, W. **The Mathematical Theory of Communication.** Urbana: University of Illinois Press, 1949.

STRAWSON, Peter Frederick. **Introduction to Logical Theory.** Londres: Routledge, 1952.

VITÓRIA, Paulo Andrade. **McDowell e o Conteúdo da Experiência:** entre o proposicional e o intuicional. 2015. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **The Blue and Brown Notebooks.** EUA: Blackwell, 1998.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus.** Nova York: Routledge, 1921.



